

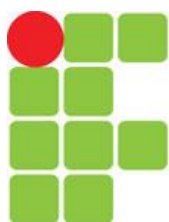


Relatório de Gestão 2017





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Paraná



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ

Relatório de Gestão do Exercício de 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e 72/2013, das Decisões Normativas TCU nº 161/2017 e 163/2017, das Resoluções TCU nº 234/2010 e 244/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Curitiba
2018

CONSELHO SUPERIOR

Presidente

Odacir Antonio Zanatta

Ex-Reitor

Irineu Mario Colombo

Representantes do Ministério da Educação

Titular

Marco Antônio de Oliveira Domingues

Suplente

Valdecir Carlos Tadei

Representantes dos Docentes

Titulares

Magnus Eduardo Goulart

Marcos Paulo Rosa

Diego Dutra Zontini

Paulo Vinicius Vasconcelos de Medeiros

Suplentes

Adriana Ferreira Gama

Olavo José Luiz Junior

Marco Antônio Lima Rizzo

Representantes dos Discentes

Titulares

Brenda Letícia Souza da Silva

Tiago Henrique Figueiredo Rodrigues

Lincoln Phelipe Nonato

Natasha Yolanda Demaestri

Suplentes

Marlon Bronoski da Silva

Gabriel Rehbein

Josiane Aparecida Grossklaus

Maria Bernadete dos Santos

Representantes dos Técnicos Administrativos

Titulares

Eliane Aparecida Mesquita

Marcelo Mazzetto

Elvira Alessandra Mariquito

Sergio Assis de Almeida

Suplentes

Belquis Oliveira Meireles

Cezar Fonseca

Guilherme Basso dos Reis

Bertil Levi Hammarstrom

Representantes dos Egressos

Titular

Frederick Nazario Moschkowich

Suplente

Matheus Marques Martines

Representantes do Setor Público e/ou Empresa Estatal

Titulares

Aroldo Messias de Melo Junior (SETI)

Titular: Ana Nelly de Castro Gregório (SEED)

Suplentes

Hermínia Regina Bugeste Marinho (SETI)

Silvia Ramos da Rosa Mendes (SEED)

Representantes das Entidades Patronais

Titular

Otávio Bezerra Sampaio (CUT)

Sérgio Gonçalves Lima (Força Sindical)

Suplente

Nilton Ferreira Brandão (CUT)

Antônio Alpendre da Silva (Força Sindical)

Representante das Entidades dos Trabalhadores

Titulares

Ito Vieira (Fecomércio)

Vanessa Sorda Frason (FIEP)

Suplentes

Maristela Massaro Carrara Bruneri (Fecomércio)

Raquel de Oliveira Nascimento (FIEP)

Representantes dos Pró-Reitores

Titulares

Paulo Tetuo Yamamoto

Marcelo Estevam

Suplentes

Celso Luiz Buiar

Amarildo Pinheiro Magalhães

Representantes de Diretor Geral de Campus

Titulares

Adriano Willian da Silva

Roberto Teixeira Alves

José Barbosa Dias Junior

João Claudio Bittencourt Madureira

Suplentes

Onivaldo Flores Junior

Alan Rodrigo Padilha

Karina Bonilaure

Luciano Martignoni

Reitoria do Instituto Federal do Paraná (IFPR)

Reitor Pró-Tempore

Odacir Antonio Zanatta

Chefe de Gabinete

Marcos Paulo Rosa

Pró-Reitor de Ensino

Amarildo Pinheiro Magalhães

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Paulo Tetuo Yamamoto

Pró-Reitor de Administração

Celso Luiz Buiar

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Eliane Aparecida Mesquita

Pró-Reitor de Extensão, Pesquisa e Inovação

Marcelo Estevam

Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Márlon de Oliveira Vaz

Diretoria de Educação a Distância

Marcos Antonio Barbosa

DIRETORES-GERAIS DOS CAMPI

Campus Assis Chateaubriand

José Proveti Junior

Campus Campo Largo

João Claudio Bittencourt Madureira

Campus Capanema

Marcos Fernando Schmitt

Campus Cascavel

Luiz Carlos Eckstein

Campus Colombo

Ciro Bachtold

Campus Curitiba

Adriano Willian da Silva

Campus Foz do Iguaçu

Nelson de Castro Neto

Campus Jacarezinho

Rodolfo Fiorucci

Campus Jaguariaíva

Paulo Sergio Horst

Campus Irati

Ana Cláudia Radis

Campus Ivaiporã

Onivaldo Flores Júnior

Campus Londrina

Marcelo Lupion Poleti

Campus Palmas

Luciano Martignoni

Campus Paranaguá

Roberto Teixeira Alves

Campus Paranaíba

José Barbosa Dias Junior

Campus Pinhais

Alexandre Machado Fernandes

Campus Pitanga

Vicente Estevam Sandeski

Campus Telêmaco Borba

Karina Mello Bonilaure

Campus Umuarama

Alan Rodrigo Padilha

Campus União da Vitória

Patricia Cambrussi Bortolini

Diretores de *Campi* Avançados

Campus Avançado Astorga

Patrícia da Silveira

Campus Avançado Barracão

Joaquim Jose Honorio de Lima

Campus Avançado Coronel Vivida

Evandro Marcos Leonardi

Campus Avançado Goioerê

Carlos Henrique Furtado

Campus Avançado Quedas do Iguaçu
Kleber Augusto Michalichem

EXPEDIENTE

Equipe de Consolidação

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Diretoria de Informações Institucionais

Aline Cristina Souza Sehnem

Wagner Nogueira Teixeira

André Luiz Mateus Socoloski

Marcos Maia

AGRADECIMENTOS

A todos os servidores do Instituto Federal do Paraná, pelo fornecimento dos dados e informações e efetiva contribuição no desenvolvimento do processo de elaboração do presente Relatório de Gestão.

A todos os integrantes da comunidade interna, estudantes, servidores, colaboradores terceirizados e da comunidade externa, pela participação nos resultados alcançados durante o exercício de 2017.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	16
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	18
2.1 Finalidades e Competências.....	19
2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionalidade da unidade.....	23
2.3 Ambiente de atuação.....	25
2.4 Organograma.....	27
2.5 Macroprocessos Finalísticos.....	37
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	56
3.1 Planejamento Organizacional.....	56
3.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos.....	63
3.3 Desempenho Orçamentário.....	63
3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	64
3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	67
3.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	68
3.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	68
3.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	69
3.3.6 Informações sobre a realização de receitas.....	71
3.3.7 Informações sobre a execução das despesas.....	71
3.3.8 Suprimento de Fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal.....	74
3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	75
3.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do TCU.....	76
3.4.2 Outros indicadores de desempenho.....	78
3.5 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos.....	79
4. GOVERNANÇA.....	88
4.1 Descrição das estruturas de governança.....	88
4.2 Atuação da unidade de auditoria interna.....	94
4.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	99
5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	102
5.1 Gestão de Pessoas.....	102
5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	102
5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	104
5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	105
5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	105
5.1.5 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	105
5.2 Gestão de Patrimônio e Infraestrutura.....	106
5.2.1 Gestão de frotas de veículos.....	106
5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	108
5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	109
5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	120
5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	120
5.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.....	121
5.3 Gestão de Tecnologia da Informação.....	121
5.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	130
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	131
6.1 Canais de acesso ao cidadão.....	131
6.2 Carta de serviços ao cidadão.....	134
6.3 Aferição do grau de satisfação do cidadão-usuário.....	134
6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	135

6.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	135
7.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	138
7.1	Desempenho financeiro do exercício	138
7.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	138
7.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	140
7.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4320/64 e notas explicativas	140
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	147
8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	147
8.2	Tratamento de recomendações do Órgão de controle interno	149
8.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário.....	151
8.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8666/93	151
8.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	152
8.6	Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	152
8.7	Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.	153
9.	DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	154
9.1	Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.....	154
9.2	Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	154
9.3	Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas .	155
9.4	Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.....	155
9.5	Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	155
9.6	Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI	157

Lista de Siglas

ABDES – Agência Brasileira de Desenvolvimento Econômico e Social
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AUDIN – Auditoria Interna
CDTIC – Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação e Comunicação
CENSUP – Censo da Educação Superior
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGB – Coordenação Geral de Bibliotecas
CGSA – Coordenação Geral de Secretarias Acadêmicas
CGSI – Comitê Gestor de Segurança da Informação
CGU – Controladoria-Geral da União
CNAE – Cadastro Nacional de Classificação Econômica
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODIC – Colégio de Dirigentes do Campus
CODIR – Colégio de Dirigentes
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
COMEC – Comitê Estratégico Central
CONSAP – Conselho de Administração e Planejamento
CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUP – Conselho Superior
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
DAES – Diretoria de Assuntos Educacionais e Atividades Especiais
DBR – Declaração de Bens e Renda
DEMTEC – Diretoria de Ensino Médio e Técnico
DESUP – Diretoria do Ensino Superior e Pós-Graduação
DIEXT – Diretoria de Extensão e Políticas de Extensão
DN – Decisão Normativa
DTIC – Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
EAD – Educação a Distância
EDUCACENSO - Censo Escolar da Educação Básica
ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
ET – UFPR – Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná
FIC – Formação Inicial Continuada
FICIÊNCIAS – Feira de Inovação das Ciências e Engenharias
FIEP – Federação das Indústrias do Paraná
FORPOG – Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GR – Gabinete do Reitor
IEC – International Electrotechnical Commission (Comissão Eletrotécnica Internacional)
IF – Instituto Federal
IFPR – Instituto Federal do Paraná
IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro
JIFPR – Jogos do Instituto Federal do Paraná
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAF – Mostra Artística Fotográfica
MD – Ministério da Defesa
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário¹⁴
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTUR – Ministério do Turismo
NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais e Específicas
NBCT – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
OCI – Órgão de Controle Interno
PACE – Programa de Assistência Complementar aos Estudantes
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PBIS – Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social,
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIIC – Programa Institucional de Iniciação Científica
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNE – Plano Nacional de Educação
PNP – Plataforma Nilo Peçanha
PPA – Plano Plurianual
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPI – Projeto Político Institucional
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na
Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROENS – Pró-Reitoria de Ensino
PROEPI – Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação
PROGEPE – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
REPE – Rede Educacional Pró-Empreendedorismo e Inovação
RFB – Receita Federal do Brasil

SEAP – Seção de Análise Processual
SEAF – Seção Administrativa e Financeira
SEDS – Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social
SEED – Secretaria de Estado da Educação
SEER – Seminário de Relações Étnico-Raciais
SEPIN – Seminário de Extensão, Pesquisa e Inovação
SERAC – Seção de Registro e Acompanhamento Acadêmico
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SETS – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária
SETU – Secretaria de Estado do Turismo
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contrato
SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
TAM – Termo de Acordos e Metas
TCU – Tribunal de Contas da União
UGR – Unidade Gestora Responsável
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UNED – Unidade Educacional
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

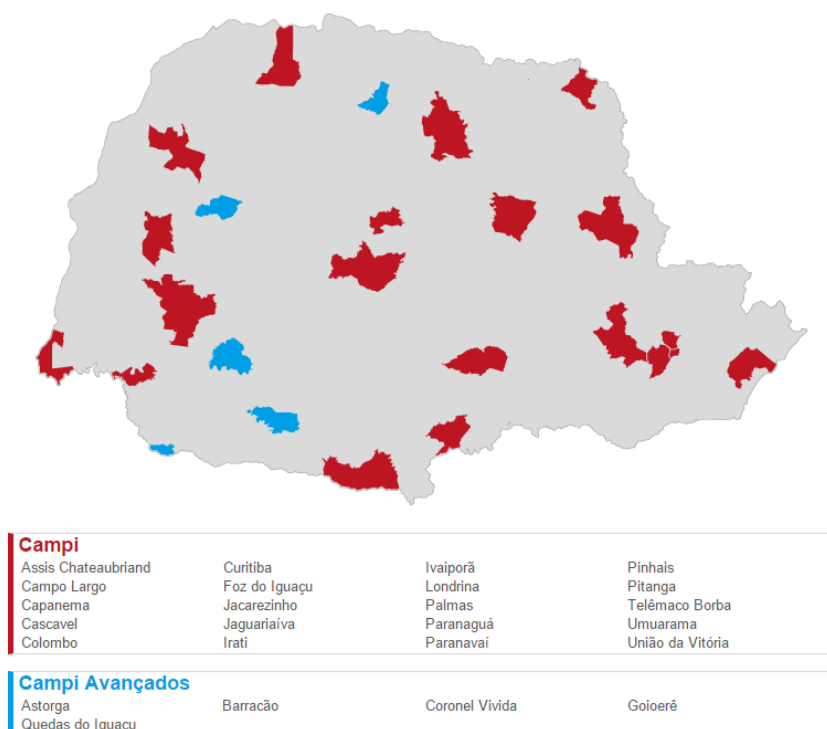
1. APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal do Paraná, instituído pela Lei 11.892 de 29 de Dezembro de 2008, descendente de escolas que se transformaram ao longo do tempo, como a Escola Alemã (século XIX), o Colégio Progresso (século XX) e a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR), apresenta aos órgãos fiscalizadores e à sociedade o relatório de suas atividades de gestão correspondente ao ano de 2017, estruturado com base nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e 72/2013, das Decisões Normativas TCU nº 161/2017 e 163/2017, das Resoluções TCU nº 234/2010 e 244/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a qual integra o Instituto Federal do Paraná, traz consigo uma herança centenária de ensino profissionalizante aliada ao que existe de mais ousado e inovador no que diz respeito à Educação Profissional.

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei.

Cerca de nove anos após ser instituído formalmente, o IFPR possui 20 *Campi* e 05 *Campi Avançados*, espalhados por todo o estado (vide mapa abaixo). Todos os 25 *Campi* contam com oferta de cursos regulares e cursos de formação complementar, de acordo com as necessidades regionais.



A Reitoria, sediada em Curitiba, é composta por cinco Pró-Reitorias e duas Diretorias Sistêmicas:

- PROENS - Ensino;
- PROAD - Administração;
- PROEPI - Extensão, Pesquisa e Inovação;
- PROGEPE - Gestão de Pessoas;
- PROPLAN - Planejamento e Desenvolvimento Institucional e duas Diretorias Sistêmicas;
- DTIC – Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação;

- EAD – Diretoria de Ensino a Distância.

De forma abrangente, o presente relatório demonstra os resultados alcançados no que diz respeito às ações de natureza estruturante, desenvolvidas a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão por meio das ferramentas de gestão. Ao mesmo tempo em que se constitui como instrumento com a finalidade de prestar contas em cumprimento aos dispositivos legais evidenciados, o Relatório de Gestão possui como objetivo também preservar a memória da Instituição.

O acompanhamento da execução orçamentária e financeira e consolidação deste documento realizaram-se por meio dos sistemas:

- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;
- Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC;
- Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC;
- Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE;

Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) é uma autarquia pública federal de ensino vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). É voltada a educação básica, profissional e superior, especializada na oferta gratuita de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino.

A instituição foi criada em dezembro de 2008 através da Lei 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e os 38 institutos federais hoje existentes no país. Com a Lei em vigor, a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR) foi transformada no IFPR, que hoje possui autonomia administrativa e pedagógica.

O IFPR é uma instituição pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

O IFPR promove a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico, nas potencialidades regionais, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.

Missão

Promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade.

Visão

Ser referência em educação profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo compromisso com a transformação social.

Valores

- Pessoas;
- Visão sistêmica;
- Educação de qualidade e excelência;
- Eficiência e eficácia;
- Ética;
- Sustentabilidade;
- Qualidade de vida;
- Diversidade humana e cultural;
- Inclusão social;
- Empreendedorismo e inovação;
- Respeito às características regionais;
- Democracia e transparência.

2.1 Finalidades e Competências

De acordo com a Lei de criação (Lei nº 11.892/08) e com seu Estatuto, o IFPR tem as seguintes finalidades e características:

- I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

A direção do IFPR é feita de forma democrática, com estímulo e zelo à participação de toda a sociedade, por meio de seus conselhos e colegiados.

Conselho Superior

É o órgão consultivo e deliberativo, sendo órgão máximo do Instituto Federal do Paraná.

São competências do Conselho Superior (CONSUP):

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional;
- Deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal e dos Diretores-Gerais dos campi, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;
- Aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;
- Aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- Aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- Autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal;
- Homologar a criação e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal;

- Aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do Instituto Federal, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
- Constituir outros órgãos colegiados de natureza consultiva, deliberativa ou propositiva, mediante proposta apresentada pelo Reitor, conforme necessidades específicas do IFPR;
- Delegar a outros Colegiados a atribuições consultivas, normativas e deliberativas sobre temas específicos, por meio de Resolução específica e detalhados no Regimento Geral;
- Delegar sobre questões submetidas à sua apreciação.

Colégio de Dirigentes

É o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, com caráter consultivo.

São competências do Colégio de Dirigentes:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- Apresentar a criação e alterações de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal;
- Apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;
- Apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal a ele submetido.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), regulamentado pela Resolução 48/12 – CONSUP, integrante da estrutura do Instituto Federal do Paraná, é órgão propositivo, consultivo, normativo e deliberativo, por delegação do Conselho Superior, no que tange às políticas institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPR tem como atribuições:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Assessorar a Reitoria no que tange às políticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação do IFPR;
- Avaliar e aprovar as diretrizes de ensino, pesquisa, extensão e inovação de acordo com a política institucional;
- Emitir parecer sobre processos de criação e extinção de cursos no IFPR, para posterior encaminhamento ao Conselho Superior;
- Analisar e emitir parecer final sobre os processos de ajuste curricular e suspensão temporária de cursos;
- Acompanhar as ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados ao ensino, pesquisa e extensão;
- Expedir orientações para a organização e reestruturação curricular dos cursos do IFPR;
- Regulamentar e aprovar normas sobre processos seletivos, currículos e programas, matrículas, transferências, processo decisório sobre a vida escolar do aluno, aproveitamento de estudos, além de outras que se incluam no âmbito de sua competência;
- Aprovar normas de controle e registro da atividade acadêmica;
- Aprovar normas para o registro de diplomas do IFPR e dos diplomas de outras entidades ou instituições, nos termos e limites da legislação em vigor;
- Aprovar normas relativas à acreditação, à certificação de competências profissionais e acadêmicas e à revalidação de diplomas, nos termos da legislação vigente;

- Identificar oportunidades de interação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão e propor ações de efetivação dessa interação;
- Avaliar e definir a participação institucional em editais de fomento à pesquisa e extensão;
- Estabelecer procedimentos de acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Avaliar e emitir parecer sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) dos campi e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFPR, para posterior apreciação do CONSUP;
- Manifestar-se sobre qualquer matéria de ensino, pesquisa e extensão não incluída na competência de outro órgão, submetidos a sua apreciação;
- Elaborar propostas de seu próprio regulamento e posteriores alterações, a ser apreciado e aprovado pelo Conselho Superior;
- Exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas recomendações;
- Julgar os recursos sobre matérias de sua competência;
- Propor títulos honoríficos ao CONSUP para pessoas ou instituições com atuação destacada no ensino, pesquisa e extensão;
- Manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação e emitir parecer e fixar normas em matéria de sua atribuição.

Conselho de Administração e Planejamento

O Conselho de Administração e Planejamento (CONSAP), regulamentado pela Resolução 49/12 – CONSUP e pela Resolução 21/14 – CONSUP, integrante da estrutura do Instituto Federal do Paraná IFPR, é órgão consultivo, por delegação do Conselho Superior – CONSUP, e propositivo no que tange às políticas Institucionais de gestão de pessoas, recursos orçamentários, infraestrutura e expansão física, planejamento e desenvolvimento institucional.

O CONSAP tem como atribuições:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Aprovar as diretrizes relativas à administração do IFPR envolvendo gestão de pessoas, recursos financeiros, infraestrutura e expansão física, planejamento e desenvolvimento institucional;
- Aprovar, acompanhar e avaliar a proposta orçamentária global e o orçamento do IFPR, ressalvadas as competências do CONSUP;
- Aprovar, acompanhar e avaliar o Plano de Gestão Anual do IFPR, no âmbito de sua competência, antes do encaminhamento ao CONSUP;
- Aprovar, acompanhar e avaliar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no âmbito de sua competência, antes do encaminhamento ao CONSEPE;
- Fixar normas complementares às do Estatuto e do Regimento Geral em matéria que lhe for afeta, ressalvadas as competências do CONSUP;
- Propor taxas, contribuições e emolumentos;
- Apreciar e opinar sobre o plano diretor do IFPR;
- Emitir parecer sobre propostas de criação, modificação e extinção de órgãos administrativos;
- Aprovar a aceitação de legados, donativos, doações e heranças sob condição ou encargo;
- Aprovar, acompanhar e avaliar o dimensionamento de pessoas e alocação de vagas no IFPR;
- Analisar e emitir parecer sobre a proposta de avaliação de desempenho e estágio probatório dos servidores do IFPR;
- Aprovar, acompanhar e avaliar o programa de capacitação e qualificação dos servidores do IFPR;
- Analisar e emitir parecer sobre o relatório de gestão, encaminhando-o ao Conselho Superior para apreciação;

- Analisar e emitir parecer sobre o Planejamento Estratégico do IFPR, encaminhando-o ao Conselho Superior para apreciação;
- Analisar e emitir parecer sobre o projeto de avaliação institucional, encaminhando ao Conselho Superior para apreciação;
- Avaliar e analisar relatórios inerentes a informações da instituição e à pesquisa institucional;
- Julgar os recursos sobre matérias de sua competência;
- Propor títulos honoríficos ao CONSUP para pessoas ou instituições com atuação destacada nas áreas de planejamento e administração;
- Manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação e emitir parecer e fixar normas em matéria de sua atribuição.

Colégio Dirigente do Campus

O Colégio Dirigente do Campus (CODIC), integrante da estrutura do IFPR, é o órgão consultivo e propositivo, cuja finalidade é colaborar para o aperfeiçoamento dos processos educativos, administrativos e orçamentários financeiros e zelar pela correta execução das políticas do IFPR em cada Campus.

O CODIC tem como atribuições:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- A função consultiva e propositiva correspondente às competências para assessorar a gestão do Campus, opinando sobre as ações pedagógicas, administrativas, orçamentárias e disciplinares exercidas pelas Unidades Executivas, abrangendo as seguintes atividades: Manifestar sobre a proposta curricular do Campus, bem como analisar dados do desempenho educacional da instituição para propor o planejamento das atividades pedagógicas; Participar do processo de avaliação institucional da unidade e opinar sobre os processos que lhe forem encaminhados; Recomendar providências para a melhor utilização do espaço físico, bens e serviços e do pessoal do Campus; Opinar sobre o planejamento global e orçamentário do Campus e recomendar sobre suas prioridades, para fins de aplicação dos recursos a elas destinados; Manifestar sobre a prestação de contas referentes aos programas e projetos desenvolvidos pelo Campus, antes de ser encaminhada ao setor competente do IFPR; Propor estratégias para atender com eficiência e eficácia as atividades finalísticas do Campus.
- A função avaliativa corresponde às competências para diagnosticar, avaliar e fiscalizar o cumprimento das ações desenvolvidas pelo Campus, abrangendo as seguintes atividades: Acompanhar e avaliar, periodicamente e ao final de cada ano letivo, o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, bem como o cumprimento de outros marcos regulatórios da gestão; Acompanhar os indicadores educacionais evasão, aprovação, reprovação e propor ações pedagógicas e socioeducativas para a melhoria do processo educativo no Campus; Acompanhar o cumprimento do Calendário Escolar estabelecido e participar da elaboração de Calendário Especial, quando necessário, conforme orientações da Reitoria do IFPR; Acompanhar o desempenho do corpo docente e administrativo comunicando à Direção-Geral caso seja detectada alguma irregularidade; Acompanhar e analisar a execução orçamentária e financeira do Campus, zelando por sua correta aplicação, observados os dispositivos legais pertinentes; Contribuir na avaliação das ações de ensino e dos projetos de pesquisa, de extensão e de inovação do Campus.
- A função mobilizadora corresponde às competências para apoiar, promover e estimular a comunidade escolar e local em busca da melhoria da qualidade do ensino e do acesso à escola, abrangendo as seguintes atividades: Criar mecanismos para estimular a participação da comunidade escolar e local na execução do Projeto Político Pedagógico, promovendo a correspondente divulgação; Manter articulação com as Unidades Executivas do Campus, colaborando para a realização das respectivas atividades com as famílias, com a comunidade e com as empresas, inclusive apoiando as ações de resgate e conservação do patrimônio público; Mobilizar a comunidade local a estabelecer parcerias com o Campus voltadas para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico; Propor a promoção de eventos culturais, comunitários e pedagógicos que favoreçam o respeito ao saber do estudante e valorizem a cultura local, bem como estimular a instalação de fóruns de debates que elevem o nível intelectual, técnico e político dos diversos

segmentos da comunidade escolar; Incentivar a criação de grêmios estudantis e/ou diretórios acadêmicos e apoiar seu funcionamento;

- A função normativa corresponde à função de orientar e disciplinar, por meio de normas complementares, diretrizes e indicações, dentro do âmbito de sua competência, obedecendo aos marcos legais do IFPR.

2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionalidade da unidade

A criação da Lei Federal nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008, foi fundamental para a expansão da educação pública e gratuita no Brasil, representada pela criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Ao instituir, à época, os trinta e oito Institutos Federais de Educação, inicia-se uma história de compromissos com a educação, com o desenvolvimento humano e cultural da população brasileira. O Instituto Federal do Paraná integrando esse contexto, a partir do legado da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná que foi transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, passou a contar com maior autonomia de gestão, assumindo o compromisso de atender às crescentes demandas sociais, de ampliar a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada, Técnicos de Nível Médio e Superior, formando sujeitos conscientes do seu papel na sociedade, além de promover a inclusão – sua maior responsabilidade. A mesma lei nº 11.892 traz a distribuição na atuação do IFPR, que deve ter 50% das vagas para a educação profissional técnica de nível médio e 20% das vagas para cursos de licenciatura, com vistas à formação de professores para a educação básica, e para a educação profissional, priorizando a interiorização e criação de novos Campi em cidades e/ou regiões de baixo IDH e/ou IDEB.

O Instituto Federal do Paraná vem empreendendo esforços e implementando ações em parceria com os governos municipais e estadual, entidades da sociedade civil representativas das classes patronal e dos trabalhadores, além de outros órgãos federais, para que no Paraná haja ampliação significativa de vagas para os cursos presenciais e a distância (Cursos Técnicos e Superiores, Formação Inicial e Continuada - FIC e Mulheres Mil, nas modalidades Presencial e EaD).

Além do ensino, projetos e programas de pesquisa e extensão são implantados em parcerias com diferentes setores da sociedade, mediante convênios, contratos ou intercâmbios com outras instituições nacionais e internacionais, envolvendo docentes e discentes dos diversos níveis e modalidades de educação no atendimento às demandas locais, regionais e institucionais.

O IFPR é composto por uma Reitoria, com sede em Curitiba, e 25 Campi (entre Campi, Campi avançados) distribuídos pelo Paraná: Assis Chateaubriand, Astorga, Barracão, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Coronel Vivida, Curitiba, Foz do Iguaçu, Goioerê, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranaíba, Pinhais, Pitanga, Quedas do Iguaçu, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória.

Os Campi estão distribuídos em todas as 10 (dez) macrorregiões geográficas do Paraná. O IFPR potencializa o acesso da população à educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de qualidade em no mínimo 50% das 39 microrregiões políticas do Estado e 100% das macrorregiões.

Dados da Unidade:

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 244
Identificação da Unidade		
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná		
Denominação Abreviada: IFPR		
Código SIORG: 49103	Código LOA: 26432	Código SIAFI: 158009
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 10.652.179/0001-15

Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico	Código CNAE: 8541400
Telefone de Contato: (41) 3595-7600	
Endereço Eletrônico: gabinete@ifpr.edu.br	
Página da Internet: www.ifpr.edu.br	
Endereço Postal: Av. Victor Ferreira do Amaral, 306 - Edifício Aroeira Office Park - 3º Andar - Tarumã, Curitiba - PR, 82530-200	

Portarias de criação dos *Campi* do IFPR

Campus	Portaria MEC
Assis Chateaubriand	Portaria MEC Nº 993 de 07/10/2013
Astorga	Portaria MEC Nº 27 de 21/01/2015
Barracão	Portaria MEC Nº 1.074 de 30/12/2014
Campo Largo	Portaria MEC Nº 993 de 07/10/2013
Capanema	Portaria MEC Nº 27 de 21/01/2015
Cascavel	Portaria MEC Nº 1.074 de 30/12/2014
Colombo	Portaria MEC Nº 378 de 09/05/2013
Coronel Vivida	Portaria MEC Nº 330, de 23/04/2013
Curitiba	Lei Federal Nº 11.892 de 29/12/2008
Foz do Iguaçu	Portaria MEC Nº 131 de 29/01/2010
Goioerê	Portaria MEC Nº 27 de 21/01/2015
Irati	Portaria MEC Nº 330 de 23/04/2013
Ivaiporã	Portaria MEC Nº 993 de 07/10/2013
Jacarezinho	Portaria MEC Nº 1.170 de 21/09/2010
Jaguariaíva	Portaria MEC Nº 27 de 21/01/2015
Londrina	Portaria MEC Nº 330 de 23/04/2013
Palmas	Portaria MEC Nº 330 de 23/04/2013
Paranaguá	Portaria MEC Nº 705 de 09/06/2008
Paranavaí	Portaria MEC Nº 1.170 de 21/09/2010
Pinhais	Portaria MEC Nº 27 de 21/01/2015
Pitanga	Portaria MEC Nº 27 de 21/01/2015
Quedas do Iguaçu	Portaria MEC Nº 27 de 21/01/2015
Telêmaco Borba	Portaria MEC Nº 1.170 de 21/09/2010
Umuarama	Portaria MEC Nº 1.170 de 21/09/2010
União da Vitória	Portaria MEC Nº 27 de 21/01/2015

As normas referentes à estrutura organizacional do IFPR encontram-se disponíveis no portal do IFPR na internet: <http://www.ifpr.edu.br/>, na aba Documentos Institucionais >Resoluções.

Normas de estrutura e funcionamento

Norma	Data	Ementa
Resolução 01/2009	30/03/2009	Aprova o Estatuto do IFPR.
Resolução 02/2009	30/03/2009	Estabelece diretrizes para a gestão das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR.
Resolução 08/2010	29/03/2010	Dispõe sobre a criação dos Comitês de Pesquisa e Extensão no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR e estabelece critérios para suas atribuições, composição e funcionamento.
Resolução 62/2010	28/05/2010	Dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.
Resolução 66/2010	28/07/2010	Aprova o Regimento do Conselho Superior do Instituto Federal do Paraná.
Resolução 54/2011	21/12/2011	Dispõe sobre a Organização Didático Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR.
Resolução 55/2011	21/12/2011	Dispõe sobre a Organização Didático Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR.
Resolução 01/2012	02/02/2012	Institui o regulamento disciplinar do corpo discente do IFPR.
Resolução 48/2012	17/09/2012	Regulamenta o CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPR.
Resolução 49/2012	17/09/2012	Regulamenta o CONSAP – Conselho de Administração e Planejamento do IFPR.
Resolução 56/2012	03/12/2012	Aprova o Regimento Geral do IFPR.
Resolução 63/2012	17/12/2012	Aprova a Identidade Institucional do IFPR.
Resolução 02/2013	26/03/2013	Aprova o Regulamento de Estágios no âmbito do IFPR.
Resolução 41/2013	09/12/2013	Aprova o Regimento Interno do Colégio Dirigente dos Campi do IFPR.
Resolução 42/2013	09/12/2013	Aprova a Política de Comunicação do IFPR.
Resolução 08/2014	30/04/2014	Aprova o Regimento Interno Comum aos Campi do IFPR.
Resolução 09/2014	13/05/2014	Fixa as normas e procedimentos para funcionamento dos cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, em nível de Pós-Graduação, no IFPR.
Resolução 10/2014	13/05/2014	Fixa as normas e procedimentos para funcionamento dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, no IFPR.
Resolução 34/2014	01/12/2014	Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014/2018.
Resolução 17/2016	31/05/2016	Autoriza o funcionamento dos Polos de Apoio Presencial exclusivamente para oferta de cursos técnicos na modalidade a distância do IFPR.

2.3 Ambiente de atuação

A dinâmica socioeconômica algumas vezes é expansiva, outras contrátil, tanto em nível local quanto regional, na qual a Autarquia possui potencial abrangência. Os indicadores sociais, econômicos, populacionais, educacionais, entre outros, são analisados como uma ferramenta de gestão para propor parâmetros e metodologias para atividades de ensino, pesquisa e extensão da Autarquia. Por meio dos estudos e pesquisas é possível fundamentar o planejamento institucional e suas correlações com o Desenvolvimento Regional das comunidades, norteados processos de expansão ou não dos Campi.

A educação profissionalizante no Paraná sempre encontrou fortes ligações com o sistema S (SESC / SENAI), que hoje possuem escolas de ensino médio profissionalizante em 70% das cidades atendidas por Campi do IFPR, excetuando-se as dos Campi avançados, deixando clara a demanda deste tipo de ensino nas regiões atendidas. Conforme a Diretoria de Registro e Assuntos Acadêmicos do IFPR – DIRAC, no processo seletivo de 2017, foram ofertadas 3.771 vagas para cursos médio/técnicos, com um total de 11.018

inscritos, sendo que a relação foi de 2,92 candidatos por vaga; e 1.637 vagas ofertadas para cursos superiores, com um total de 5.197 inscritos sendo que a relação foi de 3,17 candidatos por vaga. Estes dados são apenas de cursos regulares presenciais ofertados pelo IFPR. Ainda com relação a relação candidato vaga, de acordo com a Diretoria de Educação a Distância, para os cursos EAD, foram ofertadas 6.840 vagas, com um total de 6.564 inscritos, totalizando 0,95 candidatos para cada vaga. Com relação aos cursos EAD ofertados via PRONATEC, foram oferecidas 3.320 vagas e obtivemos 4.545 inscritos, totalizando 1,36 candidatos por vaga.

Além do sistema S, existem escolas técnicas estaduais e particulares, ofertando cursos profissionalizantes nos mesmos municípios, sem, contudo, encontrar saturação, haja vista a demanda por esse tipo de ensino.

Da mesma forma, todas as cidades com cursos superiores ofertados pelo IFPR têm outras instituições, quer federais, estaduais ou particulares, ofertando graduações nos mesmos municípios ou regiões sem, contudo, encontrar saturação, sendo esses os cursos de maior relação de procura por vaga nos processos seletivos.

Analisando o ambiente de atuação, percebe-se um conjunto complexo de fatores, incontroláveis, que influenciam diretamente nas decisões estratégicas da Instituição, determinando, em última análise, seu sucesso ou fracasso.

Nesta análise identificam-se as “oportunidades”, que são forças ambientais incontroláveis que, se bem aproveitadas, podem trazer vantagens competitivas ao IFPR; e as “ameaças”, que são as forças ambientais incontroláveis pela instituição que, se ignoradas, podem trazer desvantagens competitivas.

Esta análise ambiental foi realizada tendo como base o questionário da CPA – Comissão Própria de Avaliação, discutida e revista pelo COMEC (Comitê Estratégico Central), e que será revisada em 2017/2018 pela elaboração do PDI 2019-2023.

Oportunidades para o IFPR:

- Demanda de inovações tecnológicas e empreendedorismo;
- Políticas Públicas de Ensino;
- Incentivo do governo à Educação de Jovens e Adultos;
- Incentivo à qualificação profissional;
- Demanda da sociedade por qualidade de ensino;
- Programa de Aceleração do Crescimento;
- Carência de profissionais técnicos no mundo do trabalho;
- Avanço ao estímulo educacional;
- Vocação tecnológica e desenvolvimento regional;
- Política de ampliação de unidades, cursos e vagas;
- Disponibilidade de participação da comunidade externa;
- Desenvolvimento de programas socioambientais;
- Parcerias com organizações e empresas;
- Divulgar e compartilhar trabalhos científicos e educacionais com a comunidade;
- Tradição e boa imagem das escolas técnicas públicas federais;
- Grande demanda para cursos integrados;
- Parcerias educacionais e tecnológicas, nacionais e internacionais;
- Disponibilidade de profissionais para ingresso na instituição;
- Aumento da demanda de Ensino a Distância;
- Política de uso de novas tecnologias educacionais;
- Estímulo à sustentabilidade;

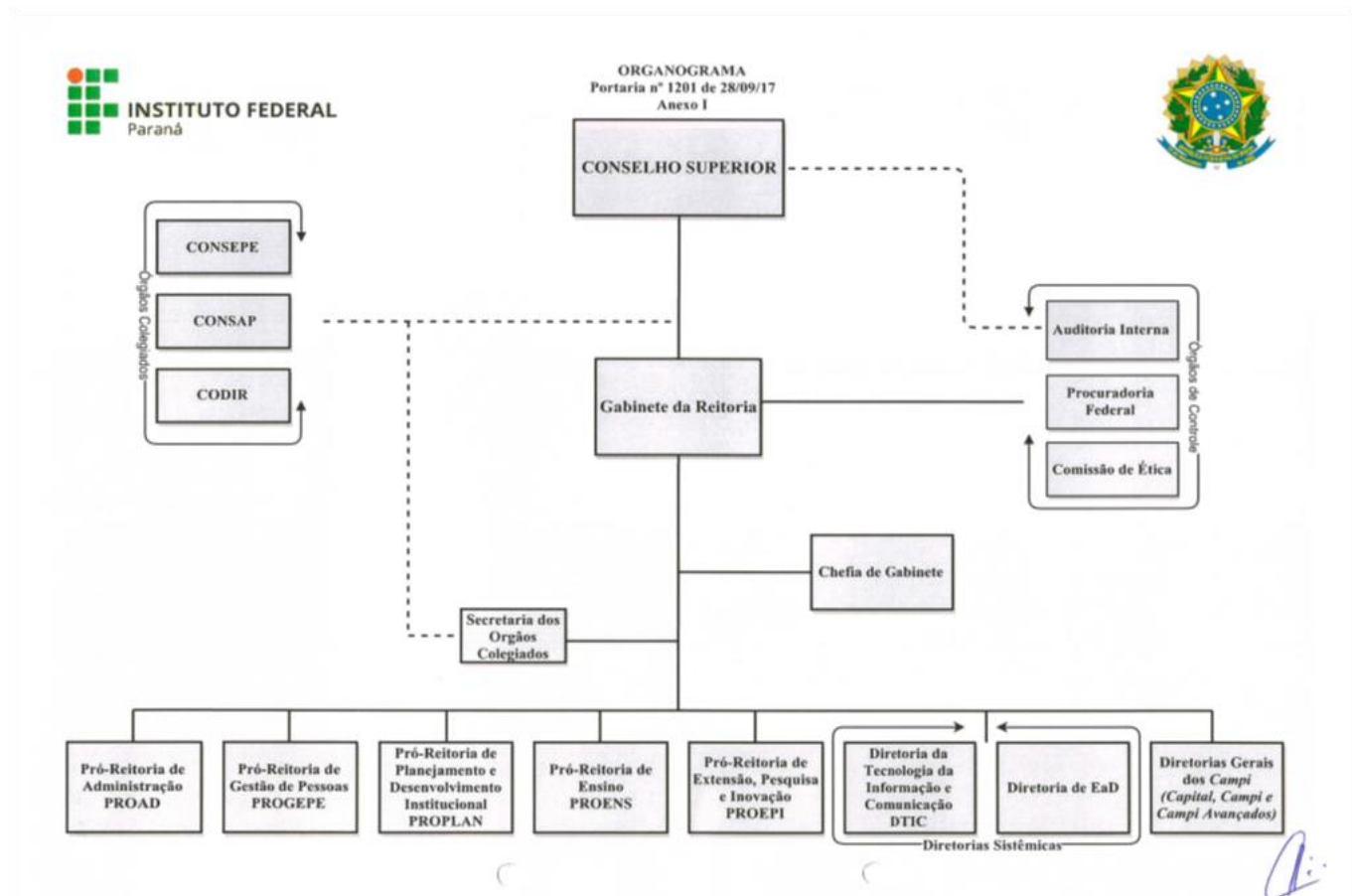
- Disponibilidade de participação em editais de fomento ao ensino, pesquisa e extensão;
- Benchmarking em melhores práticas de gestão;
- Sistema integrado de planejamento.

Ameaças para o IFPR:

- Burocracias e lentidão nas relações com instituições públicas e privadas;
- Falta de conhecimento e valorização da comunidade sobre a educação profissional;
- Falta de oferta de serviços próximos às unidades;
- Distância física da unidade até o centro da cidade;
- Mobilidade urbana;
- Catástrofes naturais e acidentes;
- Crise nacional;
- Entraves políticos nas parcerias municipais.

2.4 Organograma

O IFPR realizou a sua última adequação do Organograma por meio da emissão da Portaria Nº 1201 de 28 de setembro de 2017.



Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitoria / Gabinete da Reitoria	Órgão da administração central que responde por todos os assuntos relacionados ao Instituto Federal do Paraná. É de competência da Reitoria coordenar, administrar e planejar o cotidiano do Instituto. A administração da reitoria está subordinada ao Conselho Superior, órgão máximo da Instituição.	Prof. Odacir Antonio Zanatta	Reitor pró-tempore	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Ensino - PROENS	Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais; Planejar, fomentar, superintender e coordenar as políticas de ensino do IFPR, em consonância com as diretrizes institucionais, legislação nacional e os objetivos da criação dos Institutos Federais; Gerir os recursos destinados às ações voltadas para o ensino no IFPR; Integrar as ações da assistência estudantil com as políticas de ensino do IFPR; Articular as políticas de ensino com as diferentes políticas de extensão, pesquisa, empreendedorismo e inovação tecnológica no IFPR; Propor, discutir e submeter à aprovação em Conselho competente, às regulamentações pertinentes ao ensino, bem como intermediar junto aos Conselhos Superiores assuntos pertinentes a sua matéria; Orientar a elaboração do PPI quanto às diretrizes de ensino; Orientar os campi na elaboração do PPP; Apoiar as Unidades da PROENS no cumprimento de suas atribuições. Representar a Pró-Reitoria de Ensino em eventos, reuniões, fórum, congresso nacionais e internacionais; Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, de interesse da Administração.	Prof. Sergio Garcia dos Mártires Amarildo Pinheiro Magalhães	Pró-Reitor de Ensino	De 01/01/2017 a 01/10/2017 De 02/10/2017 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação – PROEPI	Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais; Propor as Políticas de extensão, pesquisa e inovação para a instituição, de acordo com a legislação vigente; •Gerir os recursos destinados às ações de extensão, pesquisa e inovação; Fomentar as ações de extensão, pesquisa e inovação da Instituição, através dos programas governamentais e outros, de caráter estratégico, coordenando-os e executando-os em sua área de competência; Articular a extensão, a pesquisa e a inovação com as diferentes formas e estratégias de educação; Propor para discussão e submeter à aprovação em conselho competente as regulamentações pertinentes à extensão, pesquisa e inovação; Intermediar junto aos Conselhos Superiores assuntos pertinentes à sua matéria; Responsabilizar-se pela gestão das atividades de apoio à extensão, pesquisa e	Prof. Marcelo Estevam	Pró-Reitor de Extensão, Pesquisa e Inovação	De 01/01/2017 a 31/12/2017

	<p>inovação; Atuar de forma sistêmica em todas as ações relacionadas à extensão, pesquisa e inovação; Representar a Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação em eventos, reuniões, fóruns, congresso nacionais e internacionais; Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, de interesse da Administração.</p>			
<p>Pró-Reitoria de Administração – PROAD</p>	<p>Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais; Propor as Políticas e normas relativas ao funcionamento do sistema de administração, de recursos materiais, de projetos e obras e de contabilidade e finanças, no âmbito do IFPR; Supervisionar a execução do planejamento institucional (elaboração dos planos e programas) relacionados à área de obras e espaços físicos e a manutenção de bens móveis e imóveis; Supervisionar a operacionalização do sistema de concessão de diárias e passagens da Instituição; Supervisionar, acompanhar, orientar e avaliar a execução da política de desenvolvimento e suprimento de recursos materiais do IFPR; Analisar, coordenar e supervisionar os procedimentos para celebração de contratos, termos de cessão, termos aditivos, apostilamentos e outros ajustes; Orientar, acompanhar, supervisionar e controlar as atividades de aquisição, distribuição e controle de material, registro e movimentação de processos administrativos e serviços gerais; Supervisionar a contabilização orçamentária, financeira e patrimonial do IFPR; Supervisionar e colaborar com a elaboração da prestação de contas anual do IFPR; Supervisionar, acompanhar, orientar e avaliar a execução da política de desenvolvimento e suprimento de recursos financeiros do IFPR; Colaborar e fornecer subsídios na elaboração do plano de desenvolvimento institucional; Colaborar e fornecer subsídios na elaboração do Relatório de Gestão do IFPR; Consolidar relatórios gerenciais inerentes às atividades da Pró-Reitoria; Desenvolver outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, de interesse da Administração.</p>	<p>José Sikora Neto</p> <p>Prof. Celso Luiz Buiar</p>	<p>Pró-Reitor de Administração</p>	<p>De 01/01/2017 a 22/05/2017</p> <p>De 23/05/2017 a 31/12/2017</p>
<p>Pró-reitora de Gestão de Pessoas – PROGEPE</p>	<p>Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais; Garantir e buscar as condições para assegurar as ações decorrentes dos princípios e diretrizes previstas no Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do PCCTAE e dos Docentes aprovado pelo Governo Federal; Assegurar nas ações de desenvolvimento dos servidores: o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a realidade da instituição;</p>	<p>Eliane Aparecida Mesquita</p>	<p>Pró-Reitora de Gestão de Pessoas</p>	<p>De 01/01/2017 a 31/12/2017</p>

	o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e o Programa de Avaliação de Desempenho e a Administração de pessoal como uma atividade para acompanhar os direitos e deveres do servidor; Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, de interesse da Administração.			
Pró Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – PROPLAN	Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais; Coordenação, execução e controle relacionados ao desenvolvimento, aquisição e manutenção de sistemas de informação para a reitoria e Campi do IFPR; Coordenar, elaborar e acompanhar o planejamento orçamentário, tático e operacional da instituição, em consonância com o planejamento estratégico e com as políticas voltadas para o desenvolvimento institucional; Fomentar a excelência do gasto público no desenvolvimento das atividades administrativas, acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão; Coordenar as informações gerenciais e estatísticas da consolidação e divulgação dos indicadores de gestão; Prestação de contas anual apresentada aos órgãos de controle externo, do controle da inserção de dados nos sistemas de informações vinculados ao MEC, do controle dos processos de regulamentação do IFPR; Validar e consolidar a base de dados e informações, articulando os diferentes setores institucionais; Coordenar, elaborar, acompanhar o Plano de Desenvolvimento Institucional, Planejamento Estratégico e de políticas voltadas para o desenvolvimento institucional; Acompanhar procedimentos de gestão, tais como Manual de Competências e Mapeamento de Processos, atuando como facilitador para o alcance dos objetivos institucionais; Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, de interesse da Administração	Prof. Paulo Tetuo Yamamoto	Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Assis Chateaubriand	Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais; executar a política institucional no campus, garantindo a gestão democrática e participativa; fazer cumprir no campus os dias letivos, horas e horários de atividades pedagógicas vigentes; promover a elaboração e execução do projeto político-pedagógico e outros projetos que visem à eficiência do campus; acompanhar e avaliar os planos, programas e projetos voltados ao desenvolvimento institucional, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais; assegurar a participação da comunidade escolar na elaboração e acompanhamento da execução	Prof. José Provetti Júnior Prof. Vicente Estevam Sandeski Prof. José Provetti Júnior	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 30/10/2017 De 01/11/2017 a 29/11/2017 De 30/11/2017 a 31/12/2017
Campus Campo Largo		Prof. João Cláudio Bittencourt Madureira	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017

Campus Capanema	do projeto político-pedagógico, dos planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do campus, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais; coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos estudantes, visando à realização de ajustes necessários no projeto político-pedagógico; organizar e acompanhar, com a participação da comunidade escolar, o processo de avaliação interna e externa da unidade escolar; acompanhar, orientar e estimular permanentemente o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem; adotar medidas para a garantia do acesso, permanência e sucesso do estudante no campus, bem como prevenir a evasão escolar; promover ações que estimulem a utilização de espaços físicos do campus pela comunidade interna e externa, bem como o uso dos recursos disponíveis, visando à qualidade da educação; estimular a seleção, produção, divulgação e utilização de conhecimento e de materiais didático-pedagógicos no campus; participar do planejamento realizado pela reitoria sobre a oferta de vagas nos cursos do campus em consonância com a realidade local; acompanhar os procedimentos referentes à transferência e à declaração de equivalência, conforme orientações dos órgãos centrais do IFPR; coordenar a ação das matrículas no campus conforme orientações dos órgãos centrais do IFPR; participar do planejamento estratégico da instituição, promovendo a construção coletiva dos objetivos, estratégias, projetos e planos de ação do campus; coordenar as atividades administrativas do campus, observando as normas em vigor e as diretrizes institucionais expedidas pelos órgãos colegiados e pela reitoria; subsidiar os profissionais do campus, no tocante às normas vigentes e apresentar aos órgãos superiores da administração situações que estejam em desacordo com a legislação, buscando soluções imediatas; regularizar e dar autenticidade à vida escolar dos estudantes; gerenciar o funcionamento do campus, responsabilizando-se pelo registro de informações nos sistemas eletrônicos, zelando pela eficiência, cumprimento das normas educacionais e pela qualidade, legalidade e gratuidade do ensino; cumprir e fazer cumprir as disposições contidas nos atos administrativos gerais e na programação escolar expedidos pelos órgãos centrais do IFPR, inclusive com referência a prazos; assinar atos e portarias da administração e funcionamento do	Prof. Marcos Fernando Schmitt	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Cascavel		Prof. Luiz Carlos Eckstein	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Colombo		Prof. Ciro Bächtold	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Curitiba		Prof. Adriano Willian da Silva	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Foz do Iguaçu		Prof. Nelson de Castro Neto	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Irati		Prof. Ana Cláudia Radis	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Ivaiporã		Prof. Onivaldo Flores Júnior	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Jacarezinho		Prof. Rodolfo Fiorucci	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Jaguariaíva		Prof. Paulo Sérgio Horst	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Londrina		Prof. Marcelo Lupion Poleti	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Palmas		Prof. Luciano Martignoni	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Paranaguá		Prof. Roberto Teixeira Alves	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 04/07/2017
		Sergio Murilo Nogueira		De 05/07/2017 a 05/09/2017
		Prof. Roberto Teixeira Alves		De 06/09/2017 a 31/12/2017
Campus Paranavaí	Prof. José Barbosa Dias Junior	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017	
Campus Pinhais	Prof. Celso Luiz Buiar	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 22/05/2017	

	campus; examinar e aprovar relatórios apresentados pelos órgãos do campus; supervisionar a distribuição da carga horária obrigatória dos professores do campus, registrando ocorrências de ausência, garantindo a reposição de aulas decorrentes das faltas; convocar os(as) professores(as) para a definição da distribuição das aulas, adequando-as às necessidades do campus e do(a) professor(a); assinar certificados, atestados, guias de transferência e demais documentos que devam ser emitidos pelo órgão máximo do campus; disponibilizar mecanismos para controle da frequência dos servidores do campus, comunicando aos órgãos centrais do IFPR a atualização desse fluxo; elaborar e controlar a escala de férias dos servidores; responder pelo cadastramento, registros e manutenção das informações funcionais dos servidores no campus; realizar os procedimentos administrativos pertinentes, de acordo com a legislação em vigor e disposto no regimento geral, para apuração de faltas disciplinares dos professores, servidores técnico-administrativos e estudantes do campus garantindo o direito à ampla defesa; participar do planejamento orçamentário do campus coordenado pela reitoria; atuar como ordenador de despesas do campus, em conformidade com as orientações da reitoria e a legislação vigente; elaborar e submeter à aprovação de dois terços dos componentes do colégio dirigente do campus o plano de aplicação dos recursos oriundos de qualquer fonte; planejar, programar, registrar, executar e acompanhar as despesas do campus; acompanhar os créditos orçamentários do campus; informar, quando solicitado pela reitoria, detalhamento e justificativa de execução de despesas do campus; ao final do exercício financeiro elaborar o processo de prestação de contas anual; articular e integrar o campus com a família, a comunidade, instituições públicas e privadas; divulgar na comunidade os resultados e outras informações do campus; informar, quando solicitado pelos órgãos centrais, dados relativos ao campus; desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, de interesse da administração.	Prof. Alexandre Machado Fernandes		De 23/05/2017 a 31/12/2017
Campus Pitanga		Prof. Narciso Americo Franzin		De 01/01/2017 a 08/03/2017
		Prof. Vicente Estevam Sandeski	Diretor Geral	De 09/03/2017 a 30/10/2017
		Prof. Diego Manoel Panonceli		De 31/10/2017 a 29/11/2017
		Prof. Vicente Estevam Sandeski		De 30/11/2017 a 31/12/2017
Campus Telêmaco Borba		Profª. Karina Mello Bonilaure	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Umuarama		Prof. Alan Rodrigo Padilha	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Campus União da Vitória		Profª. Patricia Cambrussi Bortolini	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Avançado Astorga	Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais; Executar a política institucional no Campus Avançado, garantindo a gestão democrática e participativa; Fazer cumprir no Campus Avançado os dias letivos, horas e horários de atividades pedagógicas vigentes; Executar o Projeto Político-Pedagógico e outros projetos que visem à eficiência do Campus Avançado, conforme diretrizes do	Prof. Luiz Diego Marestoni		De 01/01/2017 a 04/09/2017
		Profª. Patrícia da Silveira	Diretor Geral	De 05/09/2017 a 31/12/2017

Campus Avançado Barracão	<p>Campus; Acompanhar e avaliar os planos, programas e projetos voltados ao desenvolvimento institucional, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais; Assegurar a participação da comunidade escolar na elaboração e acompanhamento da execução do Projeto Político-Pedagógico, dos planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do Campus, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de recursos humanos e de recursos materiais; Organizar e acompanhar, com a participação da comunidade escolar, o processo de avaliação interna e externa da unidade escolar; Acompanhar, orientar e estimular permanentemente o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem; Adotar medidas para a garantia do acesso, permanência e sucesso do(a) estudante no Campus Avançado, bem como prevenir a evasão escolar; Promover ações que estimulem a utilização de espaços físicos do Campus Avançado pela comunidade interna e externa, bem como o uso dos recursos disponíveis, visando à qualidade da educação; Estimular a seleção, produção, divulgação e utilização de conhecimento e de materiais didático-pedagógicos no Campus Avançado em consonância com as diretrizes do Campus; Participar do planejamento realizado pela Diretoria-Geral do Campus sobre a oferta de vagas nos cursos do Campus Avançado em consonância com a realidade local; Acompanhar os procedimentos referentes à transferência e à declaração de equivalência, conforme orientações dos órgãos centrais do IFPR; Coordenar a ação das matrículas no Campus conforme orientações da Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus; Participar do planejamento estratégico do Campus, promovendo a construção coletiva dos objetivos, estratégias, projetos e planos de ação do Campus Avançado; Coordenar as atividades administrativas do Campus Avançado, observando as normas em vigor e as diretrizes institucionais; Subsidiar os profissionais do Campus Avançado, no tocante às normas vigentes e apresentar aos órgãos superiores da administração situações que estejam em desacordo com a legislação, buscando soluções imediatas; Gerenciar o funcionamento do Campus Avançado, responsabilizando-se pelo registro de informações nos sistemas eletrônicos, zelando pela eficiência, cumprimento das normas educacionais e pela qualidade, legalidade e gratuidade do ensino; Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas nos atos administrativos gerais e na programação</p>	Prof. Joaquim José Honório de Lima	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Avançado Coronel Vivida		Prof. Evandro Marcos Leonardi	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Avançado Goioerê		Prof. Carlos Henrique Furtado	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Campus Avançado Quedas do Iguaçu		Prof. Kebler Augusto Michalichem	Diretor Geral	De 01/01/2017 a 31/12/2017

	<p>escolar, expedidos pelos órgãos centrais do IFPR, inclusive com referência aos prazos; Examinar e aprovar relatórios apresentados pelos órgãos do Campus Avançado; Supervisionar a distribuição da carga horária obrigatória dos professores do Campus Avançado, registrando ocorrências de ausência, garantindo a reposição de aulas decorrentes das faltas; Convocar os professores para a definição da distribuição das aulas, adequando-as às necessidades do Campus Avançado e do professor; Supervisionar a frequência dos servidores do Campus, comunicando ao Campus para a atualização desse fluxo; Responder pelo cadastramento, registros e manutenção das informações funcionais dos servidores no Campus Avançado; Realizar os procedimentos administrativos pertinentes, de acordo com a legislação em vigor e no disposto neste Regimento, para apuração de faltas disciplinares dos professores, servidores técnico-administrativos e estudantes do Campus Avançado, garantindo o direito à ampla defesa; Participar do Planejamento Orçamentário do Campus Avançado coordenado pela Diretoria Geral do Campus; Participar do planejamento, programação, registro, execução e acompanhamento das despesas do Campus Avançado; Informar, quando solicitado pela Diretoria-Geral do Campus, detalhamento e justificativa de execução de despesas do Campus Avançado; Ao final do exercício financeiro, elaborar o processo de prestação de contas anual do Campus Avançado; Articular e integrar o Campus Avançado com a família, a comunidade e as empresas; Divulgar na comunidade os resultados e outras informações do Campus Avançado; Estabelecer mecanismos de integração entre as famílias e o Campus Avançado; Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, de interesse da Administração</p>			
DTIC	<p>Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais; Elaborar, coordenar e controlar a implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC e das Políticas de Segurança da Informação; Dirigir o levantamento das necessidades dos usuários; supervisionar projetos de Soluções de Sistemas de informação, infraestrutura e apoio ao usuário de acordo com as atribuições da diretoria; Receber as solicitações de aquisições de softwares da Reitoria e Campi do IFPR; Buscar soluções de TIC que venham a agregar valores para a instituição; Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, de interesse da Administração.</p>	Prof. Marlon de Oliveira Vaz	Diretor de Tecnologia da Informação	De 01/01/2017 a 31/12/2017

EAD	<p>Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais; Articular investimentos em equipamentos, processos e tecnologias, de forma a dar sustentação aos projetos considerados prioritários no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, que envolvam EaD; Representar o EaD em todas as instâncias ou delegar a representação aos seus setores; Oferecer cursos e/ou atividades formativas de ensino técnico, graduação e de Pós-Graduação lato sensu e cursos de Extensão; Oferecer disciplinas isoladas que se fizerem necessárias para alunos do IFPR; Qualificar Docentes e Técnicos Administrativos para atuarem em EaD; Assessorar e dar suporte a todas as iniciativas e experiências em EaD, no âmbito do IFPR; Estudar, elaborar e difundir modalidades de EaD; Apoiar e incentivar a produção do conhecimento em EaD; Promover o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas à EaD; Propor normas de organização, gestão e avaliação da EaD no âmbito do IFPR; Analisar projetos e experiências na área de EaD do IFPR; Promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com EaD; Fazer cumprir a legislação vigente e as diretrizes da EaD no IFPR; Administrar os programas de educação a distância concomitantemente com os representantes das Pró-Reitorias; Administrar as atividades desenvolvidas pelos setores que compõem a Diretoria de EaD do IFPR; Manter contato com a comunidade interna e externa ao IFPR para divulgar as ações do EaD e estabelecer parcerias e/ou outras formas de cooperação para viabilização de projetos em EaD com outras instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais; Manter permanente contato com o corpo docente e discente do IFPR, prestando informações e encaminhando solicitações às instâncias competentes; Encaminhar aos órgãos competentes, relatórios técnicos e financeiros, quando forem solicitados. Zelar pelo cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional instituído pelo Instituto Federal do Paraná; Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, de interesse da Administração.</p>	Prof. Marcos Antonio Barbosa	Diretor de EaD	De 01/01/2017 a 31/12/2017
Auditoria Interna	<p>Fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais; Acompanhar o atendimento aos Acórdãos e Diligências do Tribunal de Contas da União; Acompanhar o atendimento das recomendações da Controladoria Geral da União; Acompanhar o atendimento das normas internas emitidas pelo IFPR; Manter atualizado o Plano de</p>	Roberto Batista	Chefe da Auditoria Interna	De 01/01/2017 a 31/12/2017

	<p>Providências Permanente do IFPR; Elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINTE; Elaborar o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAINTE; Elaboração dos Relatórios de Auditoria e Notas de Auditoria;</p> <p>Acompanhar a elaboração e verificar o cumprimento das formalidades exigidas na prestação de contas; Examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da entidade; Verificar a execução do orçamento da entidade, visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente; Verificar o desempenho da gestão da entidade, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais; Orientar subsidiariamente os dirigentes da entidade quanto aos princípios e às normas de controle interno.</p>			
Procuradoria Federal	<p>Organizar, controlar, orientar e executar as atividades de consultoria jurídica em matéria administrativa; Representar o IFPR, judicial ou extrajudicialmente; Defender, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, os atos do Reitor nessa qualidade praticados; Elaborar as informações a serem prestadas ao Poder Judiciário, nos casos previstos em lei; Acompanhar os processos judiciais, de qualquer esfera da Justiça, em todas as instâncias e graus de recursos; Organizar, controlar, orientar e executar as atividades de consultoria jurídica não contenciosa; Examinar contratos, convênios e demais atos jurídicos que importem em assunção ou exoneração de obrigações da Instituição;</p> <p>Analisar e emitir parecer de natureza jurídica, relativamente às matérias de legislação educacional, pessoal e de administração geral, nos processos encaminhados através da Administração geral; Opinar, quando encaminhado pela Reitoria, nos processos a serem submetidos à deliberação dos Órgãos Colegiados Superiores.</p>	Dr. José Maurílio B. Da Costa Pereira	Procurador Federal Chefe	De 01/01/2017 a 31/12/2017

2.5 Macroprocessos Finalísticos

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO	Assessoramento Pedagógico <i>in loco</i> aos <i>campi</i>	Reuniões com as equipes de ensino dos <i>campi</i>	Campus Assis Chateaubriand	Proens Demtec
			Campus Palmas	Proens Demtec Dirac
		Campus Pitanga	Proens Demtec	
		Visitas técnicas aos <i>Campi</i>	Campus Paranaíba	Proens
	Apoio as ações do movimento estudantil	Apoio à organização do I Encontro de Estudantes do IFPR	Estudantes de todos os <i>campi</i>	Proens Demtec Desup
NORMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS REFERENTES AO ENSINO	Discussão do processo de avaliação da aprendizagem	Constituição do GT Avaliação Elaboração da Minuta de Resolução sobre avaliação da aprendizagem aprovada no CONSUP	Todos os Campi	Proens Demtec

				Desup
	Revisão dos procedimentos para abertura, ajuste, suspensão e extinção de cursos	Elaboração e publicação da IIP 002/2017, sobre abertura, ajuste, suspensão e extinção de cursos	Todos os campi	Proens Demtec Desup
	Revisão do Regimento Disciplinar Discente	Reunião Técnica com a Coordenação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	Todos os <i>campi</i>	Proens
	Implantação de Sistema de Gestão Acadêmica	Validação dos módulos do sistema SIGAA – Médio/Técnico e Ensino Superior	DTIC	Demtec Desup Dirac
ORIENTAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	Discussão Curricular	Interação com a Prof ^a Sandra Garcia (UEL) em videoconferência sobre o tema	<i>Campi</i>	Proens
		Produção de vídeo para mobilizar as discussões sobre o tema na Semana Pedagógica 2018	<i>Campi</i>	Proens Demtec Desup EAD
	Permanência e Êxito	Produção de vídeo para mobilizar as discussões sobre o tema na Semana Pedagógica 2018	<i>Campi</i>	Proens Demtec Desup EAD

DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR – DESUP

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
ORIENTAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO REFERENTE AOS CURSOS DE ENSINO SUPERIOR	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoramento técnico e pedagógico diante das demandas apresentadas pelos Campi; - Participação em reuniões com os Campus, para orientações e definições sobre itinerário formativo, eixos tecnológicos e cursos a serem ofertados. 	Organização e Orientação do Trabalho Pedagógico aos Campi, por meio de reuniões presenciais e por videoconferência, bem como atendimento por e-mail e telefone	Docentes e Técnico-administrativos em educação	DESUP
SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Análise e acompanhamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de nível superior (PPCs) e Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos Campi; - Formação do Comitê gestor das Licenciaturas; - Supervisão da celebração de Convênios e Cooperações com Instituições públicas e privadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de pareceres e despachos. - Formação de comitê; 	Colegiados e equipes pedagógicas dos Campi do IFPR.	DESUP
NORMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS REFERENTES AO ENSINO SUPERIOR	<ul style="list-style-type: none"> - Consultoria e assessoria pedagógica na construção da Instrução Interna de Procedimentos PROENS - Acompanhamento dos processos de abertura de cursos de graduação em diferentes <i>campi</i>. 	IIP, Pareceres, Despachos.	Colegiados e equipes pedagógicas dos Campi do IFPR.	DESUP
	<ul style="list-style-type: none"> - Atualização das informações na página da DESUP. 	WEB	Todo o público do IFPR	DESUP

	<ul style="list-style-type: none"> - Construído documentos institucionais de Orientações sobre Celebração de Convênios de Estágios; - Realização de assessoria técnica, administrativa e pedagógica aos programas de estágios supervisionados vinculados aos Projetos Pedagógicos de Curso no IFPR envolvendo o ensino superior. 	Orientações, Checklist, Modelos de Plano de Trabalho e Minuta de Termo de Convênio.	Docentes e Técnico-Administrativos em Educação do IFPR	DESUP
FORMAÇÃO CONTINUADA	- Planejamento e construção do curso de aperfeiçoamento para capacitação de servidores em Elaboração, execução e avaliação de projetos pedagógicos de cursos no IFPR.	Curso sobre PPC	Docentes e Técnico-Administrativos em Educação do IFPR	DESUP

DIRETORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO – DEMTEC

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
ORIENTAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	Orientação na elaboração e ajuste curricular em projetos de curso	Emissão de 165 pareceres sobre projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio, Proeja e FIC	Campi	Demtec
	Orientação sobre adaptação curricular	Parecer sobre concessão para adaptação curricular de estudante	Campus Pinhais	Demtec
	Orientação sobre uso de uniforme	Parecer sobre obrigatoriedade do uso de uniforme	Campus Curitiba	Demtec

	Oferta de cursos FIC	Orientação aos <i>campi</i> sobre oferta de cursos que não se configuravam como FIC	Campi	Demtec
	Videoconferências	Orientação sobre integração curricular	Campi	Demtec
NORMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO	Criação e normatização do Centro de Línguas do IFPR	Apoio à na elaboração de minuta de resolução sobre o Centro de Línguas no IFPR	Proplan	Demtec
	Atualização de informações	Mapeamento, revisão e reorganização, para posterior atualização, dos conteúdos constantes no site do IFPR relacionados à Legislação da Demtec.	Campi	Demtec
	Formulário para elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso (PPC)	Elaboração e publicação de novo formulário de PPC e do documento Notas Explicativas do Formulário de Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso	Campi	Demtec
SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO	Visitas técnicas e Reuniões	Visitas de Assessoramento Pedagógico aos <i>campi</i>	Campus Capanema Campus Campo Largo Campus Colombo Campus Pitanga Campus Barracão Campus Coronel Vivida	Demtec
	Participação em eventos nos <i>campi</i>	Lançamento de novos cursos	Campus União da Vitória	Demtec

			Campus Capanema Campus Barracão Campus Pitanga	
		Cerimônias de Certificação	Campus Paranaguá (sede) Campus Paranaguá (Guaraqueçaba)	Demtec
		Encontro de Estudantes do IFPR em Assis Chateaubriand	Estudantes de todos os <i>Campi</i>	Demtec Care
	Reuniões externas com outras instituições	Participação em reunião com a Secretária de Estado da Educação, Ana Seres, para tratar de uma cooperação técnica/ convênio com o Campus Colombo para oferta de Cursos Proeja	Campus Colombo	Demtec
FORMAÇÃO DA EQUIPE DA DIRETORIA	Apoio à participação em eventos de capacitação e de eventos científicos	Educere – PUC/PR – 2017. Colocamar – 2017. Seminário Nacional do Ensino Médio Integrado (SNEMI) – 2017. Curso de capacitação sobre Instrução Processual, dia 30 de agosto de 2017, na UTFPR; Seminário Nacional do Ensino Médio Integrado - Conif, de 19 a 21 de setembro de 2017, Brasília; Seminário Internacional Paraná-Finlândia sobre Educação do Século XXI, dia 26 de setembro de 2017, FESP;	Demtec	Demtec

		<p>Curso de capacitação sobre Procedimento Administrativo Disciplinar, dias 02 e 03 de outubro de 2017, UTFPR;</p> <p>Curso de extensão sobre Suicídio, dia 05 de outubro de 2017, campus Curitiba do IFPR;</p> <p>VI Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação, EXPOTRADE Pinhais, entre os dias 23 e 26 de outubro de 2017;</p> <p>I Encontro de Arte e Cultura, EXPOTRADE Pinhais, em 25 de outubro de 2017;</p> <p>Procedimentos para o atendimento aos estudantes com necessidades específicas no IFPR, Diretoria de Assuntos Estudantis, nos dias 16 e 17 de novembro de 2017.</p> <p>6º Congresso Internacional de Tecnologia Educacional – Novembro – Ribeirão Preto São Paulo</p> <p>II Congresso Nacional de Inclusão na Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica. 2017. Natal Rio Grande do Norte (Congresso).</p>		
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

CGB

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO	Gerenciamento do processo de compra: planejamento, execução, acompanhamento e controle	Formação e desenvolvimento de acervos	Estudantes, comunidade de usuários em geral	CGB/Proens

GRUPOS DE TRABALHO	Formação de comissões em temas específicos e pertinentes à área de biblioteconomia	Estruturação e desenvolvimento da rede de bibliotecas	Servidores, bibliotecários e auxiliares de bibliotecas	CGB/Proen
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO	Prestação de informações e orientações aos campi, em atendimento a diversas demandas	Desenvolvimento de serviço de informação	Servidores, bibliotecários e auxiliares de bibliotecas	CGB/Proen
FORMAÇÃO DAS EQUIPES DAS BIBLIOTECAS	Capacitação por meio de encontros, cursos e treinamentos	Estruturação e desenvolvimento da rede de bibliotecas	Servidores, bibliotecários e auxiliares de bibliotecas	CGB/Proens
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO À BASE DE DADOS	Gerenciamento de Coleções de Normas Técnicas ABNT, Mercosul e International Organization for Standardization (ISO) Abntcoleção	Formação e desenvolvimento de acervos	Estudantes, comunidade de usuários em geral	CGB/Proens
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO SOFTWARE PERGAMUM	Gerenciamento eletrônico (via web) dos serviços da rede de bibliotecas, por meio do Sistema Integrado de Bibliotecas	Software Pergamum – Sistema Integrado de Bibliotecas	Comunidade de usuários em geral	CGB/Proens

DIRAC

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
CERTIFICAÇÃO	Certificação do Ensino Médio com base em Exames Certificadores (Enem e Enceja) Elaboração de normativas, emissão e registro de certificados de ensino médio com base no Enem.	Editais, Certificados de Conclusão do Ensino Médio, Declaração de Conclusão do Ensino Médio e Declaração Parcial de Proficiência em Componentes	Público externo, com mais de 18 anos que realizaram o ENEM para obter certificado de conclusão do ensino médio e Secretarias Acadêmicas dos	Dirac

		Curriculares.	Campi.	
	Diplomas de Cursos Técnicos e de Graduação e Certificados de Pós- Graduação Lato Sensu Emissão e Registro de Diplomas de Cursos Técnicos de Nível Médio, de Graduação e Certificados de Especialização Lato Sensu.	Registros; Diplomas de Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação; Certificados de Pós-Graduação Lato Sensu	Estudantes e Secretarias Acadêmicas dos Campi.	Dirac
REGISTRO E ACOMPANHAMENTO ACADÊMICO	Implantação do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA Avaliar e acompanhar a implantação dos módulos do SIGAA dando suporte às Secretarias Acadêmicas, assim como realizar a implantação das matrizes curriculares no sistema.	Módulos Ensino Médio e Técnico, Graduação e Educação a Distância no SIGAA.	Secretarias Acadêmicas dos Campi.	Dirac
	Registro de cursos no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas Registrar as matrizes curriculares dos cursos.	Registro das matrizes curriculares dos cursos.	<i>Secretarias Acadêmicas dos Campi.</i>	Dirac
	Censo da Educação Básica, Educacenso: Comunicar, executar e acompanhar o preenchimento do censo pelas Secretarias Acadêmicas dos Campi.	Composição da planilha orçamentária do IFPR e dados para estabelecimento de estratégias educacionais.	Secretarias Acadêmicas e Gestores Educacionais	Dirac
	Censo da Educação Superior, Censup: Comunicar, executar e acompanhar o preenchimento do censo pelas Secretarias Acadêmicas dos Campi.	Composição da planilha orçamentária do IFPR e dados para estabelecimento de estratégias educacionais.	Secretarias Acadêmicas e Gestores Educacionais	Dirac
	Cumprir e atender as demandas encaminhadas via sistema E-Mec.	Regularização da	Gestores Educacionais e Coordenadores de Cursos de Graduação	Dirac

		instituição diante do órgão que o regula, MEC.		
	Comunicar, executar e acompanhar a realização do Enade.	Cumprimento da agenda de indicadores de qualidade do MEC para os cursos superiores ofertados.	Estudantes e Coordenadores de cursos de Graduação	Dirac
NORMATIZAÇÃO DE INGRESSO E EGRESSO	Suporte e Acompanhamento das diversas formas de Processos de Seleção da instituição, em conjunto com os <i>Campi</i> .	Suporte aos: Processo Seletivo; Processo Seletivo Simplificado, Processo Seletivo por transferências interna e externa e aproveitamento de cursos.	Público externo que deseja ingressar como estudante no IFPR e público interno que deseja trocar de curso.	Dirac
ORIENTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS DO IFPR	Orientação, análise, publicação e acompanhamento dos calendários acadêmicos dos Campi.	Calendários Acadêmicos dos Campi	Estudantes e docentes do IFPR	Dirac
NORMATIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS DO IFPR	Orientação à comunidade interna e externa e suporte às Secretarias Acadêmicas na execução dos procedimentos acadêmicos do IFPR	Guias Orientadores e Rotinas padronizadas de procedimentos acadêmicos para os setores envolvidos com Registro Acadêmico.	Secretarias Acadêmicas e público externo	Dirac

DAES

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
CAPACITAÇÃO DA "COORDENADORIA DO NÚCLEO DE APOIO ÀS	V Semana de Inclusão: 07 e 08/04/2017-Paranaguá- PR	Discussões sobre as questões de Inclusão	Coordenadoria dos NAPNE'S nos Campi do IFPR, Servidores e Estudantes.	NAPNE/DAES

PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIFICAS – NAPNE”	Reunião sobre Inclusão Social e Diversidade: 17 e 18/05/17- SETEC -SECADI-MEC - Brasília – DF	Discussões referentes as relações étnico-raciais, gênero, juventude e Inclusão Diagnóstico da situação dos NAPNE’S nas Instituições Federais	Representantes dos NAPNEs da Rede Federal , SETEC e SECADI	NAPNE/DAES
	Seminário de políticas e Práticas Inclusivas em Educação Especial: 02/10/17-UFPR - Curitiba- PR	Debate sobre a Inclusão no Ensino Superior	Coordenadoria dos NAPNE’S nos Campi do IFPR, Servidores e Estudantes.	NAPNE/DAES
	III ENEABI - III Encontro Nacional de NEAB e NEABI e grupos correlatos da Rede Federal/ IF Fluminense/ 7,8 e 9/11/2017/ Campos de Goytacazes – RJ	Discussões referentes as relações étnico-raciais, gênero, juventude e Inclusão Oficina de Ações Afirmativas	Representantes dos NAPNEs e NEABIs da Rede Federal ,	NAPNE/DAES
	41ª Reunião dos Dirigentes da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica -REDITEC, 20,21,22 e 23/11/2017-	Diagnóstico da situação dos NAPNE’S nas Instituições Federais	Representantes e Gestores da Rede Federal de Ensino	NAPNE/DAES
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E NAPNE.	Orientações Presenciais, ao telefone e por e-mail sobre; Legislação, Adaptação Curricular, Processo Ensino Aprendizagem e inclusão. Levantamento e diagnostico das demandas oriundas dos Campi. Acompanhamento do Processo Seletivo no que se refere a cotas de 5% para estudantes com deficiência.	Análise de processos referentes a adaptação curricular. Orientações Pedagógicas diversas. Estruturação dos NAPNES nos Campi	Coordenadoria dos NAPNE’S nos Campi do IFPR, Servidores e Estudantes.	NAPNE/DAES

CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES DE NAPNE DOS CAMPI	Seminário Procedimentos para o atendimento aos estudantes com necessidades específicas no IFPR	Apresentação das políticas de Inclusão Proposta de trabalho e Diagnóstico da situação dos NAPNE'S no IFPR	Coordenadores dos NAPNE'S nos Campi do IFPR e Servidores. 90 Participantes	NAPNE/DAES
SEGURO DE VIDA	Seguro de acidentes pessoais para estudantes presenciais e EAD do IFPR.	Média de 22608 mil vidas cobertas mensais	Estudantes IFPR	CEES/DAES
ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS ESTUDANTIS	Organização e Participação nos Jogos dos Institutos Federais da Região – JIFSUL 2017 realizados em São José dos Pinhais/PR no período de 28/08 a 31//08/2017	Competição nos Jogos dos Institutos Federais na fase Regional – JIFSUL 2017 com obtenção de 36 medalhas. Sendo 10 de ouro, 13 de prata e 13 de bronze. Classificação de 26 estudantes para fase nacional nas modalidades de Xadrez Feminino, Atletismo Masculino e Feminino, Handebol Masculino, Tênis de Mesa. Masculino e Feminino, Judô Masculino.	134 Estudantes e 29 Servidores do IFPR	CEES/DAES
	Jogos dos Institutos Federais Fase Final – JIF Nacional realizada em Poços de Calda/MG no período de 03 a 08/10/2017	Competição nos Jogos dos Institutos Federais fase final – JIF Nacional em quatro modalidades. Obtenção de 12 medalhas sendo: 4 de primeiro lugar, 3 de segundo, 5 de terceiro, 2 de quarto lugar, 3 de quinto lugar.	26 Estudantes e 8 Docentes/servidores IFPR	CEES/DAES

	Organização do Encontro da Assistência Estudantil realizado em Curitiba – PR de 05 a 07/12/2017	O evento reuniu servidores envolvidos no processo de concessão de bolsas e auxílios, principalmente os assistentes sociais e chefes de seção pedagógica, objetivando, principalmente, revisão da base legal dos Programas de Bolsas e Auxílios da Assistência Estudantil bem como a regulamentação das ações dos Assistentes Sociais na instituição.	60 Servidores dos 25 campi, reitoria e EAD.	CAES/DAES
	Organização do Fórum de Esporte do IFPR realizado em Curitiba – PR de 28 a 30/11/2017	Avaliação das ações esportivas no IFPR e propostas de intervenção destas nas dimensões: rendimento, educação e participação. Organização do calendário esportivo do IFPR contemplando as três dimensões do esporte	45 Servidores e 26 Estudantes representantes dos 25 campi, reitoria e EAD.	CEES/DAES
EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES REFERENTES À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	Programa de Bolsas Estudante Atleta regido pelos Editais n° 013 e 014/2017 – PROENS/IFPR, cujo objeto destina-se a apoiar a participação de estudantes do IFPR em atividades esportivas, tanto em modalidades coletivas como individuais; bem como a avaliação e seleção de projetos esportivos apresentados por servidores(as) do IFPR, nos quais poderão atuar os(as) estudantes selecionados.	Bolsa Estudantil Concessão de 100 bolsas no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais; distribuídas entre 38 Projetos oriundos de 23 Campi; resultando na execução de R\$ 196.210,00..	Estudantes Atletas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica	CEES/DAES

	<p>Programa de Apoio a Participação em Eventos Estudantis, regido pelo Edital 015/2017 PROENS/IFPR, cujo objeto destina-se a apoiar a participação de estudantes do IFPR matriculados nos cursos regulares, em eventos escolares e acadêmicos, de natureza científica, cultural, política e esportiva, no território nacional e/ou do MERCOSUL, que atendam aos princípios da educação integral (formação geral, profissional e tecnológica), nos diferentes níveis de modalidade de ensino. O Apoio à Participação em Eventos será viabilizado mediante repasse financeiro através do Auxílio inscrição, Auxílio-transporte e Auxílio despesa, constituído pela alimentação e hospedagem.</p>	<p>Auxílio Estudantil 1114 solicitações sendo: 995 deferido, 108 indeferido e 11 deferido pós recurso que resultaram numa execução de R\$ 525.926,00.</p>	<p>Estudante matriculado(a) em cursos regulares do IFPR, com frequência mensal de, no mínimo, 75% no curso até a data de inscrição no evento.</p>	<p>CEES/DAES</p>
	<p>Programa de Assistência Complementar ao Estudante – PACE Auxílio para custeio parcial com despesas de: alimentação/moradia/transporte.</p>	<p>Auxílio estudantil Foram concedidos 5989 auxílios, resultando na execução de R\$ 7.787.631,67.</p>	<p>Estudantes socioeconomicamente vulneráveis, respeitados os critérios estabelecidos no Edital nº 018/2017.</p>	<p>CAES/DAES</p>
	<p>Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social – PBIS Bolsa estudantil para atuação em projetos educacionais.</p>	<p>Bolsa Estudantil Foram concedidas 100 bolsas, resultando na execução de R\$ 189.940,00.</p>	<p>Estudantes socioeconomicamente vulneráveis, que participam que desempenham carga horária em projetos educacionais, e ainda respeitados os critérios estabelecidos no Edital nº 012/2017.</p>	<p>CAES/DAES</p>
	<p>Programa Monitoria .</p>	<p>Bolsa Estudantil</p>	<p>Estudantes classificados para exercer atividades como monitor, no componente</p>	<p>CAES/DAES</p>

	Bolsa estudantil para atuação como monitor em componentes curriculares ofertados.	Foram concedidas 100 bolsas, resultando na execução de R\$ 204.400,00.	curricular qual foi aprovado, e ainda respeitados os critérios estabelecidos no Edital nº 017/2017.	
	Programa PROEJA Bolsa estudantil para custeio parcial de despesas com: alimentação/moradia/transporte.	Bolsa Estudantil Foram concedidas 50 bolsas, resultando na execução de R\$ 90.195,00.	Estudantes socioeconomicamente vulneráveis, matriculados nos cursos PROEJA – PROEJA Fic, e ainda respeitados os critérios estabelecidos no Edital nº 019/2017.	CAES/DAES

No exercício de 2017 foi ofertado através dos Programas da Assistência Estudantil 8322 (oito mil, trezentos e vinte e dois) auxílios/bolsas totalizando R\$ 8.994.302,67 (oito milhões, novecentos e noventa e quatro mil, trezentos e dois reais e sessenta e sete centavos). Destes valores, já estão deduzidos os recursos não executados por problemas com DBI (domicílio bancário inexistente) e frequência dos estudantes.

DAES – Descrição das Bolsas e Auxílios distribuídos pelos Programas da Assistência Estudantil

PROGRAMA	Bolsas/Auxílios (N)	Desistentes (N)	Valor Executado (R\$)
Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social – PBIS	100	06	R\$ 189.940,00
Programa de Assistência Complementar ao Estudante – PACE	5989	276	R\$ 7.787.631,67
Programa Monitoria	100	0	R\$ 204.400,00
Programa Estudante Atleta – PEA	100	06	R\$ 196.210,00
Programa PROEJA	50	04	R\$ 90.195,00
Programa de Apoio a Participação em Eventos Estudantis	1983	-	R\$ 525.926,00
TOTAL	8322	292	R\$ 8.994.302,67

DAES – Descrição dos Auxílios ofertados pelo Edital de Apoio a Participação em Eventos Estudantil

PROGRAMA DE APOIO A PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS ESTUDANTIS	
Tipo de Auxílio	Auxílios Ofertados (N)
Auxílio Inscrição	92
Auxílio Transporte	401
Auxílio Hospedagem	659
Auxílio Alimentação	831
TOTAL	1.983

DAES – Descrição das Despesas com os Jogos dos Institutos Federais: JIFSUL e JIF NACIONAL e Eventos DAES/PROENS.

JOGOS DO INSTITUTO FEDERAL: JIFPR – JFISUL – JIF NACIONAL		
Evento	Despesa	Valores (R\$)
JIFSUL	DF Turismo – Organização dos JIFSUL parcela IFPR	R\$. 339.925,52
JIFSUL	DF Turismo – Taxa INTERNET transmissão JISUL	R\$ 6.250,00
Evento NAPNE	DF Turismo – Contrato 111/2016	R\$ 9.279,16
Fórum do Esporte do IFPR	DF Turismo – Contrato 111/2016	R\$ 6.361,38
Encontro Assistência Estudantil	DF Turismo – Contrato 111/2016	R\$ 12.849,00
Evento NAPNE, Fórum do Esporte do IFPR e Encontro Assistência Estudantil	Descentralização para Campi – MEMORANDO 46/2017 DAES/PROENS	R\$275.000,00
TOTAL		649.665,06

PROEPI – PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
PIAE	Programa Institucional de Apoio às Ações de Extensão do Instituto Federal do Paraná	Financiamento de projetos, cursos e eventos	Coordenadores dos projetos bem como estudantes	Diretoria de Extensão
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Graduação)	Bolsas de apoio financeiro	Destinado a Estudantes de graduação integrados em atividades de Extensão	Diretoria de Extensão
PIBEX Jr	Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Nível Médio)	Bolsas de apoio financeiro	Destinado a Estudantes de nível médio integrados em atividades de Extensão	Diretoria de Extensão
PIBIS	Programa Institucional de Apoio a Inclusão Social (Graduação)	Bolsas de apoio financeiro	Destinado a Estudantes de graduação, de cotas sociais, integrados em atividades de Extensão	Diretoria de Extensão
PIDH	Programa Institucional de Direitos Humanos do Instituto Federal do Paraná – PIDH/IFPR	Auxílio financeiro a estudantes (bolsas) e auxílio financeiro a pesquisadores	Coordenadores dos projetos bem como estudantes	Diretoria de Extensão
NACs	Núcleo de Arte e Cultura	Formação, difusão e articulação da produção artístico-cultural do IFPR	Comunidade escolar, interna e externa	Diretoria de Extensão
Programa Difusão	Programa de valorização das ações de extensão, inclusão e cultura no IFPR	Formação para atuação em ações de extensão, divulgação e promoção de ações de extensão	Comunidade escolar, interna e externa	Diretoria de Extensão
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica	Bolsas de Iniciação Científica	Destinado a Estudantes de	Diretoria de Pesquisa

			graduação integrados na pesquisa científica	
PIBIC/CNPq	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica	Bolsas de Iniciação Científica	Destinado a Estudantes de graduação integrados na pesquisa científica	Diretoria de Pesquisa
PIBIC-Jr	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica	Bolsas de Iniciação Científica	Destinado a alunos do Ensino Técnico Integrado, Subsequente e Concomitante	Diretoria de Pesquisa
PIAP	Programa Institucional de Apoio a Pesquisa	Fomento a projetos de pesquisa	Alunos	Diretoria de Pesquisa
FOGUETES	Mostra IFPR de Lançamento de Foguetes	Construção de protótipos	Coordenadores de projetos, mas que atende aos estudantes	Diretoria de Inovação
IFTECH	Feira de Inovação Tecnológica do IFPR – Desenvolvimento de Protótipos ou Produtos Inovadores	Protótipos e produtos desenvolvidos pelos estudantes	Coordenadores de projetos, mas que atende aos estudantes	Diretoria de Inovação
ROBÓTICA	Espaço de aprendizagem, apresentação, exposição e competição de protótipos de robôs	Construção e programação com uso da robótica educacional	Coordenadores de projetos, mas que atende aos estudantes	Diretoria de Inovação
PRADI	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	Bolsas de apoio financeiro	Coordenadores de projetos, mas que atende aos estudantes	Diretoria de Inovação
Cursos <i>Lato Sensu</i>	Oferta de cursos de pós-graduação: especialização e aperfeiçoamento	Cursos voltados para a formação profissional continuada ofertada a tecnólogos, bacharéis e licenciados.	Estudantes, docentes, servidores	Diretoria de Pós-Graduação
Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Oferta de Cursos de pós-graduação: Mestrado acadêmico e profissional	Cursos voltados para a formação acadêmico-científica e/ou profissional ofertada a tecnólogos, bacharéis e licenciados.	Estudantes, docentes, servidores	Diretoria de Pós-Graduação

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC	Oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC	Cursos FIC em diversas modalidades ofertados à comunidade com a colaboração dos <i>campi</i> do IFPR	Estudantes, comunidade externa	Coordenação Geral do PRONATEC na Reitoria
SE ² PIN	Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação	Evento acadêmico e científico da instituição com apresentação de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no IFPR	Estudantes, docentes, servidores	PROEPI
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP	Colegiado responsável por avaliar eticamente os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, sendo um imprescindível instrumento representativo da sociedade que assegura o respeito à vida e à dignidade do participante da pesquisa.	Colegiado de caráter consultivo, deliberativo e educativo	Estudantes, docentes, servidores	PROEPI
Comissão de Ética no Uso de Animais - CEUA		CEUA-IFPR é uma instância independente e de múnus público, colegiado e interdisciplinar, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, devido sua característica <i>multicampi</i> , será composto por um único colegiado independente, com representatividade dos diversos <i>campi</i> e/ou regiões.	Estudantes, docentes, servidores	PROEPI
Editora IFPR	Órgão vinculado PROEPI, responsável pelas publicações científicas e acadêmicas institucionais.	Compete à EDITORA-IFPR editar ou coeditar, publicar e divulgar trabalhos relacionados ao ensino, à pesquisa, à extensão, à pós-graduação e à inovação, desenvolvidos em sintonia com as políticas institucionais, representativas dos interesses sociais e científico-culturais da comunidade.	Estudantes, docentes, servidores	PROEPI

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Planejamento significa o ato ou efeito de planejar, criar um plano para otimizar o alcance de um determinado objetivo. O planejamento consiste em uma importante tarefa de gestão e administração, que está relacionada com a preparação, organização e estruturação de atividades visando atingir um determinado objetivo. É essencial para tomada de decisões.

Pode ser definido também como um processo de definir antecipadamente objetivos futuros, programar atividades, definir os recursos necessários para alcançá-los, implementar e controlar. É a ferramenta administrativa mais apropriada para interferir na realidade atual para alcançar a realidade desejada. O processo de planejamento é também um instrumento de comunicação e integração entre os diferentes níveis da organização.

3.1 Planejamento Organizacional

As diretrizes organizacionais decorrem da visão, da missão, dos valores e da análise dos ambientes interno e externo. Sintetizam o desejo maior da instituição e funcionam como mecanismos orientadores e canalizadores da formação dos objetivos estratégicos, das decisões e do desencadeamento das ações.

No planejamento estratégico do IFPR, as diretrizes estão distribuídas em cinco grandes eixos:

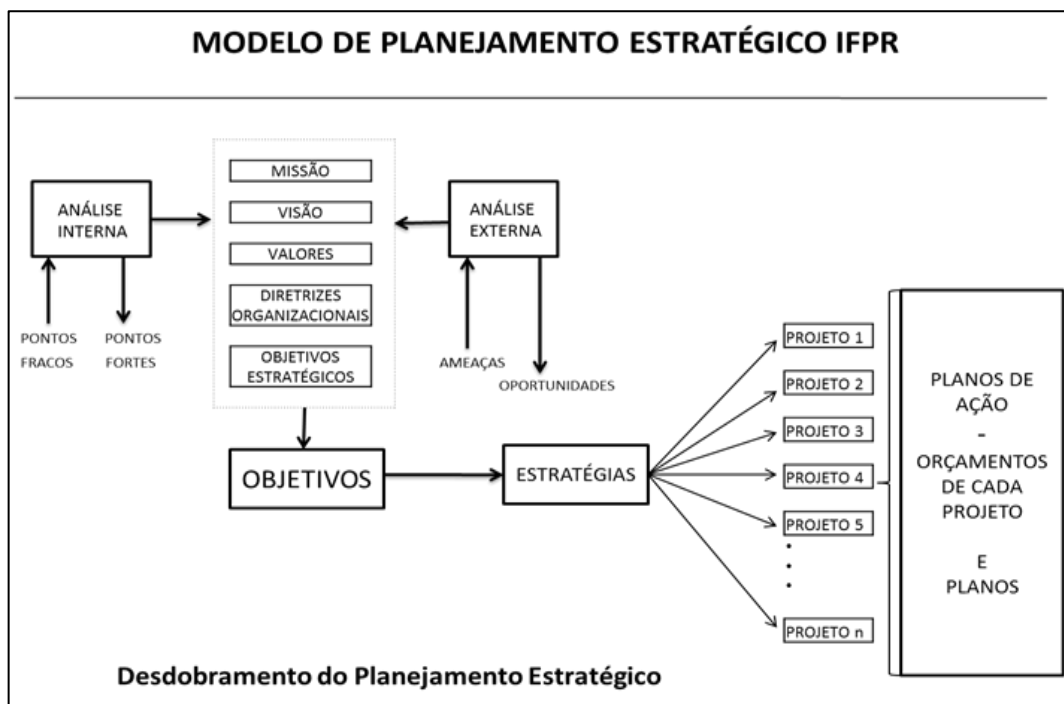
- Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação;
- Relação com a Comunidade;
- Gestão e Infraestrutura;
- Gestão de Pessoas;
- Identidade Institucional.

Diretrizes Organizacionais do IFPR

- Promover a cultura multicampi e pluricurricular com trabalho em rede, baseado nos princípios éticos;
- Promover a inclusão: acesso, permanência, êxito na inserção sócio profissional e formação de novos empregadores;
- Desenvolver a pesquisa, a extensão e inovação de forma articulada com o ensino para a promoção de processos educacionais de qualidade de educação profissional verticalizada;
- Formação e qualificação integral do cidadão, na perspectiva reflexiva, criativa, investigativa, cultural, social e ética;
- Indução à criação de áreas de referência para a oferta de cursos, pesquisa, extensão e inovação para cada Campus;
- Desenvolvimento de relações interinstitucionais;
- Ser uma instituição democrática e participativa, promovendo a integração com a comunidade;
- Consolidar a gestão e a infraestrutura baseada na sustentabilidade nos aspectos físicos e lógicos levando a excelência;
- Consolidar o modelo de gestão de pessoas; e
- Divulgar o ensino profissional como foco do IFPR.

O modelo do Planejamento Estratégico do IFPR está estruturado nos seguintes níveis:

- **Estratégico:** Diagnóstico Institucional, Diretrizes Organizacionais, Objetivos Estratégicos.
- **Tático:** Objetivos específicos, Estratégias, Projetos (Orçamento) e Ações.
- **Operacional:** Competências, Procedimentos, Fluxogramas, Atividades.



Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos estratégicos surgem do desdobramento das diretrizes institucionais. São macro ações que impulsionam e dão rumo para os níveis intermediários da gestão. O conjunto desses objetivos desdobrados constituem-se no “planejamento tático” da instituição.

Objetivos Estratégicos do IFPR

- Integração entre conteúdos de disciplinas e a pesquisa em todos os níveis de ensino;
- Fomentar as práticas esportivas e culturais nos Campi;
- Proporcionar aos alunos a inserção ao mercado de trabalho através da oferta de estágio e emprego;
- Desenvolver mecanismos de acompanhamento de egressos;
- Implementar programas de empreendedorismo inovador;
- Promover a inclusão tecnológica nos Campi;
- Criar mecanismos para a redução da evasão;
- Criar ambientes multidisciplinares para o processo ensino-aprendizagem;
- Consolidar a assistência estudantil nos Campi;
- Manter e acompanhar o sistema de cotas;
- Fomentar a criação de programas de pós-graduação;
- Estruturar a equipe de professores e pesquisadores focados no tema de referência;
- Discutir de forma democrática nos Campi as áreas de referência;
- Mapear as competências e habilidades existentes no IFPR;
- Estruturar metodologia para a abertura de novos cursos;
- Consolidar e ampliar o sistema de parcerias em todos os níveis do IFPR;
- Criar espaços institucionais para a integração das comunidades interna e externa;
- Promover a participação das comunidades interna e externa nas tomadas de decisão;
- Promover parcerias com setor empresarial de referência no mercado;
- Criar ambientes especializados com alta tecnologia;
- Desenvolver o processo de transferência de conhecimento e tecnologia;
- Desenvolver a gestão administrativa e manutenção da infraestrutura;

- Articular planejamento e captação de recursos por meio de projetos;
- Promover desenvolvimento institucional com a utilização do aprimoramento de indicadores;
- Alinhar as ações institucionais com os objetivos estratégicos;
- Criar modelos, métodos e ferramentas para promover a gestão sustentável;
- Consolidar os mecanismos organizacionais de gestão integrada;
- Disponibilizar conhecimentos e tecnologias que permitam a análise de dados, gestão de informação e conhecimento;
- Promover a transparência e a divulgação dos atos institucionais;
- Disseminar a cultura de planejamento em todos os níveis da instituição;
- Implantar políticas de capacitação e educação continuada;
- Desenvolver mecanismos de motivação e comprometimento dos servidores;
- Criar critérios de distribuição de vagas de servidores;
- Aprimorar o processo de gestão de pessoas nas unidades;
- Promover eventos culturais e sociais;
- Promover a integração e o desenvolvimento de pessoas, criando um ambiente produtivo e humanizado;
- Estruturar o modelo de comunicação interna para servidores;
- Implementar programas de qualidade de vida;
- Promover a identidade institucional e a marca do IFPR;
- Diversificar o portfólio de material de divulgação; e
- Ser referência na área de desenvolvimento de tecnologias educacionais, fortalecendo a identidade institucional.

Estágio de implementação do planejamento estratégico

Quadro de Desdobramentos – Eixo Estratégico / Diretrizes / Objetivos

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO IFPR - 2014 /2018		
EIXO ESTRATÉGICO	DIRETRIZES ORGANIZACIONAIS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	<p>D1. PROMOÇÃO DA CULTURA MULTICÂMPI E PLURICURRICULAR COM TRABALHO EM REDE, BASEADO NOS PRINCÍPIOS ÉTICOS;</p> <p>D2. PROMOVER A INCLUSÃO: ACESSO, PERMANÊNCIA, ÊXITO NA INSERÇÃO SÓCIO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE NOVOS EMPREGADORES;</p> <p>D3. DESENVOLVER A PESQUISA, A EXTENSÃO E INOVAÇÃO DE FORMA ARTICULADA COM O ENSINO PARA A PROMOÇÃO DE PROCESSOS EDUCACIONAIS DE QUALIDADE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL VERTICALIZADA;</p> <p>D4. FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO INTEGRAL DO CIDADÃO, NA PERSPECTIVA REFLEXIVA, CRIATIVA, INVESTIGATIVA, CULTURAL, SOCIAL E ÉTICA;</p> <p>D5. INDUÇÃO À CRIAÇÃO DE ÁREAS DE REFERÊNCIA PARA A OFERTA DE CURSOS, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO PARA CADA CÂMPUS;</p>	<p>O1.Integração entre conteúdos de disciplinas e a pesquisa em todos os níveis de ensino;</p> <p>O2.Fomentar as práticas esportivas e culturais nos Câmpus;</p> <p>O3.Proporcionar aos alunos e inserção no mercado de trabalho através da oferta de estágio e emprego;</p> <p>O4.Desenvolver mecanismos de acompanhamento de egressos;</p> <p>O5.Implementar programas de empreendedorismo inovador;</p> <p>O6.Promover a inclusão tecnológica nos Câmpus;</p> <p>O7.Criar mecanismos para a redução da evasão;</p> <p>O8.Criar ambientes multidisciplinares para o processo ensino-aprendizagem;</p> <p>O9.Consolidar a assistência estudantil nos Câmpus;</p> <p>O10.Manter e acompanhar o sistema de cotas;</p> <p>O11.Fomentar a criação de programas de pós-graduação;</p> <p>O12.Estruturar a equipe de professores e pesquisadores focados no tema de referência;</p> <p>O13.Discutir de forma democrática nos Câmpus as áreas de referência;</p> <p>O14.Mapear as competências e habilidades existentes no IFPR; e</p> <p>O15.Estruturar metodologia para a abertura de novos cursos.</p>
RELAÇÃO COM A COMUNIDADE	<p>D6. DESENVOLVIMENTO DE RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS;</p> <p>D7. SER UMA INSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE;</p>	<p>O16.Consolidar e ampliar o sistema de parcerias em todos os níveis do IFPR;</p> <p>O17.Criar espaços institucionais para a integração da comunidade interna e externa;</p> <p>O18.Promover a participação das comunidades internas e externas nas tomadas de decisão;</p> <p>O19.Promover parcerias com setor empresarial de referência no mercado;</p> <p>O20.Criar ambientes especializados com alta tecnologia;</p> <p>O21.Desenvolver o processo de transferência de conhecimento e tecnologia.</p>
GESTÃO E INFRAESTRUTURA	D8. CONSOLIDAR A GESTÃO E A INFRAESTRUTURA BASEADA NA SUSTENTABILIDADE, NOS ASPECTOS FÍSICOS E LÓGICOS, LEVANDO À EXCELÊNCIA;	<p>O22.Desenvolver a gestão administrativa e manutenção da infraestrutura;</p> <p>O23.Articular planejamento e captação de recursos por meio de projetos;</p> <p>O24.Promover desenvolvimento institucional com a utilização aprimoramento de indicadores;</p> <p>O25.Alinhar as ações institucionais com os objetivos estratégicos;</p> <p>O26.Criar modelos, métodos e ferramentas para promover a gestão sustentável;</p> <p>O27.Consolidar os mecanismos organizacionais de gestão integrada;</p> <p>O28.Disponibilizar conhecimentos e tecnologias que permitam a análise de dados, gestão de informação e conhecimento;</p> <p>O29.Promover a transparência e a divulgação dos atos institucionais;</p> <p>O30.Disseminar a cultura de planejamento em todos os níveis da instituição.</p>
GESTÃO DE PESSOAS	D9. CONSOLIDAR O MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS	<p>O31.Implantar políticas de capacitação;</p> <p>O32.Desenvolver mecanismos de motivação e comprometimento dos servidores;</p> <p>O33.Criar critérios de distribuição de vagas de servidores;</p> <p>O34.Aprimorar o processo de gestão de pessoas nas unidades;</p> <p>O35.Promover eventos culturais e sociais;</p> <p>O36.Promover a integração e o desenvolvimento de pessoas, criando um ambiente produtivo e humanizado;</p> <p>O37.Estruturar o modelo de comunicação interna para servidores;</p> <p>O38.Implementar programas de qualidade de vida.</p>
IDENTIDADE INSTITUCIONAL	D10. DIVULGAR O ENSINO PROFISSIONAL COMO FOCO DO IFPR	<p>O39.Promover a identidade institucional e a marca do IFPR;</p> <p>O40.Diversificar o portfólio de material de divulgação;</p> <p>O41.Ser referência na área de desenvolvimento de tecnologias educacionais, fortalecendo a identidade institucional.</p>

Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

As estratégias definem em linhas gerais quais são os caminhos, os cursos, programas, ações, negociações, alianças, convênios, entre outras iniciativas, na busca de criar um conjunto de alternativas que permitam atingir os objetivos definidos. Uma vez formulada a estratégia, ela precisa ser executada e continuamente gerenciada, surgindo daí o conceito de gestão estratégica, definida como o conjunto de decisões que determinam o desempenho da organização no longo prazo.

A gestão estratégica está diretamente relacionada aos conceitos de eficiência (fazer certo) e eficácia (fazer a coisa certa), cuja combinação resulta na efetividade da ação gerencial pública.

E não é suficiente se preparar para as transformações, é necessário antecipar-se a elas, portanto com a gestão estratégica é possível tornar-se um agente de mudanças, e que a partir desta nova realidade a instituição possa ter uma nova postura para alcançar seus objetivos, orientados pela missão, cultivando seus valores e buscando concretizar a visão através da adoção das estratégias, desenvolvimento e acompanhamento dos projetos.

Em 2012, o Instituto Federal do Paraná iniciou as discussões e atividades voltadas para o seu planejamento estratégico. Por meio da Portaria nº 436, de 17 de agosto de 2012, foi instituído o Comitê Estratégico Central do Instituto Federal do Paraná (COMEC) com o objetivo de revisar, propor, gerir, implantar, monitorar e aplicar o planejamento estratégico, como uma ferramenta de gestão e planejamento transparente da instituição, definindo seu modelo de implantação, metodologia de construção, desdobramentos e acompanhamento.

A construção do planejamento estratégico do IFPR levou em consideração diferentes elementos; tanto um olhar interno para as potencialidades e dificuldades, como externo ao identificar ameaças e oportunidades considerando a complexa e diversificada rede de forças ambientais que interferem diretamente no processo de planejar como fatores políticos, econômicos, legais, tecnológicos, sociais, entre outros.

O planejamento estratégico do IFPR está inserido no seu PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional.

O PDI 2014/2018 é um instrumento de gestão que norteia a Instituição no que diz respeito a sua filosofia de trabalho, a missão a que se propõe, seus objetivos estratégicos e as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações.

A sua elaboração teve como premissas:

- Possuir caráter de construção coletiva;
- Abordar os conteúdos previstos no Decreto nº 5773/06;
- Ser submetido à apreciação pública e dos órgãos superiores do IFPR;
- Garantir ampla divulgação, facilidade de acesso e participação da comunidade interna e externa;
- Ser instrumento norteador para a implementação e acompanhamento dos objetivos, estratégias e projetos da instituição.

O PDI 2014-2018 é estruturado em dez eixos temáticos, a saber: Perfil Institucional, Projeto Pedagógico Institucional, Planejamento Estratégico, Plano Diretor de Infraestrutura Física, Plano Diretor de Tecnologia da Informação, Organização e Gestão de Pessoal, Organização Administrativa, Capacidade e Sustentabilidade Financeira, Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional e os Mecanismos de Relacionamento com a Sociedade.

A última revisão feita no PDI ocorreu em 2016, aprovada em 2017, conforme Resolução nº 13 de 24/03/2017 – Aprovação da revisão 2017-2018 do PDI 2014-2018.

Projeto Pedagógico Institucional (PPI)

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Instituto Federal do Paraná - IFPR constitui o documento institucional que orienta práticas pedagógicas no âmbito do Ensino, da Pesquisa, da Extensão e da Inovação. Apresenta, também, as principais concepções que permeiam o trabalho dos profissionais da educação, bem como circunscreve, de maneira ampla, o debate sobre a característica principal do IFPR, qual seja, a de ser uma Instituição de Ensino criada para a inclusão. O PPI representa um instrumento político, filosófico, teórico-

metodológico, a partir do qual as ações para o ensino devem ser discutidas. O PPI está balizado pelas normativas da Educação Nacional e, também, pelo Regimento Interno, e representa a atual situação das políticas de ensino da Instituição. Dessa maneira, está em constante discussão, avaliação e reelaboração, a partir da realidade que permeia as condições do trabalho pedagógico em todos os seus campi.

Políticas de Extensão, Pesquisa e Inovação

A estrutura multicampi dos Institutos Federais e sua conseqüente inserção em diferentes regiões resulta da necessidade de uma positiva intervenção em suas respectivas realidades, identificando problemas e criando soluções técnicas, sociais e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. É nesse contexto que surge o Instituto Federal do Paraná (IFPR), cujas políticas de extensão, pesquisa e inovação vêm passando por um processo de construção e de implementação na realidade do Estado do Paraná.

Os itinerários de formação dos estudantes do IFPR têm como premissas a integração e a articulação entre diferentes dimensões científica, filosófica, cultural, artística e histórica, com vistas ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica e inserção de seus egressos no mundo do trabalho. Estas são dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão, que podem se traduzir em inovação. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais e as de dimensão estratégica para o país.

Plano Diretor de Infraestrutura

As diretrizes do Plano Diretor possuem uma estruturação aberta e abrangente por balizar as diversas ações do planejamento físico, permitindo sua atualização constante com novas informações, ideias e conceitos técnicos. O Plano Diretor estabeleceu como diretrizes:

- Facilitar o acesso ao campus pelos alunos e docentes, bem como tornar convidativo à comunidade externa;
- Integrar o Bloco Administrativo e Didático, tornando o Bloco Administrativo, que contempla as coordenações de ensino e a Biblioteca, mais acessível pelos alunos;
- Criar dispositivos de controle de crescimento dos Campi a fim de gerenciar melhor os recursos disponíveis;
- Separar as atividades conflituosas (fonte de ruídos) da área didática;
- Tornar o campus um ambiente atrativo aos alunos para convivência e o lazer, estimulando sua permanência;
- Valorizar os espaços que permitam uma maior interação e troca de conhecimento da comunidade interdisciplinar;
- Desenvolver as áreas verdes do campus;
- Planejar o uso dos espaços construídos e vazios dos Campi.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do IFPR (PDTI) 2016-2017 reflete o amadurecimento do nível de governança do Instituto, fruto da atuação do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação e Comunicação – CDTIC na elaboração desta importante ferramenta para o alcance de sua missão institucional. O plano foi construído em harmonia com o Plano Estratégico Institucional do IFPR e compreende todas as ações de TI indispensáveis para o desenvolvimento dos objetivos estratégicos desta Instituição. O período de vigência deste PDTI contempla o biênio 2016-2017, com a abrangência na Reitoria, Campi e demais Unidades do IFPR. Trabalha-se para que o PDTI cumpra seu papel como instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e serviços de Tecnologia da Informação, orientando as Unidades do IFPR aos objetivos e iniciativas estratégicas do Instituto.

Políticas de Capacitação e Qualificação de Servidores Públicos Federais

As políticas de capacitação e qualificação seguem a orientação e se desdobram a partir da fundamentação legal da política de desenvolvimento de servidores públicos federais (Decreto nº 5.707/2006) e, especificamente, de servidores da educação pública, Lei nº 11.091/2005, Decreto nº 5.825/2006 e Lei nº 12.772/2012. As políticas de desenvolvimento dos servidores públicos federais têm como finalidade a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; o desenvolvimento permanente do servidor público; a adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos do IFPR, tendo como referência o plano plurianual; a divulgação e o gerenciamento das ações de capacitação; e, a racionalização e efetividade dos gastos com capacitação. Seguem as diretrizes de incentivar e apoiar iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais; as iniciativas promovidas pela própria instituição; a participação em ações de educação continuada; promover a capacitação gerencial; oportunidade de requalificação aos servidores redistribuídos; cursos introdutórios ou de formação aos servidores que ingressarem no serviço público; e, avaliar e considerar os resultados das ações de capacitação e a mensuração do desempenho como complementares entre si. No IFPR a Portaria nº 591/Reitor, de 22/12/2012, regulamenta as condições para afastamento dos servidores para pós-graduação *Stricto Sensu*.

Avaliação Institucional

A Comissão Própria de Avaliação - CPA, por força de lei, é um órgão de representação acadêmica, possui regimento próprio e atua de forma autônoma aos demais conselhos e órgãos colegiados, compondo-se por onze membros, sendo três deles para cada um dos segmentos: Docente; Técnico Administrativo; discente, com dois Representantes da Sociedade.

Desta forma a autoavaliação é um instrumento obrigatório e tem caráter permanente, orientando-se pelas Dimensões e Diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES/CONAES/INEP/DAES/MEC), objetivando promover autoconhecimento sobre a realidade institucional, sendo o instrumento que orienta o planejamento e gestão institucional com vistas a atingir excelência através do aprimoramento dos processos e incentivando a participação efetiva dos públicos interno e externo, estando relacionada:

- à melhoria da qualidade da educação em seus diferentes níveis de oferta;
- à orientação da expansão de sua oferta;
- ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades:

- Autoavaliação – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES.
- Avaliação Externa – Realizada por comissões designadas pelo INEP, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa independe de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar sua natureza formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

Assim, não somente em conformidade com a legislação vigente, mas ainda pelo entendimento da imprescindibilidade de tal processo, o IFPR desenvolve mecanismos de acompanhamento dos resultados obtidos de forma a propor ações de aperfeiçoamento e melhoria com foco em única direção, mas não com um fim em si e sim em um processo dinâmico e contínuo, como assim o é a Instituição. Os resultados do processo de autoavaliação são encaminhados à gestão superior do IFPR, a quem compete a (re)definição e implementação das políticas e ações que o processo avaliativo sugerir. Os resultados da avaliação poderão colaborar quanto à realização e ações internas e a (re)formulação do PDI e do PPI.

Relacionamento com a Sociedade

O Instituto Federal do Paraná promove o relacionamento com a sociedade por meio de canais que estão sob a responsabilidade, especialmente, de três setores: a) Ouvidoria Geral; b) Serviço de Informação ao Cidadão e; c) Coordenadoria-Geral de Comunicação. São estas estruturas administrativas que asseguram um canal de comunicação com o cidadão, prestando informações, recebendo e encaminhando reclamações, denúncias, elogios e sugestões e gerando dados que podem ser úteis estrategicamente para a definição dos rumos institucionais.

A Auditoria Interna é a unidade responsável por avaliar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de examinar o gerenciamento de riscos, visando auxiliar a administração da entidade no cumprimento dos seus objetivos. Também é responsável por intermediar a relação entre o IFPR e os órgãos do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A Procuradoria Federal é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pelo recebimento de notificações e citações judiciais em nome do IFPR, pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, e pela apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observada a legislação pertinente.

3.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

São utilizadas planilhas e formulários alimentados periodicamente pelos responsáveis nos campi para realizarmos nosso acompanhamento de andamento da execução do PDI.

Diante desse acompanhamento, realizamos uma consolidação dos dados em formato de tabelas e gráficos, para conseguirmos mensurar e traduzir um pouco do esforço, eficiência, eficácia e efetividade da execução do PDI em cada campus.

O Relatório completo de acompanhamento do planejamento estratégico pode ser verificado através do endereço <http://info.ifpr.edu.br/informacoes-institucionais/planejamento-estrategico/>.

Importante destacar o grande número de campi que aderiram ao acompanhamento através de respostas ao formulário de acompanhamento do planejamento estratégico, demonstraram a preocupação em deixar disponível para o público a evolução do planejamento de suas respectivas unidades. Nesse acompanhamento identificamos que o percentual positivo de execuções do planejamento estratégico, numa visão ampliada da relação entre execução, prazo e investimento; demonstrou que o indicador em andamento, dessas execuções é maior do que as concluídas, mas aceitável, por ainda estarmos no período válido dessa execução. Nos permitindo aferir que estas estão dentro do prazo estimado, que é até Dezembro de 2018.

Paralelamente os valores financeiros estimados para cada projeto ação, também foram utilizados na proporção inicial do planejamento, segundo o apontado pelos gestores no formulário de acompanhamento do planejamento estratégico.

A constante ação de planejamento, as críticas, análises e manutenção que é realizada pela alta gestão na reitoria, pró-reitorias e diretorias sistêmicas, bem como em cada um de seus 25 campi traz os resultados de crescimento e consolidação do IFPR diante da sociedade paranaense; haja visto o número crescente de alunos atendidos.

3.3 Desempenho Orçamentário

O desempenho orçamentário do IFPR é demonstrado nos itens a seguir. É apresentada a execução orçamentária e financeira da instituição, que dimensionam o montante de recursos públicos direcionados às

políticas institucionais e os objetivos relacionados. Podem ser observados por meio do planejamento orçamentário realizado, os créditos iniciais, as suplementações, a execução da despesa (empenho, liquidação e pagamento), os Restos a pagar, Receitas e outras atividades administrativas, orçamentárias e financeiras.

Durante o exercício 2017, a instituição enfrentou diversas dificuldades orçamentárias, tendo em vista a limitação de empenho imposta durante o exercício, onde o orçamento foi repassado em parcelas mensais menores que um duodécimo do orçamento aprovado. Tal fato acabou por dificultar a execução de diversas atividades e ações previstas para o ano. Também houve a publicação de portaria contendo redução e vedação de empenho de despesas essenciais ao funcionamento da instituição.

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

No Plano Plurianual 2016-2019, não há nenhum programa temático de responsabilidade integral do IFPR, apenas executamos, de forma parcial, os valores constantes de programas de órgãos superiores, principalmente do Ministério da Educação.

O Programa 2080 – Educação de Qualidade para Todos é um programa temático do Ministério da Educação, sendo o principal programa fixado da Lei Orçamentária Anual do IFPR. Para atender as atividades previstas no programa, o IFPR recebeu no exercício de 2017 o valor de R\$ 70.022.643,00, cerca de 20% da dotação total desta instituição.

O Programa tem como objetivo: Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. No exercício de 2017, o programa obteve 91% de execução orçamentária, tendo como principais dificuldades para execução o contingenciamento de limites, onde a instituição necessitou readequar seu planejamento interno e reestabelecer a distribuição orçamentária e financeira entre as unidades e atividades que a compõem, e a limitação imposta pela Portaria MPOG nº 28/2017, que vedou e limitou a execução de alguns elementos de despesa, entre eles destacamos as despesas com serviços terceirizados e contratação de pessoa jurídica, os quais demandam cerca de 53% do total das despesas correntes da instituição. Mesmo após a alteração da referida portaria já no fim do exercício, onde os limites às instituições foram retirados, não havia tempo hábil para reduzir o impacto causado pelos cortes.

O programa é dividido em ações, conforme analisado e descrito abaixo:

Ação 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica: Foi aportado no exercício 2017 o montante de R\$ 3.776.829,00 na LOA do IFPR, distribuído entre recursos inclusos pela SETEC/MEC e de Emendas Parlamentares. Destacamos que este valor recebeu um corte significativo com relação aos exercícios anteriores. Os recursos orçamentários desta ação foram destinados ao atendimento dos empenhos para continuação das obras de construção nas unidades do IFPR.

Ação 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica: trata-se da mais importante ação do IFPR, pois visa garantir o funcionamento da instituição. Visa atender contratos, serviços, aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários, administrativos e pedagógicos, e demais despesas necessárias ao funcionamento, a qual atendeu 34.525 alunos matriculados no exercício. Mesmo com a demora na liberação de limites para execução, a ação atingiu cerca de 92% de execução do orçamento recebido.

Ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica: destina-se ao auxílio em suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho escolar. No exercício 2017 foram atendidos 9.960 benefícios entre bolsas, auxílios e participação em eventos, que representam mais de 94% em relação à meta prevista no planejamento, também devido ao repasse tardio dos limites de empenho.

Execução das Metas:

As Metas institucionais são lançadas no planejamento orçamentário, no Quadro de Detalhamento da Despesa, e são planejadas para cada ação da LOA da instituição. Abaixo trazemos o quadro comparativo entre o planejado e o executado para cada meta:

Ação	Objeto	Meta 2017	Executado	% execução
20RG	Projeto Viabilizado	3	4	133%
20RL	Estudante Matriculado	27.187	44.359	163%
2994	Benefício Concedido	10.590	9.960	94%

*fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código: 20RG		Tipo: Atividade				
Título		Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
*Iniciativa						
Objetivo: Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade		Código: 1009				
Programa: Educação de Qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária		26432 - Instituto Federal do Paraná				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.776.829,00	3.776.829,00	2.926.776,04	114.450,00	5.950,00	108.500,00	2.812.326,04
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto Viabilizado			Unidade	3	0	4
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
4.048.249,10	2.658.265,36	2.081,05				

05/02/2018 - Tesouro Gerencial / PPA 2016-2019

**Ações não Previstas LOA do exercício -
Restos a Pagar – OFSS**

Identificação da Ação					
Código: 000L		Tipo: Operações Especiais			
Título		Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais			
*Iniciativa					
Objetivo:		Código:			
Programa: Gestão da participação em Organismos e Entidades Nacionais		Código: 0910		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária		26432 - Instituto Federal do Paraná			
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
50.647,00	50.647,00				

05/02/2018 - Tesouro Gerencial / PPA 2016-2019

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

As principais dificuldades encontradas pelo IFPR na execução orçamentária do exercício 2017 foram:

- Publicação do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, que limitava o valor a ser empenhado pelas instituições até que o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira fosse publicado, o que limitou a liberação do orçamento da instituição em 1/18 do orçamento aprovado por mês.
- Publicação da Portaria nº 28/2017-MPOG, de 16 de fevereiro de 2017, que vedou certas aquisições e serviços, além de limitar de despesas essenciais ao funcionamento da instituição, como serviços de vigilância, limpeza, serviços, entre outros. Foi necessária nova adequação e replanejamento, afim de atender o mínimo necessário ao funcionamento das unidades, buscando meios de que tal contingenciamento não afetasse as atividades fim desta instituição.
- A instituição recebeu seu orçamento na proporção de 1/18 até o mês de março. No mês de abril, foram liberados no total 60% dos limites para empenho das despesas de custeio. Após isso, a instituição passou a receber pequenos percentuais mensais, chegando ao total de 85% de custeio e 60% de capital. Foram necessárias várias medidas para que o planejamento fosse adequado ao contingenciamento recebido. Muitos projetos tiveram de ser adiados, como construções, reformas, aquisições, editais, entre outros;

Por fim, nos meses próximos ao fim do exercício, novos limites de execução foram liberados, com vistas a atender projetos prioritários da instituição. Ainda, houve a retirada do limite de vedação de despesas, tendo em vista a necessidade de manter os serviços essenciais e continuados das unidades que compõem o IFPR.

3.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve nenhuma ocorrência de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

3.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017 (d) = (a-b-c)	
2016	4.125.131,43	3.453.158,41	461,95	671.511,07	
2015	382.788,07	340.533,74	-	42.254,33	
2014	3.249,21	2.074,10	-	1.175,11	
2013	10.959,96	-	-	10.959,96	
2012	12.352,81	-	-	12.352,81	
2011	3.622,00	-	-	3.622,00	
2010	826,00	-	-	826,00	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017 (i) = (e-g-h)
2016	33.741.039,71	23.008.855,46	22.667.406,38	4.724.895,72	6.348.737,61
2015	6.589.218,32	4.424.270,88	4.423.902,88	1.570.984,26	594.331,18
2014	247.861,52	-	-	241.296,67	6.564,85
2013	754.467,95	-	-	314.174,08	440.293,87
2012	1.360.978,38	358.663,77	358.663,77	481.414,40	520.900,21

Fonte: Tesouro Gerencial

Os valores inscritos em restos a pagar processados no exercício de 2017, referente ao exercício de 2016, referem-se às despesas liquidadas no final do exercício que não houve tempo hábil para pagamento. Ressalta-se que do montante de valores que permaneceram inscritos em restos a pagar processados do exercício de 2016 R\$ 669.688,45 referem-se aos remanescentes dos contratos 02 e 36/2012. Os referidos contratos foram rescindidos unilateralmente em julho de 2016 por descumprimento de cláusulas contratuais. Os valores estão retidos, considerando as ações impetradas pelos funcionários.

Referente aos valores inscritos em restos a pagar não processados, os valores mais expressivos referem-se aos empenhos de obras. Do valor mantido em restos a pagar não processados, R\$ 4.187.490,56 referem-se a obras dos 6 ginásios que estão com o prazo de execução em andamento. Também permanece inscrito em restos a pagar os valores que estão com prazo de entrega vigente e que a administração espera receber.

Ressalta-se que foram tomadas medidas de controle para a inscrição e reinscrição de empenhos, bem como a indicação de responsável pelo acompanhamento da execução e possível cancelamento diante da não necessidade de manter o empenho em Restos a Pagar.

Com estas medidas, o IFPR conseguiu efetivar o cancelamento de R\$ 7.332.765,13 do montante inscrito no exercício, com o objetivo de melhorar este controle para o exercício subsequente.

3.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

A gestão de convênios do IFPR fora reestruturada durante o exercício de 2017. Anteriormente os convênios eram geridos pela Pró-Reitoria de Administração. A partir do mês de abril de 2017, ocorreu a transição das atividades para a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Já a obtenção de recursos orçamentários de Termos de Execução Descentralizada, bem como sua prestação de contas é realizada pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Para ambos os tipos de transferência de recursos são adotados procedimentos internos e externos, seguindo sempre as determinações dos órgãos de controle.

Para firmar os acordos/termos e obter os recursos é essencial atender a requisitos e documentações necessárias, visando à transparência e confiabilidade do processo, bem como atender as prestações de contas, parciais ou finais, e devolução de recursos não utilizados. A evolução das transferências no âmbito do IFPR se deve principalmente a adoção de medidas eficazes e eficientes de controle e acompanhamento.

A partir da implantação do sistema SIMEC para celebração de termos de cooperação, chamados de Termos de Execução Descentralizada, e a sistematização das aprovações, tramite e prestação de contas, foi possível maior controle destes acordos, visto que anteriormente não havia sistema padronizado para solicitação e acompanhamento dos recursos descentralizados.

Os termos celebrados pelo IFPR atendem a diversos programas, entre eles destacamos os repasses do programa PRONATEC/Bolsa Formação, presencial e à distância, que atende a diversos programas voltados à comunidade e cursos de formação inicial continuada. Também tivemos a formalização de termos em parceria com a SETEC/MEC, para captação de recursos visando a continuidade das obras de construção dos ginásios de esportes, ampliação e adaptação da acessibilidade e reforma de laboratórios.

Para os termos onde o IFPR é a unidade concedente, podemos destacar a parceria com a Escola de Administração Fazendária, para realização de capacitação de diversos níveis a servidores e gestores do IFPR. Temos também parceria com a Escola de Governo, ENAP, a qual também auxilia o IFPR com a capacitação de servidores. Também destacamos a celebração de termo com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para troca de conhecimento e implantação do sistema interno de gestão administrativa e pedagógica.

Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto Federal do Paraná					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio*	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termos de Execução Descentralizada	9	10	10	309.638,69	7.757.642,95	11.954.217,93
Totais	9	10	10	309.638,69	7.757.642,95	11.954.217,93

Fonte: SIMEC / SIAFI / Controles internos - 05/02/2018

*Nos exercícios anteriores eram considerados os dados de convênios tanto como unidade Concedente quanto como unidade Proponente. A partir de 2017, conforme orientações, somente são apontados os valores repassados pelo IFPR para outros órgãos e entidades.

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Unidade Concedente					
Nome: Instituto Federal do Paraná					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Execução Descentralizada	
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		9	
		Montante Repassado		309.638,69	
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SIMEC / SIAFI / Controles internos - 05/02/2018

Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Instituto Federal do Paraná				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão	Instrumentos			
	Convênios	Termo de Execução Descentralizada	...	
Contas analisadas	Quantidade aprovada		2	
	Quantidade reprovada			
	Quantidade de TCE instauradas			
	Montante repassado (R\$)		10.650,00	
Contas NÃO analisadas	Quantidade			
	Montante repassado (R\$)			

Fonte: SIMEC / SIAFI / Controles internos - 05/02/2018

3.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A análise e guarda da prestação de contas de recursos descentralizados ou repassados a outras entidades é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – PROPLAN.

A PROPLAN conta em sua estrutura com a Diretoria de Regulação e Expansão que é a responsável pelos Convênios e atualmente conta com um contador, um Administrador e um tecnólogo em gestão

pública. O trabalho dessa diretoria é de acompanhamento e prestação de contas de recursos recebidos e transferidos de convênios firmados pelo IFPR. Todos os repasses são registrados e controlados em sistema específico, desde a assinatura do convênio até sua prestação de contas final.

Conta também com a Diretoria de Planejamento Orçamentário, que é a unidade responsável pelos Termos de Execução Descentralizada do IFPR, desde a intenção até a formalização, e posteriormente prestação de contas. Todos os termos firmados são cadastrados no sistema SIAFI e todos os repasses são registrados no sistema. Após findado prazo de execução, são realizadas as prestações de contas e devolução de recursos não utilizados, ambos registrados no SIAFI. Esta diretoria conta com uma equipe de dois Assistentes em Administração e um Técnico em Contabilidade.

3.3.6 Informações sobre a realização de receitas

O IFPR provisionou em 2017 o montante de R\$ 2.407.806,00, na LOA 2017 para a fonte 0250. A efetiva arrecadação foi de 74% do valor estimado, conforme dados detalhados abaixo:

Código	Natureza da Receita	Fonte	Valor
28883	Taxa de Inscrição em Concurso	0250	R\$ 860.453,49
28900	Taxa de Inscrição em Vestibular	0250	R\$ 797.708,00
28804	Taxa de Uso de Imóveis	0250	R\$ 86.692,65
Dvs	Outras Restituições ou Indenizações	0250	R\$ 27.640,18
	Total		R\$ 1.772.494,32

3.3.7 Informações sobre a execução das despesas

O IFPR conta com 25 campi em funcionamento, divididos entre Fase I, II, III e Avançados, mais uma unidade sistêmica de Educação à Distância. A execução da despesa no âmbito do IFPR segue em consonância de forma a acompanhar o crescimento e desenvolvimento da instituição.

No total, dos recursos recebidos pelo IFPR aportados na LOA 2017 e executados no exercício, obteve-se um aumento de 15% com relação à execução em 2016.

Ao efetuarmos o comparativo entre os valores empenhados nos exercícios de 2017 e 2016, destacamos abaixo:

O item referente às despesas de pessoal, encargos sociais e benefícios obteve um aumento em torno de 21%, que segue em conformidade com as necessidades desta instituição. Tal crescimento deve-se ao aumento significativo no quadro de servidores, técnicos administrativos e docentes, do IFPR e a realização dos processos de reconhecimentos de saberes.

O grupo de outras despesas correntes demandou um aumento de apenas 9%, onde podemos destacar a redução significativa de quase um milhão de reais nas despesas com locação de mão-de-obra e de mais de três milhões e meio de reais nos contratos de serviços diversos, mesmo considerando os reajustes e repactuações contratuais anuais.

Para as despesas com Investimentos, destacamos neste grupo o crescimento em mais de 25% no item de Obras, tendo em vista a realização da licitação para início de diversas obras nos campi do IFPR. Em geral, no grupo houve redução de cerca de 21%, devido principalmente a escassez de recursos da Matriz Orçamentária, que fez com que os campi destinassem menos recursos para investimento em aquisição de maquinários e equipamentos para suas instalações.

Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	48.936.890,23	13%	51.022.474,91	16%	18.954.647,10	6%	21.172.132,09	8%
a) Convite	21.221,97	0%	131.206,06	0%	10.825,44	0%	120.204,14	0%
b) Tomada de Preços	2.919.879,46	1%	596.723,69	0%	22.203,38	0%	132.500,00	0%
c) Concorrência	1.426.408,02	0%	9.721.396,48	3%	334.405,08	0%	46.143,43	0%
d) Pregão	32.815.561,17	9%	40.573.148,68	13%	18.587.213,20	6%	20.873.284,52	7%
e) Concurso	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
f) Consulta	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	11.753.819,61	3%	-	0%	-	0%	-	0%
2. Contratações Diretas (h+i)	14.408.761,72	4%	14.710.502,30	5%	12.432.761,30	4%	9.570.233,23	3%
h) Dispensa	12.721.344,61	3%	12.286.918,78	4%	11.078.698,19	3%	8.075.164,83	3%
i) Inexigibilidade	1.687.417,11	0%	2.423.583,52	1%	1.354.063,11	0%	1.495.068,40	1%
3. Regime de Execução Especial	1.320,46	0%	5.260,30	0%	1.320,46	0%	5.260,30	0%
j) Suprimento de Fundos	1.320,46	0%	5.260,30	0%	1.320,46	0%	5.260,30	0%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	302.065.400,83	83%	252.738.912,46	79%	294.820.340,47	90%	249.865.383,21	89%
k) Pagamento em Folha	286.512.524,53	78%	236.948.219,62	74%	282.678.494,29	87%	236.202.753,16	84%
l) Diárias	885.670,20	0%	916.662,98	0%	885.670,20	0%	916.662,98	0%
m) Outros	14.667.206,10	4%	14.874.029,86	5%	11.256.175,98	3%	12.745.967,07	5%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	365.412.373,24	100%	318.477.149,97	100%	326.209.069,33	100%	280.613.008,83	100%
6. Total das Despesas da UPC	365.412.373,24	100	318.477.149,97	100	326.209.069,33	100	280.613.008,83	100

Fonte: 05/02/2018 - Tesouro Gerencial

Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	211.471.677,20	173.553.287,11	210.919.296,34	173.419.417,49	552.380,86	133.869,62	210.917.886,40	173.419.349,84
Obrigações Patronais - Op Intra-orçamentárias	39.872.884,04	33.897.764,94	39.715.556,24	33.895.468,93	157.327,80	2.296,01	39.715.556,24	33.895.468,93
Contratação por tempo determinado	6.951.123,94	4.588.589,80	6.658.976,77	4.565.032,65	292.147,17	23.557,15	0,00	4.565.032,65
Demais elementos do grupo	7.436.474,59	7.092.731,75	7.259.888,34	7.042.230,24	176.586,25	50.501,51	0,00	7.042.230,24
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
Locação de Mão-de-obra	19.527.833,38	20.446.979,69	17.236.740,39	16.646.991,23	2.291.092,99	3.799.988,46	16.777.848,52	14.303.983,18
Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica	17.554.267,09	14.018.124,29	9.988.710,86	11.347.771,29	7.565.556,23	2.670.353,00	9.880.729,13	10.889.714,78
Auxílio financeiro a estudantes	10.522.476,76	9.569.216,80	9.739.916,66	9.011.381,09	782.560,10	557.835,71	9.734.976,66	9.007.693,59
Auxílio Alimentação	10.381.024,51	10.017.724,92	10.377.995,46	10.004.107,31	3.029,05	13.617,61	10.377.995,46	10.004.107,31
Demais elementos do grupo	20.214.934,39	17.957.876,02	13.472.462,37	14.725.312,60	6.742.472,02	3.232.563,42	13.371.053,09	14.263.279,85
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
Obras e instalações	14.035.232,38	11.181.974,55	340.355,08	907.042,00	13.694.877,30	10.274.932,55	340.355,08	645.318,46
Equipamentos e material permanente	7.374.143,23	15.969.731,65	1.366.852,49	3.003.916,98	6.007.290,74	12.965.814,67	1.135.314,63	2.407.361,55
Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica	49.522,72	183.148,45	17.712,00	169.468,45	31.810,72	13.680,00	17.712,00	169.468,45
Demais elementos do grupo	20.779,01	0,00	20.777,01	0,00	2,00	0,00	20.777,01	0,00
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

3.3.8 Suprimento de Fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal.

CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	158395	IFPR/C.CURITIBA			2	4.000,00	2.000,00
2016	154671	IFPR/C.ASSIS CHATEAUBRIAND			2	8.000,00	4.000,00
	158395	IFPR/C.CURITIBA			2	4.000,00	2.000,00

Fonte: SIAFIWeb (CPR) 2017

UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	158395	IFPR/C.CURITIBA					1.320,46	1.320,46
2016	154671	IFPR/C.ASSIS CHATEAUBRIAND					2.985,15	2.985,15
	158395	IFPR/C.CURITIBA					2.275,15	2.275,15

Fonte: SIAFIWeb(CPR) 2017

CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158395	IFPR/C.CURITIBA	33.90.30 - Material de Consumo	07 – Gêneros de Alimentação	50,50
			21 – Material de Copa Cozinha	308,17
			24- Material de Manut. de Bens Imóveis/Instalações	237,92
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	108,00
			36 - Material Hospitalar	172,87
		TOTAL	877,46	
		33.90.39 - Outros Serv. Terc. PJ	05 - Serviços Técnicos Profissionais	443,00
TOTAL	443,00			

Fonte: SIAFIWeb(CPR) 2017

3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O Instituto Federal do Paraná tem pleno entendimento que a informação é um fator determinante para o sucesso da instituição, pois é pela interpretação dela que o gestor toma decisões e formula planos para melhor administrá-la. Os sistemas de indicadores têm base nas informações institucionais. Então, bons indicadores necessitam de informações bem elaboradas e precisas. Além disso, existe o fato de que os sistemas oficiais do MEC de cadastro de alunos (SISTEC) e de servidores (SIAPE) são precários em obtenção de relatórios e informações precisas à instituição.

A DTIC no final do ano de 2016 iniciou os procedimentos para atualização do sistema de gestão SIG, visto que em Janeiro de 2017 o contrato para prestação de serviço vigente estava para vencer. No final do ano de 2016 houve a renovação do Termo de Cooperação Técnica com a UFRN para aquisição dos módulos atualizados deste mesmo sistema. Após todo o procedimento de configuração do novo ambiente foi observado que a cadeia hierárquica representada através da leitura da fita espelho não era completamente absorvida pelos sistema SIG. Houve então a necessidade de readequação do organograma e conseqüentemente o ajuste de lotação e exercício de cada servidor do IFPR pela PROGEPE. A identificação e adequação da lotação e exercício consumiu um prazo aproximado de 120 dias. Após a correta leitura da fita espelho (a qual permite extração e importação dos dados dos servidores do sistema SIGEPE) para dentro do sistema SIG foi possível dar continuidade ao processo de implantação. Neste período foi iniciada a implantação de 11 módulos do sistema SIGRH, 7 módulos do sistema SIGAA e 6 módulos do sistema SIPAC. Deste quantitativo de 24 módulos iniciados, 4 foram finalizados, lembrando que o sistema SIG possui 84 módulos.

Durante o processo de implantação do SIG, houve uma exigência por parte de órgãos superiores para a implantação do sistema SEI (Sistema Eletrônico de Informação) por parte do IFPR. Esta ação acarretou em um problema estrutural, visto que, a DTIC não possui em seus quadros o quantitativo ideal de servidores para implantação paralela de dois sistemas. Assim, foi necessário a suspensão temporária dos procedimentos de implantação do sistema de gestão SIG, direcionando esforços para a implantação do novo sistema de protocolo eletrônico. Contudo outras ações exigiam atenção especial por parte da DTIC, entre elas a COTA/AGU/PGF/PF – IFPR nº 292/2017, referente ao processo 1.25.002.000814/2016-75 que solicita informações referente a configuração e implantação do módulo de frequência do sistema SIG pelo IFPR. Assim, um quantitativo reduzido de servidores foi alocado para concluir a implantação do módulo de frequência e também dar continuidade ao processo de manutenção corretiva no sistema em curso (SIGAA / SIPAC), que anteriormente era feito pela empresa contrata eSig. Estes procedimentos reduziram o pessoal para a implantação do sistema SEI.

A previsão para dar continuidade ao processo de implantação do sistema SIG se dará após a conclusão da implantação do sistema SEI.

3.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do TCU

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios					
			2017	2016	2015	2014	2013	2012
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Candidatos/vagas	1,6	2,06	2,49	3,17	2,3	2,44
	Relação Ingressos/Aluno	Ingressantes/total matriculado	26,13%	30,55%	22,35%	24,71%	15,55	19,2
	Relação Concluintes/Aluno	Concluídos e integralizados fase escolar/total matriculado	31,69%	14,05%	22,42%	8,89%	13,64	17,5
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	Concluídos e integralizados fase escolar/matriculados finalizado	41,00%	40,74%	40,37%	53,04%	62,22	53
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Total de retidos/total matriculado	0,58%	36,22%	69,21%	64,07%	51,9	42,3
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Alunos/docentes tempo integral	40,25%	26,99%	33,35%	31,22	63,93	89,15
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Total de gastos/total de alunos	R\$ 14.460,65	R\$ 1.036,38	R\$ 6.094,90	R\$ 7.844,55	R\$ 3.263,82	R\$ 2.120,81
	Percentual de Gastos com Pessoal	Total de gastos/gastos com pessoal	78,8%	43,54%	66,26%	52,08%	46,93	43,92
	Percentual de Gastos com outros Custeios	Total de gastos/gastos com outros custeios	13,6%	23,66%	18,61%	17,90%	23,43	26,05
	Percentual de Gastos com Investimentos	Total de gastos/gastos com investimento	3,1%	31,65%	10,92%	26,44%	26,08	26,8
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	Total de docentes/titulação	4,0	3,98	3,88	3,81	3,72	3,63

Fonte:

2012 a 2016: SETEC/MEC – SISTEC

2017: Plataforma Nilo Peçanha, disponível em <https://www.plataformanilopecanha.org/>, instituída pela Portaria SETEC/MEC nº 1 de 3 de Janeiro de 2018, publicada no D.O.U de 04/01/2018.

Os indicadores apresentados no quadro acima foram calculados tendo como base as informações fornecidas pela SETEC, por meio da Plataforma Nilo Peçanha – PNP. Esta plataforma, instituída pela Portaria SETEC/MEC nº 01 de 03/01/2018, apresentou a base de dados para os indicadores de gestão de todas as unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A Portaria SETEC/MEC nº 01/2018 determina que:

Art. 1º - Fica instituída a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal).

Art. 2º - A PNP reunirá dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC).

Até o exercício de 2016, a SETEC/MEC apresentava estas informações de forma manual, utilizando como base de dados apenas o SISTEC, porém, com o lançamento da Plataforma, o cálculo passou a ser realizado de forma mais fidedigna, considerando que toda a base de dados passou por uma validação das instituições, passando pela validação dos secretários acadêmicos, pesquisadores institucionais, e pelo reitor.

Cabe ressaltar também, que a forma de interpretação de alguns indicadores sofreram alterações, o que justifica a grande variação de alguns indicadores, como por exemplo, o índice de retenção do fluxo escolar. Até o exercício de 2016, o índice de retenção do fluxo escolar fazia a relação apenas dos retidos no ciclo escolar, com as matrículas atendidas no ciclo. A partir do ano de 2017, a SETEC passou a considerar uma provável conclusão dos alunos que ainda estão retidos, que é estabelecida por uma proporcionalidade entre os atuais índices de conclusão e evasão. Tal alteração na forma de cálculo altera o indicador final de forma brusca, uma vez que passamos de 36,22% em 2016 para 0,58% em 2017.

Outro indicador que sofreu uma grande alteração quando comparamos 2016 com 2017 é o indicador de Gastos Correntes por Aluno, e seus desdobramentos (% de gastos com pessoal, % de gastos com outros custeios e % de gastos com investimentos). Em 2016 o valor do gasto corrente por aluno era de R\$ 1.036,38, passando para R\$ 14.460,65 em 2017. Tal variação se justifica devido ao advento da Plataforma Nilo Peçanha, que trouxe indicadores mais fidedignos para toda a Rede Federal, uma vez que foi necessário vincular cada docente da instituição ao seu campus de exercício, assim como inserir na Plataforma a titulação máxima dos docentes e técnicos.

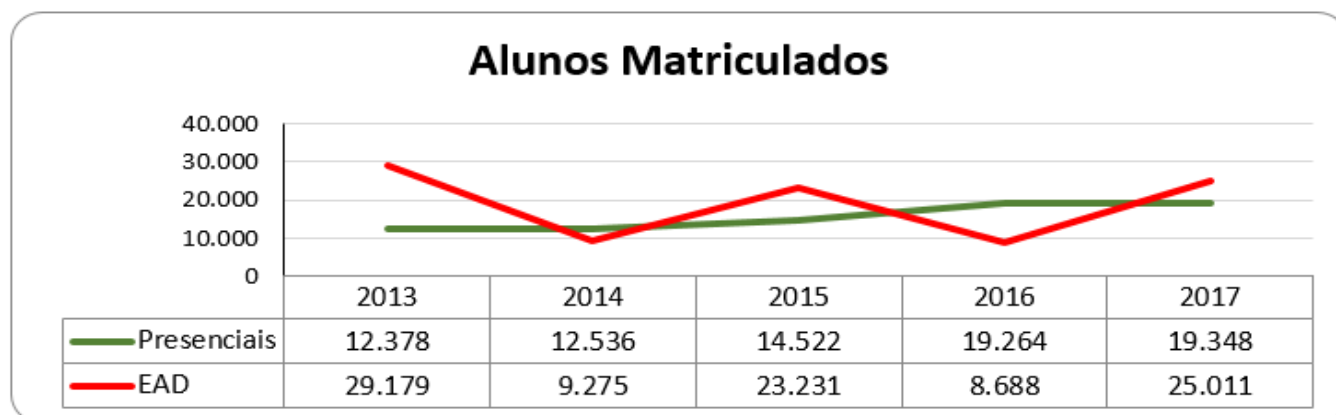
Quando observamos o indicador de gastos com pessoal com atenção, observamos que em 2016 era de 43,54% e passou para 78,80%, podemos verificar que o indicador calculado pela SETEC/MEC em 2016 apresentava inconsistências. Ao se fazer uma proporção simples dos gastos com pessoal no IFPR (linha k, quadro do item 3.3.7 do presente relatório), pelo total de despesas da UPC, apresentamos um índice de 78,40% em 2017 (R\$ 286.512.524,53 de gastos em pessoal, e R\$ 365.412.373,24 de gastos totais) e 74,40% em 2016 (R\$ 236.948.219,62 de gastos em pessoal, e R\$ 318.477.149,97 de gastos totais), número este muito acima dos 43,54% apresentados no quadro acima para o exercício de 2016.

Ora, olhando apenas esta variação dos gastos com pessoal, podemos concluir que o índice apresentado pelo MEC em 2016 estava incorreto, e com a PNP, agora possuímos de fato um indicador fidedigno.

3.4.2 Outros indicadores de desempenho

Alunos Matriculados

Matriculados = alunos que estiveram pelo menos 1 dia em curso no período



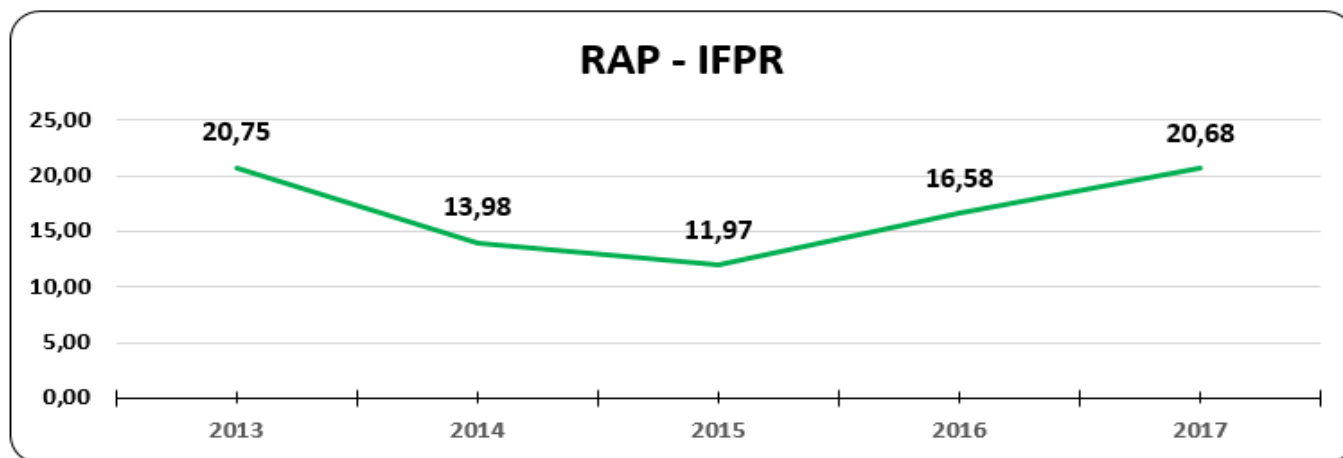
Fonte: SETEC/MEC

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, disponível em <https://www.plataformanilopecanha.org/>, instituída pela Portaria SETEC/MEC nº 1 de 3 de Janeiro de 2018, publicada no D.O.U de 04/01/2018.

Indicador Aluno por Professor - RAP

*O cálculo do RAP até 2014 era feito com base no número de matrículas atendidas / professores integrais.

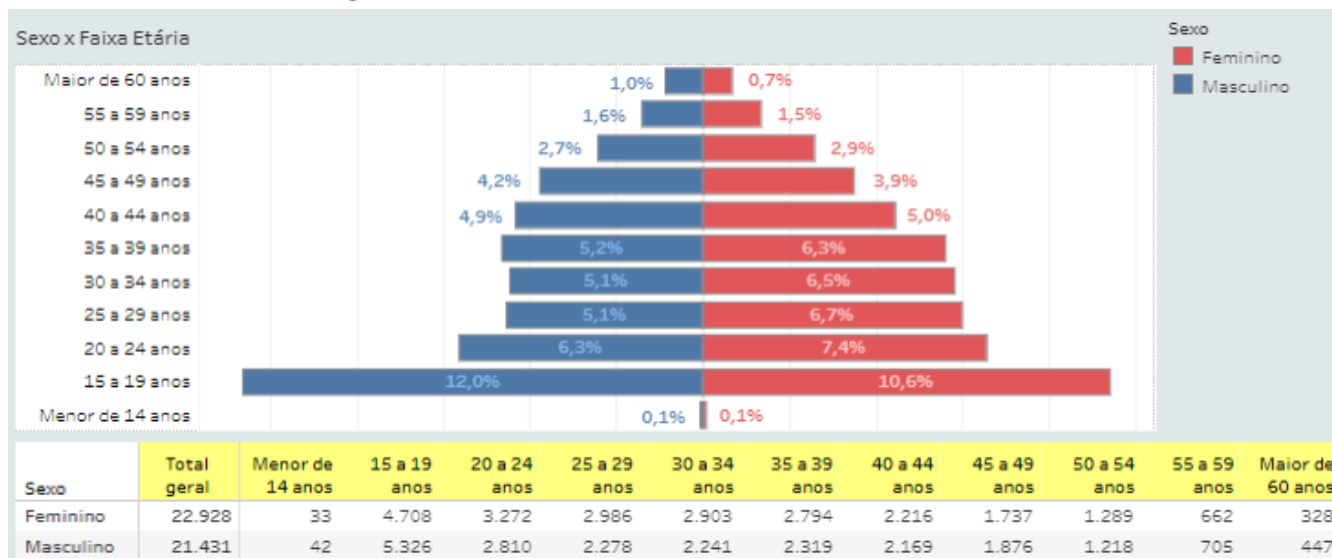
** A partir de 2015 o RAP é calculado pelo número de alunos equivalente / professores integrais



Fonte: SETEC/MEC

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, disponível em <https://www.plataformanilopecanha.org/>, instituída pela Portaria SETEC/MEC nº 1 de 3 de Janeiro de 2018, publicada no D.O.U de 04/01/2018.

Indicador de Distribuição de Sexo e Faixa Etária



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, disponível em <https://www.plataformanilopecanha.org/>, instituída pela Portaria SETEC/MEC nº 1 de 3 de Janeiro de 2018, publicada no D.O.U de 04/01/2018.

3.5 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

Seguem as informações sobre convênios em que o IFPR atuou como conveniente em 2017, ou seja, em que recebeu recursos externos:

Convênio:	270/2015	Concedente:	Fundação Araucária (Fundação do Governo do Estado do Paraná)
Objeto:	Constitui objeto deste Convênio a transferência de recursos financeiros para implementação do projeto protocolado sob o número: 45.566, contemplado no PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - PIBEX - Chamada de Projetos 10/2015, publicada em 01 de julho de 2015.		
Vigência	04/01/2016 a 04/04/2017		
Departamento responsável pela gestão:	PROEPI		
UGR responsável pelo registro:	158009 – Reitoria		
Controles internos:	<p>Como o objeto do convênio envolve o pagamento de bolsas a alunos, é feito um acompanhamento da frequência dos bolsistas nos programas, por meio de coordenadores que repassam as informações em formulário eletrônico à Pró Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação-PROEPI. Dando sequência, a PROEPI verifica a frequência, no sentido de identificar se o pagamento é devido ou não. A partir dessa verificação, a lista é repassada ao financeiro da Pró Reitoria, que registra as bolsas em controle próprio, de modo a evitar pagamentos em duplicidade e submete o pagamento à aprovação do ordenador de despesas da unidade. Após esses procedimentos os documentos são encaminhados à Contabilidade para pagamento.</p> <p>Quando há qualquer movimentação nos recursos do convênio, a Coordenação de Finanças da Diretoria de Contabilidade Orçamento e Finanças informa a Coordenadoria de Projetos Organizacionais para que esta efetue o registro da prestação de contas.</p>		

Ademais, todos os recebimentos e pagamentos deste convênio são registrados no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PR, cujos registros se submetem à aprovação da Concedente e do Tribunal de Contas do Estado.	
Contrapartidas do IFPR:	Não há.
Fluxo Financeiro: Receitas: Não houve recebimento de recursos em 2017, visto que a parcela única, no valor de R\$ 28.800,00 foi repassada em 2016. Em 2017 houve apenas a receita de R\$ 98,47 referente rendimentos financeiros auferidos no período e que foram devolvidos à Concedente. Despesas: Constituem-se no pagamento de 6 bolsas mensais a alunos no valor individual de R\$ 400,00. Jan: R\$ 3.600,00 Fev: R\$ 2.000,00	
Visão gerencial sobre bens e serviços desenvolvidos: Este convênio objetiva o pagamento de bolsas a alunos de graduação do IFPR, assim não há desenvolvimento de bens ou serviços na realização do convênio. Por meio de processo seletivo são selecionados alunos para participação em projetos, sendo que a bolsa fica vinculada a uma frequência mínima no projeto. Através destes programas há a aproximação dos alunos de graduação com as atividades científicas, tecnológicas e de inovação, promovendo o desenvolvimento pedagógico do aluno.	

Convênio:	20/2017	Concedente:	Fundação Araucária (Fundação do Governo do Estado do Paraná)
Objeto:	Constitui objeto deste Convênio a transferência de recursos financeiros para implementação do projeto protocolado sob o número: 47.541, contemplado para o PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO – PIBIC & PIBIT – Chamada de Projetos 06/2016, publicada em 05 de julho de 2016.		
Vigência	03/05/2017 a 03/11/2018		
Departamento responsável pela gestão:	PROEPI		
UGR responsável pelo registro:	158009 – Reitoria		
Controles internos:	<p>Como o objeto do convênio envolve o pagamento de bolsas a alunos, é feito um acompanhamento da frequência dos bolsistas nos programas, por meio de coordenadores que repassam as informações em formulário eletrônico à Pró Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação-PROEPI. Dando sequência, a PROEPI verifica a frequência no sentido de identificar se o pagamento é devido ou não. A partir dessa verificação, a lista é repassada ao financeiro da Pró Reitoria, que registra as bolsas em controle próprio, de modo a evitar pagamentos em duplicidade e submete o pagamento à aprovação do ordenador de despesas da unidade. Após esses procedimentos os documentos são encaminhados à Contabilidade para pagamento.</p> <p>Visando maior controle interno, nos convênios firmados a partir de maio de 2017, todos os recursos recebidos em decorrência de convênios são movimentados através da conta única por meio de fonte de recursos específica do convênio.</p> <p>Assim sendo, quando há qualquer movimentação nos recursos do convênio, a Coordenação de Finanças da Diretoria de Contabilidade Orçamento e Finanças informa a Coordenação de Projetos Organizacionais para que esta efetue o registro da prestação de contas.</p>		

Ademais, todos os recebimentos e pagamentos deste convênio são registrados no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PR, cujos registros se submetem à aprovação da Concedente e do Tribunal de Contas do Estado.

Contrapartidas do IFPR: Não há.

Fluxo Financeiro:

Receitas:

Mai/17: repasse parcela única R\$ 72.000,00

Rendimentos financeiros em 2017: R\$ 2.680,68

Despesas: Constituem-se no pagamento de 15 bolsas mensais a alunos no valor individual de R\$ 400,00.

Jun/17: 5.600,00 Jul/17: 6.000,00 ago/17: 6.000,00 set/17: 6.000,00 out/17: 5.200,00

nov/17: 6.000,00 dez/17: 6.000,00

Visão gerencial sobre bens e serviços desenvolvidos:

Este convênio objetiva o pagamento de bolsas a alunos de graduação do IFPR, assim não há desenvolvimento de bens ou serviços na realização do convênio. Por meio de processo seletivo são selecionados alunos para participação em projetos, sendo que a bolsa fica vinculada a uma frequência mínima no projeto. Através destes programas há a aproximação dos alunos de graduação com as atividades científicas, tecnológicas e de inovação, promovendo o desenvolvimento pedagógico do aluno.

Cumpre salientar que o convênio ainda está em execução.

Convênio:	21/2017	Concedente:	Fundação Araucária (Fundação do Governo do Estado do Paraná)
Objeto:	Constitui objeto deste Convênio a transferência de recursos financeiros para implementação do projeto protocolado sob o número: 47.348, contemplado para o PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - PIBEX – Chamada de Projetos 07/2016, publicada em 05 de julho de 2016.		
Vigência	03/05/2017 a 03/11/2018		
Departamento responsável pela gestão:	PROEPI		
UGR responsável pelo registro:	158009 – Reitoria		
Controles internos:	<p>Como o objeto do convênio envolve o pagamento de bolsas a alunos, é feito um acompanhamento da frequência dos bolsistas nos programas, por meio de coordenadores que repassam as informações em formulário eletrônico à Pró Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação-PROEPI. Dando sequência, a PROEPI verifica a frequência no sentido de identificar se o pagamento é devido ou não. A partir dessa verificação, a lista é repassada ao financeiro da Pró Reitoria, que registra as bolsas em controle próprio, de modo a evitar pagamentos em duplicidade e submete o pagamento à aprovação do ordenador de despesas da unidade. Após esses procedimentos os documentos são encaminhados à Contabilidade para pagamento.</p> <p>Visando maior controle interno, nos convênios firmados a partir de maio de 2017, todos os recursos recebidos em decorrência de convênios são movimentados através da conta única por meio de fonte de recursos específica do convênio.</p> <p>Assim sendo, quando há qualquer movimentação nos recursos do convênio, a Coordenação de Finanças da Diretoria de Contabilidade Orçamento e Finanças informa a Coordenadoria de Projetos Organizacionais para que esta efetue o registro da prestação de contas.</p>		

Ademais, todos os recebimentos e pagamentos deste convênio são registrados no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PR, cujos registros se submetem à aprovação da Concedente e do Tribunal de Contas do Estado.

Contrapartidas do IFPR:

Não há.

Fluxo Financeiro:

Receitas:

Mai/17: repasse parcela única R\$ 19.200,00

Rendimentos financeiros em 2017: R\$ 779,06

Despesas: Constituem-se no pagamento de 04 bolsas mensais a alunos no valor individual de R\$ 400,00.

Jul/17: R\$ 1.200,00 ago/17: R\$ 2.000,00 set/17: 1.200,00 out/17: 1.600,00 nov/17: 1.600,00

De/17: R\$ 1.600,00

Visão gerencial sobre bens e serviços desenvolvidos:

Este convênio objetiva o pagamento de bolsas a alunos de graduação do IFPR, assim não há desenvolvimento de bens ou serviços na realização do convênio. Por meio de processo seletivo são selecionados alunos para participação em projetos, sendo que a bolsa fica vinculada a uma frequência mínima no projeto. Através destes programas há a aproximação dos alunos de graduação com as atividades científicas, tecnológicas e de inovação, promovendo o desenvolvimento pedagógico do aluno.

Cumpre salientar que o convênio ainda está em execução.

Convênio:	22/2017	Concedente:	Fundação Araucária (Fundação do Governo do Estado do Paraná)
Objeto:	Constitui objeto deste Convênio a transferência de recursos financeiros para implementação do projeto protocolado sob o número: 47.643, contemplado para o PROGRAMA INSTITUCIONAL DE APOIO A INCLUSÃO SOCIAL, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – Chamada de Projetos 08/2016, publicada em 05 de julho de 2016.		
Vigência	03/05/2017 a 03/11/2018		
Departamento responsável pela gestão:	PROEPI		
UGR responsável pelo registro:	158009 – Reitoria		
Controles internos:	<p>Como o objeto do convênio envolve o pagamento de bolsas a alunos, é feito um acompanhamento da frequência dos bolsistas nos programas, por meio de coordenadores que repassam as informações em formulário eletrônico à Pró Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação-PROEPI. Dando sequência, a PROEPI verifica a frequência no sentido de identificar se o pagamento é devido ou não. A partir dessa verificação, a lista é repassada ao financeiro da Pró Reitoria, que registra as bolsas em controle próprio, de modo a evitar pagamentos em duplicidade e submete o pagamento à aprovação do ordenador de despesas da unidade. Após esses procedimentos os documentos são encaminhados à Contabilidade para pagamento.</p> <p>Visando maior controle interno, nos convênios firmados a partir de maio de 2017, todos os recursos recebidos em decorrência de convênios são movimentados através da conta única por meio de fonte de recursos específica do convênio.</p> <p>Assim sendo, quando há qualquer movimentação nos recursos do convênio, a Coordenação de Finanças da Diretoria de Contabilidade Orçamento e Finanças informa a Coordenadoria de Projetos Organizacionais para que esta efetue o registro da prestação de contas.</p>		

Ademais, todos os recebimentos e pagamentos deste convênio são registrados no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PR, cujos registros se submetem à aprovação da Concedente e do Tribunal de Contas do Estado.

Contrapartidas do IFPR:

Não há.

Fluxo Financeiro:

Receitas:

Mai/17: repasse parcela única R\$ 72.000,00

Rendimentos financeiros em 2017: R\$ 2.828,85

Despesas: Constituem-se no pagamento de 15 bolsas mensais a alunos no valor individual de R\$ 400,00.

Jun/17: 2.000,00 jul/17: 6.000,00 ago/17: 6.000,00 set/17: 6.000,00 out/17: 5.600,00

Nov/17: 6.000,00 dez/17: 6.000,00

Visão gerencial sobre bens e serviços desenvolvidos:

Este convênio objetiva o pagamento de bolsas a alunos de graduação do IFPR, assim não há desenvolvimento de bens ou serviços na realização do convênio. Por meio de processo seletivo são selecionados alunos para participação em projetos, sendo que a bolsa fica vinculada a uma frequência mínima no projeto. Através destes programas há a aproximação dos alunos de graduação com as atividades científicas, tecnológicas e de inovação, promovendo o desenvolvimento pedagógico do aluno.

Cumpre salientar que o convênio ainda está em execução.

Convênio:	111/2017	Concedente:	Fundação Araucária (Fundação do Governo do Estado do Paraná)
Objeto:	Constitui objeto deste Convênio a transferência de recursos financeiros para implementação do projeto protocolado sob o número: 48.433, contemplado para o PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – PIBEX – Chamada de Projetos 06/2017, publicada em 27 de abril de 2017.		
Vigência	28/09/2017 a 28/02/2019		
Departamento responsável pela gestão:	PROEPI		
UGR responsável pelo registro:	158009 – Reitoria		
Controles internos:	<p>Como o objeto do convênio envolve o pagamento de bolsas a alunos, é feito um acompanhamento da frequência dos bolsistas nos programas, por meio de coordenadores que repassam as informações em formulário eletrônico à Pró Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação-PROEPI. Dando sequência, a PROEPI verifica a frequência no sentido de identificar se o pagamento é devido ou não. A partir dessa verificação, a lista é repassada ao financeiro da Pró Reitoria, que registra as bolsas em controle próprio, de modo a evitar pagamentos em duplicidade e submete o pagamento à aprovação do ordenador de despesas da unidade. Após esses procedimentos os documentos são encaminhados à Contabilidade para pagamento.</p> <p>Visando maior controle interno, nos convênios firmados a partir de maio de 2017, todos os recursos recebidos em decorrência de convênios são movimentados através da conta única por meio de fonte de recursos específica do convênio.</p> <p>Assim sendo, quando há qualquer movimentação nos recursos do convênio, a Coordenação de Finanças da Diretoria de Contabilidade Orçamento e Finanças informa a Coordenadoria de Projetos Organizacionais para que esta efetue o registro da prestação de contas.</p>		

Ademais, todos os recebimentos e pagamentos deste convênio são registrados no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PR, cujos registros se submetem à aprovação da Concedente e do Tribunal de Contas do Estado.

Contrapartidas do IFPR: Não há.

Fluxo Financeiro:

Receitas:

out/17: repasse primeira parcela R\$ 8.000,00

Rendimentos financeiros em 2017: R\$ 71,92

Despesas: Constituem-se no pagamento de 5 bolsas mensais a alunos no valor individual de R\$ 400,00.

Nov/17: 2.000,00 dez/17: 2.000,00

Visão gerencial sobre bens e serviços desenvolvidos:

Este convênio objetiva o pagamento de bolsas a alunos de graduação do IFPR, assim não há desenvolvimento de bens ou serviços na realização do convênio. Por meio de processo seletivo são selecionados alunos para participação em projetos, sendo que a bolsa fica vinculada a uma frequência mínima no projeto. Através destes programas há a aproximação dos alunos de graduação com as atividades científicas, tecnológicas e de inovação, promovendo o desenvolvimento pedagógico do aluno.

Cumpre salientar que o convênio ainda está em execução.

Convênio:	112/2017	Concedente:	Fundação Araucária (Fundação do Governo do Estado do Paraná)
Objeto:	Constitui objeto deste Convênio a transferência de recursos financeiros para implementação do projeto protocolado sob o número: 48.375, contemplado para o PROGRAMA INSTITUCIONAL DE APOIO A INCLUSÃO SOCIAL, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – PIBIS – Chamada de Projetos 05/2017, publicada em 27 de abril de 2017.		
Vigência	22/08/2017 a 22/01/2019		
Departamento responsável pela gestão:	PROEPI		
UGR responsável pelo registro:	158009 – Reitoria		
Controles internos:	<p>Como o objeto do convênio envolve o pagamento de bolsas a alunos, é feito um acompanhamento da frequência dos bolsistas nos programas, por meio de coordenadores que repassam as informações em formulário eletrônico à Pró Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação-PROEPI. Dando sequência, a PROEPI verifica a frequência no sentido de identificar se o pagamento é devido ou não. A partir dessa verificação, a lista é repassada ao financeiro da Pró Reitoria, que registra as bolsas em controle próprio, de modo a evitar pagamentos em duplicidade e submete o pagamento à aprovação do ordenador de despesas da unidade. Após esses procedimentos os documentos são encaminhados à Contabilidade para pagamento.</p> <p>Visando maior controle interno, nos convênios firmados a partir de maio de 2017, todos os recursos recebidos em decorrência de convênios são movimentados através da conta única por meio de fonte de recursos específica do convênio.</p> <p>Assim sendo, quando há qualquer movimentação nos recursos do convênio, a Coordenação de Finanças da Diretoria de Contabilidade Orçamento e Finanças informa a Coordenadoria de Projetos Organizacionais para que esta efetue o registro da prestação de contas.</p>		

Ademais, todos os recebimentos e pagamentos deste convênio são registrados no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PR, cujos registros se submetem à aprovação da Concedente e do Tribunal de Contas do Estado.

Contrapartidas do IFPR: Não há.

Fluxo Financeiro:

Receitas:

set/17: repasse parcela única R\$ 105.600,00

Rendimentos financeiros em 2017: R\$ 1.744,03

Despesas: Constituem-se no pagamento de 22 bolsas mensais a alunos no valor individual de R\$ 400,00.

Nov/17: 16.000 dez/17: 8.400,00

Visão gerencial sobre bens e serviços desenvolvidos:

Este convênio objetiva o pagamento de bolsas a alunos de graduação do IFPR, assim não há desenvolvimento de bens ou serviços na realização do convênio. Por meio de processo seletivo são selecionados alunos para participação em projetos, sendo que a bolsa fica vinculada a uma frequência mínima no projeto. Através destes programas há a aproximação dos alunos de graduação com as atividades científicas, tecnológicas e de inovação, promovendo o desenvolvimento pedagógico do aluno.

Cumpre salientar que o convênio ainda está em execução.

Convênio:	113/2017	Concedente:	Fundação Araucária (Fundação do Governo do Estado do Paraná)
Objeto:	Constitui objeto deste Termo de Colaboração a transferência de recursos financeiros para implementação do projeto protocolado sob o número: 48.354, PROGRAMA DE APOIO À INICIAÇÃO CIENTÍFICA E INICIAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO – PIBIC & PIBIT – Chamada de Projetos 04/2017, publicada em 27 de abril de 2017.		
Vigência	22/08/2017 a 22/01/2019		
Departamento responsável pela gestão:	PROEPI		
UGR responsável pelo registro:	158009 – Reitoria		
Controles internos:	<p>Como o objeto do convênio envolve o pagamento de bolsas a alunos, é feito um acompanhamento da frequência dos bolsistas nos programas, por meio de coordenadores que repassam as informações em formulário eletrônico à Pró Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação-PROEPI. Dando sequência, a PROEPI verifica a frequência no sentido de identificar se o pagamento é devido ou não. A partir dessa verificação, a lista é repassada ao financeiro da Pró Reitoria, que registra as bolsas em controle próprio, de modo a evitar pagamentos em duplicidade e submete o pagamento à aprovação do ordenador de despesas da unidade. Após esses procedimentos os documentos são encaminhados à Contabilidade para pagamento.</p> <p>Visando maior controle interno, nos convênios firmados a partir de maio de 2017, todos os recursos recebidos em decorrência de convênios são movimentados através da conta única por meio de fonte de recursos específica do convênio.</p> <p>Assim sendo, quando há qualquer movimentação nos recursos do convênio, a Coordenação de Finanças da Diretoria de Contabilidade Orçamento e Finanças informa a Coordenadoria de Projetos Organizacionais para que esta efetue o registro da prestação de contas.</p>		

Ademais, todos os recebimentos e pagamentos deste convênio são registrados no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PR, cujos registros se submetem à aprovação da Concedente e do Tribunal de Contas do Estado.

Contrapartidas do IFPR: Não há.

Fluxo Financeiro:

Receitas:

set/17: repasse parcela única R\$ 72.000,00

Rendimentos financeiros em 2017: R\$ 1.187,61

Despesas: Constituem-se no pagamento de 15 bolsas mensais a alunos no valor individual de R\$ 400,00.

Nov/17: 10.800,00 dez/17: 6.000,00

Visão gerencial sobre bens e serviços desenvolvidos:

Este convênio objetiva o pagamento de bolsas a alunos de graduação do IFPR, assim não há desenvolvimento de bens ou serviços na realização do convênio. Por meio de processo seletivo são selecionados alunos para participação em projetos, sendo que a bolsa fica vinculada a uma frequência mínima no projeto. Através destes programas há a aproximação dos alunos de graduação com as atividades científicas, tecnológicas e de inovação, promovendo o desenvolvimento pedagógico do aluno.

Cumpre salientar que o convênio ainda está em execução.

Convênio:	10/2017	Concedente:	Prefeitura de Pinhais/PR
Objeto:	Transferência de recursos financeiros para realização do VI Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação - SE2PIN, a ser realizado pela CONVENIENTE no município de Pinhais no período de 23 a 26 de outubro de 2017.		
Vigência	21/08/2017 a 31/12/2017		
Departamento responsável pela gestão:		PROEPI	
UGR responsável pelo registro:		158009 – Reitoria	
Controles internos:	<p>Para maior controle interno, nos convênios firmados a partir de maio de 2017, todos os recursos recebidos em decorrência de convênios são movimentados através da conta única por meio de fonte de recursos específica do convênio.</p> <p>Assim sendo, quando há qualquer movimentação nos recursos do convênio, a Coordenação de Finanças da Diretoria de Contabilidade Orçamento e Finanças informa a Coordenadoria de Projetos Organizacionais (que é a área responsável pelos convênios) para que esta efetue o registro da prestação de contas.</p> <p>Ademais, todos os recebimentos e pagamentos deste convênio são registrados no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PR, cujos registros se submetem à aprovação da Concedente e do Tribunal de Contas do Estado.</p>		
Contrapartidas do IFPR:	Não há.		
Fluxo Financeiro:			
Receitas:			

out/17: repasse parcela única R\$ 40.000,00

Rendimentos financeiros em 2017: R\$ 424,40

Despesas: Constituem-se no pagamento da nota fiscal nº 86 de Crisna Carolina da Silva Santos - ME referente serviços de organização do VI Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação - SEPIN do IFPR, bem como do ISS retido e a devolução do saldo dos rendimentos financeiros à Prefeitura de Pinhais.

dez/17: R\$ 40.424,40.

Visão gerencial sobre bens e serviços desenvolvidos:

Este convênio já foi finalizado e seu objeto compreendia a transferência de recursos financeiros ao IFPR com a finalidade específica de realização do SEPIN no Município de Pinhais.

O Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação – SE²PIN do Instituto Federal do Paraná (IFPR) é um evento anual organizado pela Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI) e apoiado pela Pró-Reitoria de Ensino (PROENS). Seu principal objetivo é a promoção do encontro da comunidade acadêmica de toda a instituição, possibilitando e estimulando a divulgação de trabalhos e a troca de experiências.

Dessa forma, ainda que os recursos oriundos do convênio não custearam a totalidade das despesas com a realização do evento, certamente o valor recebido contribuiu para sua realização e também para a divulgação do nome do IFPR e do Município de Pinhais, visto que o objeto foi integralmente executado.

Convênio:	52/2016	Concedente:	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná - SEBRAE/PR
Objeto:	Promoção de ações para o incentivo e desenvolvimento de uma Educação Empreendedora no Ensino Superior, conforme descrito na cláusula primeira do termo de convênio.		
Vigência	23/02/2017 a 23/02/2019		
Departamento responsável pela gestão:	Campus Jacarezinho		
UGR responsável pelo registro:	158400 – Campus Jacarezinho		
Controles internos:	A execução do presente convênio tem por base a segregação de funções, em que há um coordenador de convênio que é servidor docente, que é o responsável por realizar a prestação de contas junto ao SEBRAE, sendo que as operações relativas à execução orçamentária e financeira são executadas por pessoas distintas. As despesas do convênio, sejam elas oriundas da contrapartida ou de transferências da concedente seguem as regras de execução da despesa pública, submetendo-se a licitação, empenho, liquidação e pagamento. Ademais, as despesas relativas a este convênio são registradas no Sistema Preste Contas junto ao SEBRAE/PR, obedecendo à norma interna nº 06 do SEBRAE, o qual jugará a prestação de contas ao final do ajuste.		
Contrapartidas do IFPR:	Uma parcela do valor do convênio será executada com recursos próprios do orçamento do IFPR diretamente no convênio, sem transferência de recursos do IFPR para a Concedente. De acordo com o Plano de Trabalho, o valor total da contrapartida é de R\$ 78.553,30.		
Fluxo Financeiro:			
Receitas:			
Valor total a ser repassado pelo SEBRAE: R\$ 116.803,00			

Jul/17: primeira parcela R\$ 58.401,50

Rendimentos financeiros em 2017: R\$ 2.275,63

Despesas: O início da execução do presente convênio foi atrasado devido às restrições orçamentárias que impossibilitavam o pagamento de contrapartidas. Dessa forma, no ano de 2017 só foi efetuado um pagamento relativo a um palestrante. O saldo restante do convênio junto com os rendimentos financeiros foi devolvido ao SEBRAE, o qual devolverá os recursos no ano de 2018.

Dez/17: R\$ 5.600,00 (pagamento palestrante) e 55.077,13 devolução ao SEBRAE.

Visão gerencial sobre bens e serviços desenvolvidos:

Como o convênio ainda está numa fase inicial de execução, ainda não é possível avaliar as atividades desenvolvidas.

Em 2017 não houve projeto desenvolvido com a contratação de Fundação de Apoio nos termos da Lei 8.958/94, porém, foram iniciadas as tratativas para credenciamento da Fundação Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (FUNTEF).

Em 23 de outubro de 2017, o Conselho Superior - CONSUP, por meio da Resolução nº 58, manifestou prévia concordância com a solicitação de autorização da FUNTEF para atuar como fundação de apoio do Instituto Federal do Paraná. Na mesma ocasião o CONSUP aprovou a resolução nº 59/2017, que dispõe sobre as normas que regulamentam as relações entre o IFPR e as fundações de apoio. O processo será submetido à apreciação do Conselho de Curadores da FUNTEF e posteriormente proceder-se-á ao credenciamento da Fundação junto ao Grupo de Apoio Técnico – GAT dos Ministério da Educação e da Ciência e Tecnologia.

4. GOVERNANÇA

4.1 Descrição das estruturas de governança

A Governança diz respeito à forma como as decisões são tomadas. A governança refere-se ao desenvolvimento de políticas e procedimentos, à definição de responsabilidades e, também, à criação de diretrizes para orientar as pessoas e os processos da organização. A finalidade é garantir que ninguém se perca, ou seja, que todos atuem em prol de um objetivo em comum, e que haja transparência e igualdade em todas as áreas envolvidas.

O IFPR seguirá os seguintes princípios de boa governança:

I. liderança: deve ser desenvolvida em todos os níveis da administração. As competências e responsabilidades devem estar identificadas para todos os que gerem recursos públicos, de forma a se obter resultados adequados;

II. integridade: tem como base a honestidade e objetividade, elevando os padrões de decência e probidade na gestão dos recursos públicos e das atividades da organização, com reflexo tanto nos processos de tomada de decisão, quanto na qualidade de seus relatórios financeiros e de desempenho;

III. responsabilidade: diz respeito ao zelo que se espera dos agentes de governança na definição de estratégias e na execução de ações para a aplicação de recursos públicos, com vistas ao melhor atendimento dos interesses da sociedade;

IV. compromisso: dever de todo o agente público de se vincular, assumir, agir ou decidir pautado em valores éticos que norteiam a relação com os envolvidos na prestação de serviços à sociedade, prática indispensável à implementação da governança;

V. transparência: caracterizada pela possibilidade de acesso a todas as informações relativas à organização pública, sendo um dos requisitos de controle do Estado pela sociedade civil. As informações devem ser completas, precisas e claras para a adequada tomada de decisão das partes interessas na gestão das atividades; e

VI. accountability: obrigação dos agentes ou organizações que gerenciam recursos públicos de assumir responsabilidades por suas decisões e pela prestação de contas de sua atuação de forma voluntária, assumindo integralmente a consequência de seus atos e omissões.

Para uma efetiva governança, os princípios serão aplicados de forma integrada, como um processo, e não apenas individualmente, sendo compreendidos por todos na organização.

Os agentes da governança no IFPR devem contribuir para aumentar a confiança na forma como são geridos os recursos colocados à sua disposição, reduzindo a incerteza dos membros da sociedade sobre a forma como são geridos os recursos e as organizações públicas.

A estrutura de Governança do IFPR é composta pelo Conselho Superior (CONSUP), Colégio de Dirigentes (CODIR), Conselho de Administração e Planejamento (CONSAP), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Auditoria Interna e pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles. Contudo ressalta-se que, o dirigente máximo da organização é o principal responsável pelo estabelecimento da estratégia da organização e da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo o estabelecimento, a manutenção, o monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos da gestão.

O Conselho Superior é o órgão máximo normativo, deliberativo, nas dimensões de planejamento, acadêmica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar do IFPR. O Conselho Superior do IFPR é regido pelas disposições da Lei nº 11.182, de 29 de dezembro de 2008, do Estatuto do IFPR e pelas normas específicas de seu respectivo Regimento.

O Conselho Superior será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica; e o último ex-Reitor do Instituto Federal do Paraná. Os mandatos são de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se os membros natos e os membros discentes que terão mandato de 02 (dois) anos.

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição: o Reitor, como presidente; os Pró-Reitores; os Diretores Gerais dos Campi e os Diretores das Diretorias Sistêmicas. O Colégio de Dirigentes reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

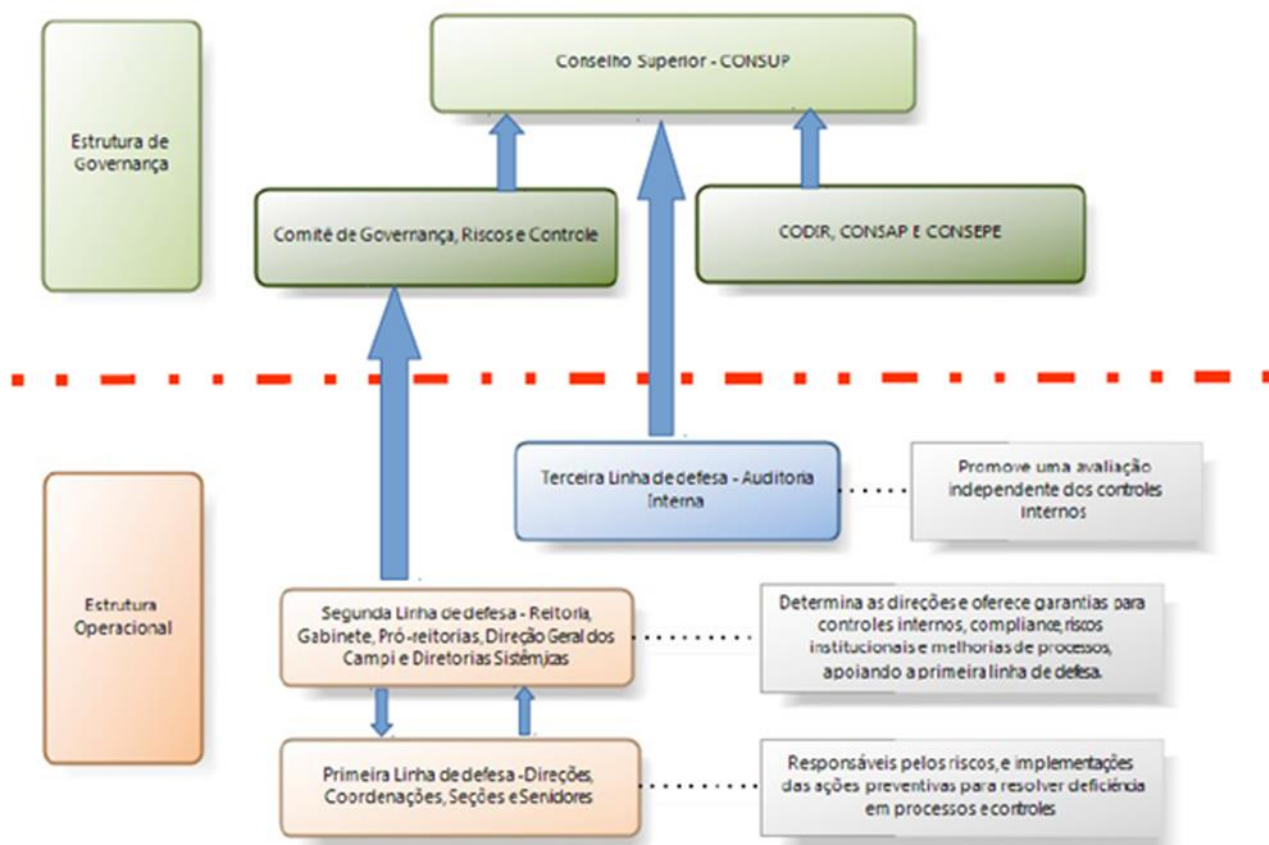
O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão deliberativo, normativo, consultivo e propositivo da Reitoria no que tange às políticas educacionais, de pesquisa e de extensão do Instituto Federal do Paraná. As competências, sobretudo as deliberativas do CONSEPE, são detalhadas e regulamentadas através de resolução do Conselho Superior.

O Conselho de Administração e Planejamento é o órgão deliberativo, normativo, consultivo e propositivo da Reitoria no que tange às políticas e gestão de recursos humanos, financeiros, infraestrutura, e desenvolvimento físico. As competências, sobretudo as deliberativas do CONSAP são detalhadas e regulamentadas através de resolução do Conselho Superior.

A Auditoria Interna, órgão independente de supervisão, acompanhamento e avaliação dos procedimentos administrativos, tem pleno acesso às informações constantes nos sistemas, processos ou documentos da Instituição, como unidade de controle responsável por fortalecer e agregar valor à gestão, por meio da contínua fiscalização dos atos da entidade, para que estes estejam de acordo com os princípios da legalidade e da transparência. Compete à Auditoria Interna intermediar a relação entre o Instituto Federal do Paraná e os Órgãos do sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

O Comitê de Governança, Riscos e Controles, é órgão normativo e consultivo de assessoramento à Reitoria no que tange à adoção de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à governança, gestão de riscos e controles internos no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR. O Comitê de Governança, Riscos e Controles terá a seguinte composição: O(a) Reitor(a), dirigente máximo do IFPR; os(as) Pró-Reitores(as); os(as) Diretores(as) Sistêmicos; os(as) Diretores(as) Gerais dos Campi.

Integração das Linhas de Defesa



Visando atender a Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 10 de maio de 2016, do MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO e a CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, o IFPR instituiu por meio da portaria nº 693 de 23 de junho de 2017 o Comitê de Governança, Riscos e Controles e; por meio da Resolução CONSUP nº 61 de 23 de outubro de 2017 a Política de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos do IFPR. Assim a Gestão de Riscos no IFPR está em processo de implantação.

O Instituto Federal do Paraná (IFPR), se comprometendo com o fortalecimento da Gestão e apoiando-se em um sistema de Controle Interno, que gere garantias para o cumprimento de seus objetivos institucionais e que permita que a Instituição opere com um nível aceitável de risco, apresenta seus critérios de avaliação e gestão de risco.

Cada risco mapeado e avaliado deve estar associado a um agente responsável formalmente identificado. O agente responsável pelo gerenciamento de determinado risco deve ser o gestor com alçada suficiente para orientar e acompanhar as ações de mapeamento, avaliação e mitigação do risco.

O IFPR e seus Campi deverão implementar, manter, monitorar e revisar o processo de gestão de riscos, compatível com sua missão e seus objetivos estratégicos, observadas as diretrizes estabelecidas na Política.

A gestão de riscos do IFPR observa os seguintes princípios:

- I. gestão de riscos de forma sistemática, estruturada e oportuna, subordinada ao interesse público;
- II. estabelecimento de níveis de exposição a riscos adequados;
- III. estabelecimento de procedimentos de controle interno, proporcionais ao risco, observada a relação custo-benefício, e destinados a agregar valor à organização;
- IV. utilização do mapeamento de riscos para apoio à tomada de decisão e à elaboração do planejamento estratégico; e
- V. utilização da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua dos processos organizacionais.

São objetivos da gestão de riscos do IFPR:

I. assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis da instituição, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a organização, inclusive para determinar questões relativas à delegação, se for o caso;

II. aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da organização, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; e

III. agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização.

Na implementação e atualização do modelo de gestão de riscos, a alta administração, bem como seus servidores ou funcionários, deverão observar os seguintes componentes da estrutura de gestão de riscos:

Os gestores são os responsáveis pela avaliação dos riscos no âmbito das unidades, processos e atividades que lhes são afetos. A alta administração deve avaliar os riscos no âmbito da organização, desenvolvendo uma visão de riscos de forma consolidada.

A responsabilidade por estabelecer, manter, monitorar e aperfeiçoar os controles internos no IFPR é da alta administração, sem prejuízo das responsabilidades dos gestores dos processos organizacionais.

Riscos e controles internos devem ser geridos de forma integrada, objetivando o estabelecimento de um ambiente de controle e gestão de riscos que respeite os valores, interesses e expectativas da organização e dos agentes que a compõem e, também, o de todas as partes interessadas, tendo o cidadão e a sociedade como principais vetores.

O IFPR institucionalizou o Comitê de Governança, Riscos e Controles, que será composto pelo dirigente máximo e pelos dirigentes das unidades a ele diretamente subordinadas e apoiado pelo respectivo Assessor Especial de Controle Interno. Assim, tendo em vista os objetivos estabelecidos pelo IFPR, e os riscos decorrentes de eventos internos ou externos que possam obstaculizar (impedir ou dificultar) o alcance desses objetivos, os controles internos mais adequados devem ser posicionados para mitigar a probabilidade de ocorrência dos riscos, ou o seu impacto sobre os objetivos organizacionais.

Os controles internos devem ser efetivos e consistentes considerando a natureza, complexidade e risco das operações realizadas. Estes se baseiam no gerenciamento de riscos e integram o processo de gestão. Os componentes dos controles internos da gestão e do gerenciamento de riscos aplicam-se a todos os níveis, unidades e dependências do IFPR.

Os dirigentes máximos do IFPR Reitoria e dos Campi devem assegurar que procedimentos efetivos de implementação de controles internos da gestão façam parte de suas práticas de gerenciamento de riscos, devendo considerar todos os componentes inerentes à gestão de risco, os quais devem ser integrados ao processo de gestão, dimensionados e desenvolvidos na proporção requerida pelos riscos, de acordo com a natureza, complexidade, estrutura e missão do IFPR.

Os controles internos devem integrar as atividades, planos, ações, políticas, sistemas, recursos e esforços de todos que trabalhem na organização, sendo projetados para fornecer segurança razoável de que a organização atingirá seus objetivos e missão, bem como não devem ser implementados de forma circunstancial, mas como uma série de ações que permeiam as atividades da organização. Essas ações se dão em todas as operações da organização de modo contínuo, inerentes à maneira pela qual o gestor administra a organização.

Além dos controles internos, o IFPR estabelecerá instâncias de segunda linha (ou camada) de defesa, para supervisão e monitoramento desses controles internos. Assim, comitês, diretorias ou assessorias específicas para tratar de riscos, controles internos, integridade e compliance (conformidade), por exemplo, podem se constituir em instâncias de supervisão de controles internos.

Os controles internos da gestão tratados por meio de Política própria não devem ser confundidos com as atividades do Sistema de Controle Interno, relacionadas no artigo 74 da Constituição Federal de 1988, nem com as atribuições da auditoria interna, cuja finalidade específica é a medição e avaliação da eficácia e eficiência dos controles internos da gestão da organização.

Os controles internos da gestão do IFPR serão desenhados e implementados em consonância com os seguintes princípios:

- I. aderência à integridade e a valores éticos;
- II. competência da alta administração em exercer a supervisão do desenvolvimento e do desempenho dos controles internos da gestão;
- III. coerência e harmonização da estrutura de competências e responsabilidades dos diversos níveis de gestão;
- IV. compromisso da alta administração em atrair, desenvolver e reter pessoas com competências técnicas, em alinhamento com os objetivos da organização;
- V. clara definição dos responsáveis pelos diversos controles internos da gestão no âmbito da organização;
- VI. clara definição de objetivos que possibilitem o eficaz gerenciamento de riscos;
- VII. mapeamento das vulnerabilidades que impactam os objetivos, de forma que sejam adequadamente identificados os riscos a serem geridos;
- VIII. identificação e avaliação das mudanças internas e externas ao órgão ou entidade que possam afetar significativamente os controles internos da gestão;
- IX. desenvolvimento e implementação de atividades de controle que contribuam para a obtenção de níveis aceitáveis de riscos;
- X. adequado suporte de tecnologia da informação para apoiar a implementação dos controles internos da gestão;
- XI. definição de políticas e normas que suportem as atividades de controles internos da gestão;
- XII. utilização de informações relevantes e de qualidade para apoiar o funcionamento dos controles internos da gestão;
- XIII. disseminação de informações necessárias ao fortalecimento da cultura e da valorização dos controles internos da gestão;
- XIV. realização de avaliações periódicas para verificar a eficácia do funcionamento dos controles internos da gestão; e
- XV. comunicação do resultado da avaliação dos controles internos da gestão aos responsáveis pela adoção de ações corretivas, incluindo a alta administração.

Os controles internos do IFPR são estruturados para oferecer segurança razoável de que os objetivos institucionais serão alcançados. A existência de objetivos claros é pré-requisito para a eficácia do funcionamento dos controles internos da gestão.

Os objetivos dos controles internos da gestão são:

- I. dar suporte à missão, à continuidade e à sustentabilidade institucional, pela garantia razoável de atingimento dos objetivos estratégicos do órgão ou entidade;
- II. proporcionar a eficiência, a eficácia e a efetividade operacional, mediante execução ordenada, ética e econômica das operações;
- III. assegurar que as informações produzidas sejam íntegras e confiáveis à tomada de decisões, ao cumprimento de obrigações de transparência e à prestação de contas;
- IV. assegurar a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas, políticas, programas, planos e procedimentos de governo e da própria organização; e
- V. salvaguardar e proteger bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

A alta administração, bem como os servidores do IFPR e seus Campi, deverá observar os componentes da estrutura de controles internos, a seguir descritos:

I. ambiente de controle: é a base de todos os controles internos da gestão, sendo formado pelo conjunto de regras e estrutura que determinam a qualidade dos controles internos da gestão. O ambiente de controle deve influenciar a forma pela qual se estabelecem as estratégias e os objetivos e, na maneira como os procedimentos de controle interno são estruturados. Alguns dos elementos do ambiente de controle são:

- integridade pessoal e profissional e valores éticos assumidos pela direção e pelo quadro de servidores, incluindo inequívoca atitude de apoio à manutenção de adequados controles internos da gestão, durante todo o tempo e por toda a organização;
- comprometimento para reunir, desenvolver e manter colaboradores competentes;
- filosofia da direção e estilo gerencial, com clara assunção da responsabilidade de supervisionar os controles internos da gestão;
- estrutura organizacional na qual estejam claramente atribuídas responsabilidades e delegação de autoridade, para que sejam alcançados os objetivos da organização ou das políticas públicas; e
- políticas e práticas de recursos humanos, especialmente a avaliação do desempenho e prestação de contas dos colaboradores pelas suas responsabilidades pelos controles internos da gestão da organização ou política pública.

II. avaliação de risco: é o processo permanente de identificação e análise dos riscos relevantes que impactam o alcance dos objetivos da organização e determina a resposta apropriada ao risco. Envolve identificação, avaliação e resposta aos riscos, devendo ser um processo permanente.

III. atividades de controles internos: são atividades materiais e formais, como políticas, procedimentos, técnicas e ferramentas, implementadas pela gestão para diminuir os riscos e assegurar o alcance de objetivos organizacionais e de políticas públicas. Essas atividades podem ser preventivas (reduzem a ocorrência de eventos de risco) ou detectivas (possibilitam a identificação de ocorrência dos eventos de risco), implementadas de forma manual ou automatizada. As atividades de controles internos devem ser apropriadas, funcionar consistentemente de acordo com um plano de longo prazo, ter custo adequado, serem abrangentes, razoáveis e diretamente relacionadas aos objetivos de controle. São exemplos de atividades de controles internos:

- procedimentos de autorização e aprovação;
- segregação de funções (autorização, execução, registro, controle);
- controles de acesso a recursos e registros;
- verificações;
- conciliações;
- avaliação de desempenho operacional;
- avaliação das operações, dos processos e das atividades; e
- supervisão.

IV. informação e comunicação: as informações produzidas pelo IFPR devem ser apropriadas, tempestivas, atuais, precisas e acessíveis, devendo ser identificadas, armazenadas e comunicadas de forma que, em determinado prazo, permitam que os funcionários e servidores cumpram suas responsabilidades, inclusive a de execução dos procedimentos de controle interno. A comunicação eficaz deve fluir através da organização, por todos seus componentes e pela estrutura inteira. Todos os servidores/funcionários devem receber mensagem clara da alta administração sobre as responsabilidades de cada agente no que concerne aos controles internos da gestão. A organização deve comunicar as informações necessárias ao alcance dos seus objetivos para todas as partes interessadas, independentemente do nível hierárquico em que se encontram.

V. monitoramento: é obtido por meio de revisões específicas ou monitoramento contínuo, independente ou não, realizados sobre todos os componentes de controles internos, com o fim de aferir sua eficácia, eficiência, efetividade, excelência ou execução na implementação dos seus componentes e corrigir tempestivamente as deficiências dos controles internos.

- monitoramento contínuo: é realizado nas operações normais e de natureza contínua do IFPR. Inclui a administração e as atividades de supervisão e outras ações que os servidores executam ao cumprir suas responsabilidades. Abrange cada um dos componentes da estrutura do controle interno, fortalecendo os controles internos da gestão contra ações irregulares, antiéticas, antieconômicas, ineficientes e ineficazes. Pode ser realizado pela própria Administração por intermédio de instâncias de conformidade; como por agentes específicos, que atuam como segunda linha (ou camada) de defesa da organização; e

- avaliações específicas: são realizadas com base em métodos e procedimentos predefinidos, cuja abrangência e frequência dependerão da avaliação de risco e da eficácia dos procedimentos de monitoramento contínuo. Abrangem, também, a avaliação realizada pelas unidades de auditoria interna dos órgãos e entidades e pelos órgãos do Sistema de Controle Interno (SCI) do Poder Executivo Federal para aferição da eficácia dos controles internos da gestão quanto ao alcance dos resultados desejados.

Os componentes de controles internos da gestão definem o enfoque recomendável para a estrutura de controles internos do IFPR e fornecem bases para sua avaliação. Esses componentes se aplicam a todos os aspectos operacionais de cada Campus.

4.2 Atuação da unidade de auditoria interna

CONTROLE INTERNO DA GESTÃO, COMPLIANCE E AUDITORIA INTERNA.

Didaticamente, podemos entender o controle interno da Instituição através de três linhas de defesas, sendo elas: controles internos da gestão, compliance e auditoria interna.

CONTROLE INTERNO DA GESTÃO – PRIMEIRA LINHA DE DEFESA

Sobre o conceito de controle interno da gestão, citamos a IN 01/2016 – MPOG/CGU:

Art. 3º Os órgãos e entidades do Poder Executivo federal deverão implementar, manter, monitorar e revisar os controles internos da gestão, tendo por base a identificação, a avaliação e o gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos estabelecidos pelo Poder Público. Os controles internos da gestão se constituem na primeira linha (ou camada) de defesa das organizações públicas para propiciar o alcance de seus objetivos. Esses controles são operados por todos os agentes públicos responsáveis pela condução de atividades e tarefas, no âmbito dos macroprocessos finalísticos e de apoio dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal. A definição e a operacionalização dos controles internos devem levar em conta os riscos que se pretende mitigar, tendo em vista os objetivos das organizações públicas. Assim, tendo em vista os objetivos estabelecidos pelos órgãos e entidades da administração pública, e os riscos decorrentes de eventos internos ou externos que possam obstaculizar o alcance desses objetivos, devem ser posicionados os controles internos mais adequados para mitigar a probabilidade de ocorrência dos riscos, ou o seu impacto sobre os objetivos organizacionais.

Podemos assim ainda descrever:

“Art. 9º Os controles internos da gestão devem ser estruturados para oferecer segurança razoável de que os objetivos da organização serão alcançados. A existência de objetivos claros é pré-requisito para a eficácia do funcionamento dos controles internos da gestão.”

Portanto, podemos entender o controle interno da gestão, primeira linha de defesa ou simplesmente como a área que vai executar os controles, que o fará objetivando mitigar os riscos que separam a organização do atendimento dos seus objetivos.

COMPLIANCE – SEGUNDA LINHA DE DEFESA

Compliance, por sua vez, pode ser entendido como a supervisão dos controles internos e não se confunde com a atividade de auditoria interna, sendo assim definida pela IN 01/2016 MPOG-CGU:

Art. 6º Além dos controles internos da gestão, os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal podem estabelecer instâncias de segunda linha (ou camada) de defesa, para supervisão e monitoramento desses controles internos. Assim, comitês, diretorias ou assessorias específicas para tratar de riscos, controles internos, integridade e compliance, por exemplo, podem se constituir em instâncias de supervisão de controles internos.

Art. 7º Os controles internos da gestão tratados neste capítulo não devem ser confundidos com as atividades

do Sistema de Controle Interno relacionadas no artigo 74 da Constituição federal de 1988, nem com as atribuições da auditoria interna, cuja finalidade específica é a medição e avaliação da eficácia e eficiência dos controles internos da gestão da organização. (Grifo nosso)

O compliance, neste caso, faz o papel de orientação e supervisão dos controles internos. No caso do IFPR, os documentos institucionais não definem especificamente o que compõe a segunda linha de defesa, mas atribuí papel semelhante e importante às Pró-Reitorias, por exemplo:

Art. 35. As Pró-Reitorias do IFPR, dirigidas por Pró-Reitores ou Pró-Reitoras nomeados pelo Reitor, são órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam e acompanham as atividades referentes às seguintes dimensões: planejamento e desenvolvimento institucional, administração, ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão de pessoas. (Grifo nosso)

No caso, as Pró-reitorias possuem a prerrogativa de superintender (fazer inspeção, inspecionar, supervisionar) os trabalhos sob suas competências, de acordo com a área de atuação.

AUDITORIA INTERNA – TERCEIRA LINHA DE DEFESA

O objetivo geral da auditoria é avaliar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de examinar o gerenciamento de riscos, visando auxiliar à administração da entidade no cumprimento dos seus objetivos. Podemos expressar este conceito através do Art. 2º, inciso III da Instrução Normativa Conjunta 01/2016 MPOG – CGU:

III – auditoria interna: atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança. As auditorias internas no âmbito da Administração Pública se constituem na terceira linha ou camada de defesa das organizações, uma vez que são responsáveis por proceder à avaliação da operacionalização dos controles internos da gestão (primeira linha ou camada de defesa, executada por todos os níveis de gestão dentro da organização) e da supervisão dos controles internos (segunda linha ou camada de defesa, executada por instâncias específicas, como comitês de risco e controles internos). Compete às auditorias internas oferecer avaliações e assessoramento às organizações públicas, destinadas ao aprimoramento dos controles internos, de forma que controles mais eficientes e eficazes mitiguem os principais riscos de que os órgãos e entidades não alcancem seus objetivos;

FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO – REPORTE

Desta forma, podemos concluir que o Sistema de Controle Interno (institucional) deve ser composto por, no mínimo, três instâncias citadas anteriormente: Controle Interno da Gestão (instância que irá executar os controles internos), Compliance (instância que projeta e avalia os controles) e Auditoria Interna (que faz a supervisão do Sistema de Controle). A figura abaixo ilustra a divisão conforme o IIA (Instituto dos Auditores Internos do Brasil) :



Segundo o IIA, a primeira linha de defesa (chamada aqui de controle interno) tem as seguintes atribuições: “Como primeira linha de defesa, os gerentes operacionais gerenciam os riscos e têm propriedade sobre eles. Eles também são os responsáveis por implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.”

A segunda linha por sua vez tem as seguintes atribuições:

A gerência estabelece essas funções para garantir que a primeira linha de defesa seja apropriadamente desenvolvida e posta em prática e que opere conforme intencionado. Cada uma dessas funções tem seu nível de independência em relação à primeira linha de defesa, mas são, por natureza,

funções de gestão. Como funções de gestão, elas podem intervir diretamente, de modo a modificar e desenvolver o controle interno e os sistemas de riscos.

Portanto, a segunda linha de defesa tem um propósito vital, mas não pode oferecer análises verdadeiramente independentes aos órgãos de governança acerca do gerenciamento de riscos e dos controles internos. (Página 4)

Conforme mencionado, a segunda linha verifica o funcionamento dos controles e é uma função especificada de gestão. Cabe à Auditoria a avaliação independente do Sistema de Controle Interno, como um todo:

Os auditores internos fornecem ao órgão de governança e à alta administração avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização. Esse alto nível de independência não está disponível na segunda linha de defesa. A auditoria interna provê avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle. (Página 5)

Em termos de reporte, a primeira e a segunda linha de defesa se reportam à alta administração (Reitor), enquanto que a terceira linha de defesa também se reporta à alta administração, porém atua de forma independente, tendo que se reportar também ao Conselho Administrativo (Conselho Superior). Embora no caso do IFPR as figuras do Reitor e do Presidente do Conselho Superior se confundam, em essência a comunicação da segunda linha de defesa (compliance) e terceira linha de defesa (Auditoria Interna) não tem o mesmo significado. Enquanto a segunda linha de defesa trabalha para a gestão, a terceira linha de defesa possui independência e sua vinculação é unicamente ao Conselho Superior.

FUNCIONAMENTO DA AUDITORIA INTERNA

Caracterização: Unidade responsável por avaliar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de examinar o gerenciamento de riscos, visando auxiliar a administração da entidade no cumprimento dos seus objetivos.

Também é responsável por intermediar a relação entre o IFPR e os órgãos do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A Auditoria Interna ainda não dispõe de normativo que regulamente sua atuação e tampouco se encontra funcionalmente vinculada ao Conselho Superior do IFPR (CONSUP). Em outubro de 2017 a AUDIN submeteu proposta ao CONSUP sobre a necessidade de vinculação ao Conselho, porém tal vínculo ficou condicionado à elaboração de um Regimento próprio que regulamente a sua atuação no âmbito do IFPR. Apesar da ausência do regimento, pode-se dizer que a AUDIN atualmente trabalha com independência e imparcialidade, porém a sua elaboração assegurará esta condição ao longo do tempo, além de garantir estabilidade ao funcionamento do setor nas trocas de gestão. A apresentação do Regimento ao CONSUP está prevista para o primeiro semestre de 2018.

Outro ponto que a regulamentação interna haverá de corrigir é a comunicação com o Conselho Superior. Atualmente a comunicação se dá via PAINT (Plano Anual de Auditoria Interna) e RAIN (Relatório Anual de Auditoria Interna), definidos através da Instrução Normativa 24, de 17 de novembro de 2015 (Controladoria Geral da União). Em relação à comunicação com o Reitor, Pró-reitores, Diretores e demais gestores, a AUDIN encaminha os documentos recebidos, conforme competência estatutária e regimental de cada setor. Cabe ressaltar que todos os documentos recebidos pela Auditoria Interna são encaminhados com cópia ao Gabinete do Reitor, como forma de ciência e também se colocando a disposição para esclarecimentos. A cada recomendação ou determinação dos órgãos de controle, a gestão define os setores responsáveis pelo atendimento e a Auditoria monitora os prazos.

AVALIAÇÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O quadro abaixo mapeia o funcionamento dos controles internos que demonstra sucintamente os principais pontos do controle interno e gestão de risco.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		x			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou do código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			x		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			x		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		x			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise crítica e comentários relevantes:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Observando o conteúdo presente na tabela constatamos que o IFPR carece de melhorias no seu controle interno. É nítida a preocupação dos gestores com este aspecto, no entanto, a instituição busca maturidade para tratar gestão de risco e controles internos de forma sistêmica. A maturidade almejada depende muito dos gestores e percebemos esforços neste sentido, para que cada vez mais haja formalização do papel de cada um. Neste sentido, podemos apontar como avanços, em 2017, a Portaria nº 693 de 23 de junho de 2017 que institui o Comitê de Governança, Riscos e Controles e; a Resolução CONSUP nº 61 de 23 de outubro de 2017 que aprova a Política de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos.

4.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

No exercício de 2017 houve eventos que necessitaram de correição, conforme relatório abaixo discriminado, emitido pelo Sistema CGU-PAD dos processos instaurados naquele exercício, no âmbito do IFPR.

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	
Período:	01/01/2017 a 31/12/2017
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos em "Instauração/Instrução"	33
Total de Procedimentos em "Indiciamento/Citação"	1
Total de Procedimentos "Encaminhados para Julgamento"	7
Total de Procedimentos "Julgados"	30
Total de Procedimentos "Anulados Administrativamente"	2
Total de Procedimentos "Anulados Judicialmente"	0
Total de Procedimentos em "Revisão"	0
Total de Procedimentos em "Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Avocação/Requisição pela CGU"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Revisão do Processo"	0
Total de Procedimentos	73

Quadro Detalhado			
Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
23411009148201649	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	15/03/2017	Instauração/Instrução
23411002275201706	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	29/03/2017	Instauração/Instrução
23411009352201660	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	29/03/2017	Instauração/Instrução
23411001605201738	Sindicância	17/04/2017	Processo Julgado
23411001867201701	Sindicância	17/04/2017	Processo Julgado
23411002818201787	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	18/04/2017	Instauração/Instrução
23411000253201612	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	04/05/2017	Processo Julgado
23411006777201617	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	04/05/2017	Processo Julgado
23411002164201791	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	15/05/2017	Processo Julgado
23411005165201615	Sindicância	13/06/2017	Instauração/Instrução
23404000433201693	Sindicância	26/07/2017	Processo Julgado
23411002620201531	Sindicância	23/08/2017	Instauração/Instrução
23411005987201779	Sindicância	23/08/2017	Instauração/Instrução
23411003443201772	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	21/09/2017	Instauração/Instrução
23413000016201712	Sindicância	07/11/2017	Instauração/Instrução

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 2
Data da emissão do relatório: 08/02/2018
Emitido por: THIAGO BORBA DOS SANTOS

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Quadro Detalhado			
Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
23411004895201691	Sindicância	16/11/2017	Instauração/Instrução
23411008211201719	Sindicância	23/11/2017	Instauração/Instrução

O Instituto Federal do Paraná, no que concerne aos sistemas de correição, possui em seu quadro a Seção de Procedimentos Disciplinares, que coordena os trabalhos decorrentes da apuração de responsabilidades do servidor, por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. Esta Seção recebe as denúncias autorizadas pelo Reitor e realiza o juízo de admissibilidade, onde informa se o procedimento é passível de abertura de Investigação Preliminar, Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar.

Uma vez aberto o procedimento, a Seção presta apoio às comissões e acompanha o andamento processual, desde a emissão de portaria de abertura até a entrega do relatório final, auxiliando nas possíveis demandas do processo, bem como desempenha outras atividades inerentes à unidade, conforme necessidade. Cabe ainda à Seção de Procedimentos Disciplinares alimentar o Sistema CGU-PAD com as informações de abertura, andamento e encerramento dos respectivos procedimentos disciplinares.

Cumprir informar, por fim, que são seguidas as orientações previstas nas Leis nº 8.112/90 e 9.784/99, no Manual de Processo Administrativo, na Portaria nº 335/2006 e na Instrução Normativa nº 04, sendo estes expedidos pela Controladoria-Geral da União, e demais legislações conexas.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de Pessoas

O Instituto Federal do Paraná possui uma Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas responsável por planejar, superintender, coordenar e fomentar as políticas de gestão de pessoas visando atingir as metas e cumprir a missão institucional, bem como normatizar e organizar processos de administração de pessoas, visando à valorização e ao aumento da competência de seus servidores, necessários ao pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão, conforme estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A Pró-Reitoria e Gestão de Pessoas está estruturada em 4 (quatro) diretorias: Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas, Diretoria de Administração de Pessoas, Diretoria de Capacitação e Diretoria de Normas e Procedimentos de Pessoal; setor específico de Atendimento ao Servidor e um Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor.

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

O quadro abaixo representa a composição do quadro de servidores ativos do Instituto Federal do Paraná em dezembro de 2017, conforme a tipologia dos cargos existentes na instituição.

Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	2011	227	56
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	2011	227	56
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	1995	221	53
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	15	6	3
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	147	127	94
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	2158	354	150

Fonte: SIAPE

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	608	1403
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	608	1403
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	592	1403
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	15	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	147
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	608	1550

Fonte: SIAPE

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	115	112	43	44
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	115	112	43	44
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	114	111	43	44
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	443	416	183	178
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	443	416	183	178
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	558	528	226	222

Fonte: SIAPE

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	R\$ 175.473.219,79	R\$ 9.682.245,31	R\$ 16.678.230,08	R\$ 8.474.824,75	R\$ 12.606.309,72	R\$ 4.056.133,27	R\$ 565.469,20	R\$ 2.431.500,37	R\$ 64.180,76	R\$ 230.032.113,25
	2016	R\$ 144.715.568,26	R\$ 8.765.517,45	R\$ 13.739.907,98	R\$ 6.703.006,85	R\$ 11.999.047,67	R\$ 3.685.253,41	R\$ 258.259,89	R\$ 4.444.445,75	R\$ 61.696,30	R\$ 194.372.703,56
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	R\$ 0,00	R\$ 74.086,08	R\$ 6.173,84	R\$ 2.057,94	R\$ 0,00	R\$ 3.824,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 86.142,65
	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	R\$ 432.809,30	R\$ 0,00	R\$ 49.598,32	R\$ 22.301,15	R\$ 21.931,11	R\$ 11.454,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 538.094,76
	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	R\$ 5.744.748,59	R\$ 0,00	R\$ 481.554,81	R\$ 142.349,66	R\$ 1.083.763,52	R\$ 29.373,92	R\$ 0,00	R\$ 1.901,46	R\$ 0,00	R\$ 7.483.691,96
	2016	R\$ 5.523.094,78	R\$ 0,00	R\$ 326.110,81	R\$ 119.682,51	R\$ 683.698,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.652.587,09

FONTE: SIAPE DW

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Com a ideia de verificar possíveis riscos identificados na gestão de pessoas do IFPR, especialmente aqueles que possam comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo e os objetivos estratégicos no médio e longo prazo, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas atua com o Núcleo de Atendimento ao Servidor (NAS) e o SIASS UFPR.

O NAS foi instituído, por meio da Portaria nº 1722, em 11 de Setembro de 2015. É responsável pela mediação, orientação, acompanhamento e integração de ações relativas à saúde do servidor entre Unidade Sede SIASS UFPR e os Campi do IFPR. Está vinculado e integrado à Unidade SIASS UFPR, nas seguintes atividades:

- Organização dos exames periódicos.
- Perícias Oficiais em Saúde.
- Exames médicos para posse de candidatos a cargos efetivos do IFPR.
- Adicionais de insalubridade e periculosidade.
- Assessoria do Serviço Social à Outras Unidades SIASS Unidade SIASS INSS.
- CAS - Comunicação acidente em serviço.
- Acompanhamento: acolhimento, visitas domiciliares e visitas hospitalares a servidores na condição de:
 - PCD, Pessoa com deficiência.
 - Em processos de ACL - Avaliação de capacidade laborativa.
 - Remoção por saúde (própria ou de familiar)

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

A contratação do estagiário é realizada pelo Campus conforme orçamento previsto para esse fim, antes da contratação é verificado se há recurso disponível através do documento “IDO – Informação de disponibilidade Orçamentária” que é emitido pela Direção de Planejamento e Administração do campus e é verificado também se o número de estagiários está no percentual permitido pelo art. 17 da Lei 11.788 de 25/09/2018 conforme número de servidores do campus.

Após essas consultas a escolha do estagiário é conforme o método mais viável para o campus seja ele por processo seletivo através de edital ou banco de currículos. A exigência é que os candidatos sejam educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio e a área de especialização é de acordo com a necessidade do campus.

Concluído o processo de seleção, é juntado toda a documentação necessária e aberto um processo administrativo de contratação de estagiário e encaminhado a PROGEPE/DIAP. Quando o processo chega na PROGEPE/DIAP é verificado se tudo está em conformidade com as exigências acima citadas e é assinado pela gestora da unidade como PARTE CONCEDENTE do “TCE- Termo de Compromisso de Estágio”, e após isso o estagiário é cadastrado no SIAPE. O acompanhamento do estágio é feito por um servidor do IFPR com formação na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário para orientá-lo e supervisioná-lo.

No ano de 2017 foram feitas 56 novas contratações e o as despesas com o pagamento dos estagiários foi de R\$365.151,80 (Trezentos e sessenta e cinco mil cento e cinquenta e um reais e oitenta centavos). Atualmente temos 22 estagiários na área meio e 20 na área fim.

5.1.5 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Não se aplica à UG

5.2 Gestão de Patrimônio e Infraestrutura

5.2.1 Gestão de frotas de veículos

A constituição e forma de utilização da frota de veículos no IFPR está baseada nas:

- Leis nº 1.081, de 13 de abril de 1950, e nº 10.683, de 28 de maio de 2003;
- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008;
- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008;
- Resoluções, deliberações e portarias da DENATRAN;
- Instrução Interna de Procedimentos - IIP nº 020 – de 06 de Abril 2016.

Os serviços de transporte prestados são de deslocamentos:

- a) de servidores (TAE e Docentes), Discentes ou pessoas a serviço do INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, desde que devidamente autorizadas;
- b) de documentos;
- c) de encomendas e cargas tais como: livros, cartazes, papéis, equipamentos, e outros materiais.

As atividades de transportes destinam-se exclusivamente ao atendimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e também administrativas deste Instituto.

As contratações de veículos com motorista e sem motorista são de natureza continuada, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições e tem por finalidade reduzir os custos para a Administração, facilitar o gerenciamento dos contratos, possibilitando o atendimento das solicitações de veículos com maior eficiência.

Esta continuidade é resultado da gestão de terceirização da frota deste IF e a destinação (cessão/doação/alienação) dos veículos oficiais.

Os veículos em uso ou de responsabilidade do IFPR, estão discriminados abaixo.

Veículos Oficiais (categoria serviços comuns):

Veículos Transporte Coletivo: IFPR = 3 (três) Micro-ônibus

Veículos de passeio: IFPR = 5 (cinco)

Veículos Utilitários: IFPR = 1 (um) Camionete

Veículos* Locados da Empresa Pantanal:

Veículos de passeio: 13 (treze) – serviços comuns

Veículos de passeio: 1 (um) – transporte institucional

Veículos Utilitários: 5 (cinco) – serviços comuns

Veículos Locados da Empresa Indianópolis*:

Veículos de passeio: 9 (nove) – serviços comuns

Veículos coletivos de acordo com a demanda:

Empresas Trans Isaak, Rodrigues e Couto - me, Cattani Sul Transportes e Turismo Ltda, Dmr Projetos e Viação Umuarama

* Estes contratos possuem a gestão centralizada na Reitoria, com fiscalização setorial. Porém, devido a descentralização administrativa, a partir de 2018, os contratos de locação de veículos serão geridos e fiscalizados pelas unidades requisitante na Ata de Registro de Preços, devendo manter todo o controle e informação a respeito dos veículos.

- Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:

Veículos Oficiais:

Veículos Transporte Coletivo: 3.280 km

Veículos de passeio: 650 km

Veículos Utilitários: 9.090 km

Veículos Locados:

Veículos de passeio com motorista: 19.644 km (serviços comuns)

Veículos de passeio com motorista: 28.687 km (transporte institucional)

Veículos Utilitários com motorista: 14.844 km (serviços comuns)

Veículos de passeio sem motorista: 12.841 km (serviços comuns)

- Idade média da frota, por grupo de veículos;

Veículos Oficiais:

Veículos Transporte Coletivo: aproximadamente 7 anos

Veículos de passeio: aproximadamente 9 anos

Veículos Utilitários: aproximadamente 9 anos

Veículos Locados:

Veículos de passeio: aproximadamente 1 ano

Veículos Utilitários: aproximadamente 3 anos

Veículos Coletivos: menos de 5 (cinco) anos de fabricação

- Despesas associadas à manutenção da frota:

Veículos Oficiais:

Contrato 64/2016 - Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HAAG S/A: R\$ 7.254,51

Contrato 79/2016 - Gente Seguradora S/A (Seguro veicular): R\$ 5.160,58

Veículos Locados:

Contrato 01/2014 - Pantanal: R\$ 1.585.740,49

Contrato 33/2012 - Trans Isaak: R\$ 187.110,51

Contrato 35 de 2014 e Contratos 56, 57, 58, 59, 65 e 85 de 2016 - DMR: R\$ 78.374,61

Contrato 13/2014 - Viação Umuarama: R\$ 5.965,81

Contratos 02, 04, 05 e 34 de 2017 - Rodrigues e Couto: R\$ 0,00

Contrato 06/2017 - Cattani Sul Transportes: R\$ 0,00

Contrato 46/2014 - Faixa Vermelha (Táxi): R\$ 16.700,68

Contrato 07/2016 - Indianópolis: R\$ 305.168,83

Ressaltamos que todos os custos relacionados à frota locada (combustível, manutenção, seguros obrigatórios, motoristas, diárias, horas extras, pedágios, depreciação, dentre outros) estão cobertos pelos presentes contratos tanto de veículos de passeio, quanto de veículos coletivos.

Atualmente não há um plano de substituição da frota oficial, uma vez que a Gestão atual deu continuidade a não aquisição de veículos próprios, visto que, optamos em 2012 pela terceirização da frota de todo o IFPR, tanto da frota permanente (veículos de passeio), quanto pela frota eventual (veículos coletivos). Em síntese, estamos realizando toda a substituição da frota oficial pela frota locada, através dos contratos já firmados de frota permanente com motorista (Empresa Pantanal), de frota permanente sem motorista (Empresa Indianópolis), e de frota eventual com motorista (Empresa Trans Isaak, Rodrigues e Couto – me e Cattani Sul Transportes e Turismo Ltda., DMR Projetos e Viação Umuarama). Dessa forma, toda a parte operacional foi direcionada para empresas especializadas em aluguel de veículos, focando e priorizando esforços na atividade-fim desta Instituição.

Comunicamos que novas licitações foram concluídas no final do ano de 2017 (frota permanente com / sem motorista e frota eventual com motorista). Informamos que as novas contratações estão sendo formalizadas ainda no primeiro trimestre de 2018, dado o vencimento dos contratos atuais.

O IFPR não optou como diretriz pela aquisição de novos veículos, e sim para manutenção da política de locação de veículos terceirizados, conforme explicações no item anterior. Porém, com a descentralização administrativa por meio das UGEs, pode acontecer da decisão ser contrária a esta política, o que torna também de desconhecimento da PROAD a questão quanto a utilização, controle e manutenção da frota.

A estrutura de controles dotada pelo IFPR baseia-se na fiscalização dos serviços relacionados à área de Transportes, por meio de relatórios emitidos pelas empresas que atualmente prestam serviços: Pantanal (frota permanente com motorista), Indianópolis (frota permanente sem motorista), Trans Isaak, Rodrigues e Couto – me e Cattani Sul Transportes e Turismo Ltda., DMR Projetos e Viação Umuarama (frota eventual). Porém, como mencionado anteriormente, estes controles já não serão mais centralizados na Reitoria, por meio da PROAD a partir de 2018, e sim por cada gestão do contrato em suas unidades.

A fim de maximizarmos a eficiência em relação aos serviços de transporte são utilizados para controle os seguintes documentos:

- Relatórios Mensais dos Fiscais por empresa;
- Relatórios de Controle de Quilometragem;
- Formulários de Diárias dos motoristas;
- Formulários de Horas Adicionais dos motoristas;
- Relatório de Roteiro das Viagens;
- Solicitações de Reserva de Veículos Oficiais/Locados;
- Checklist Veículos;
- Autorização Veículo – Servidor
- Planilhas de controle interno

5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

O Instituto Federal do Paraná nos últimos anos passou a se utilizar cada vez mais de uma frota de veículos terceirizada, mediante isto, iniciamos o processo de desfazimento dos bens (veículos oficiais) em 2013 com a cessão de 2 (dois) ônibus e 1 (um) micro-ônibus para a Universidade Federal do Paraná. Estes veículos deverão ser doados a UFPR, no ano de 2018.

No ano de 2014, encaminhamos duas camionetes, um veículo de passeio (motivo: manutenção inviável), duas vans e um furgão (motivo: bens ociosos) para o processo de leilão que foi realizado pelo Campus Curitiba.

Desde 2016, as Unidades deram início ao processo de cessão de 1 micro-ônibus para a UNILA, 1 micro-ônibus para Prefeitura de Telêmaco Borba, 1 micro-ônibus para a Prefeitura de Paranavaí e 1 micro-ônibus para a Prefeitura de Astorga.

Em 2017 formalizamos a doação de 10 veículos de passeio e 1 micro-ônibus para o Exército brasileiro.

Os 2 veículos remanescentes da Reitoria que estão com manutenção inviável serão reaproveitados nas aulas práticas do curso de mecânica nas Unidades do IF.

5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

O Controle e gestão do patrimônio do IFPR é realizado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet. Em 2014, a partir dos trabalhos apresentados pela Comissão de imóveis designada pela Portaria/Reitor nº 1688/14, foi estabelecido o fluxo para incorporações dos imóveis:

- a) Diretoria/Assessoria de Expansão do Gabinete do Reitor realiza os trâmites necessários para a doação/cessão/ aquisição do imóvel ao IFPR, formalização da Escritura Pública e do Registro do Imóvel. Encaminha* para a CACP/DA/PROAD realizar o cadastro no SPIUnet e ao NAI/DI/PROAD para providências em relação às obras, se couber;
- b) CACP/DA/PROAD cadastra no SPIUnet;
- c) DCOF/PROAD realiza a incorporação no SIAFI;
- d) Obra concluída, documentação é disponibilizada aos campi pelo NAI/DI/PROAD para averbação do imóvel, paralelamente é informado* a CACP para inclusão do imóvel/construção no SPIUnet;
- e) Campus realiza a averbação do imóvel e encaminha* documentação para a CACP/DA/PROAD;
- f) CACP/DA/PROAD realiza todos os registros necessários no SPIUnet a partir das informações recebidas*, pelo NAI/PROAD e pelo Campus.
- g) DCOF/PROAD realiza baixa na conta obras em andamento e realiza a incorporação do imóvel.
- h) Avaliação dos imóveis será realizada a cada dois anos, pela DI/PROAD, para atualização pela CACP/DA no SPIUnet e conseqüentemente pelo CC/DCOF no SIAFI.
- i) Nos casos de locações de imóveis, após a formalização do contrato o mesmo deve ser comunicado pela CCA/DA/PROAD à CACP/DA/PROAD para proceder com a inclusão no SPIUnet.

Fonte: Processo nº 23411.006167/2014-5/SIPAC/IFPR

Com a descentralização administrativa as Unidades Gestoras Executoras (UGEs) passaram a realizar a gestão dos imóveis correspondente a sua unidade a partir de dezembro de 2017, os quais estão cadastrados nas suas respectivas UGEs, enquanto as unidades não executoras ficaram a cargo da Reitoria/PROAD, com cadastro na Unidade Gestora 158009. Desta forma, os fluxos acima serão adaptados de acordo com a estrutura dos campi UGE, de acordo com as unidades correspondentes existente no organograma das unidades.

Atualmente os imóveis da União estão distribuídos em todas as regiões do estado do Paraná, conforme tabelas e quadros por UG:

Relação de imóveis do IFPR por município

RIP - Utilização	ESTADO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO
5453 00016.500-3	PR	PINHAIS	Rua Humberto de Alencar Castello
7439 00008.500-5	PR	ASTORGA	Rodovia PR 454 s/n CONTORNO
7449 00004.500-0	PR	BARRAÇÃO	Rodovia PRT-163 Km 01 s/n, CEP
7481 00022.500-2	PR	CAMPO LARGO	Rua Engenheiro Tourinho, 829 Vila
7487 00007.500-0	PR	CAPANEMA	Rua Cariris s/n, Lote Urbano 52 gleba
7493 00097.500-5	PR	CASCADEL	Rua Garça s/n, Floresta CEP 85800-
7513 00030.500-8	PR	COLOMBO	Rua Antonio Chemin s/n, Roça
7527 00004.500-6	PR	CORONEL VIVIDA	Rodovia PR 562 s/n, Flor da Serra CEP
7535 00693.500-4	PR	CURITIBA	Rua João Negrão, 1327 Rebouças CEP
7535 00695.500-5	PR	CURITIBA	Rua João Negrão, 1327 Rebouças CEP
7535 00697.500-6	PR	CURITIBA	Avenida Senador Salgado Filho, 1200
7535 00699.500-7	PR	CURITIBA	Avenida Victor Ferreira do Amaral,
7535.00755.500-0	PR	CURITIBA	Rua Emílio Bertolini, 68 Vila Oficinas
7563 00914.500-0	PR	FOZ DO IGUAÇU	Avenida Araucária, 780 Vila
7569 00008.500-3	PR	GOIOERÊ	Rodovia PR 180 s/n, Trevo da UEM
7571 00043.500-6	PR	GUAÍRA	1ª Gleba do Loteamento da Cia Mate
7607 00038.500-3	PR	IRATI	Rua Pedro Koppe, 100 Vila São João
7623 00015.500-0	PR	IVAIPORÃ	Rodovia PR 466 s/n, Gleba Pindaúva
7629 00054.500-1	PR	JACAREZINHO	Avenida Doutor Tito s/n, Jardim
7629 00055.500-7	PR	JACAREZINHO	Avenida Getúlio Vargas, 968 Centro
7633 00011.500-5	PR	JAGUARIAÍVA	Rodovia PR 151 s/n, Km 23 CEP 84200-
7667 00159.500-5	PR	LONDRINA	Avenida da Liberdade s/n,
7667 00163.500-7	PR	LONDRINA	Rua Alagoas, 2001 Jardim Canadá CEP
7733 00019.500-5	PR	PALMAS	Rodovia PR 280, s/n Av. Bento
7745 00225.500-9	PR	PARANAGUÁ	Rua Antonio Carlos Rodrigues, 453
7749 00043.500-2	PR	PARANAVAÍ	Avenida José Felipe Tequinha, 1400
7771 00015.500-6	PR	PITANGA	Rua José de Alencar, s/n CEP 85200-
7915 00014.500-2	PR	TELÊMACO BORBA	Rodovia PR 160 s/n, Parque Limeira
7935 00066.500-0	PR	UMUARAMA	Rodovia PR 323 s/n, Parque
7937 00039.500-0	PR	UNIÃO DA VITÓRIA	Avenida Paula Freitas s/n, São Braz
7953 00009.500-8	PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	Avenida Cívica s/n, Lote N/1 Jardim
7953 00011.500-9	PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	Lote Avenida Cívica s/n, Lote O/1
7953 00013.500-0	PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	Lote Avenida Cívica s/n, Lote O
7955 00006.500-8	PR	QUEDAS DO IGUAÇU	Lote Lote AA s/n, Rio das Cobras
TOTAL DE IMÓVEIS DA UG		34	


Fonte: SPIUnet, 2018

Relação detalhada do imóvel da UG 156471

Consulta Imóvel por UG	
 Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município	
Parâmetros da Pesquisa Proprietário Oficial : Todos UF : Paraná Situação : Ativo	
Certificação : Ambos	
UG : 154671 - INST FED PARANA/CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND	
Total de Imóveis: 3	Valores em R\$ Terreno : 278.518,31 Benfeitoria : 6.939.257,03 Imóvel : 7.217.775,34
UF : PR - Paraná	
Total de Imóveis: 3	Valores em R\$ Terreno : 278.518,31 Benfeitoria : 6.939.257,03 Imóvel : 7.217.775,34
Município : 7953 - ASSIS CHATEAUBRIAND	
Total de Imóveis: 3	Valores em R\$ Terreno : 278.518,31 Benfeitoria : 6.939.257,03 Imóvel : 7.217.775,34
RIP : 7953.00008.500-2	
Avenida Cívica, s/n Lote N/1, Jardim América CEP 85935-000	Valores em R\$ Terreno : 108.199,30 Benfeitoria : 6.939.257,03 Imóvel : 7.047.456,33
RIP : 7953.00010.500-3	
Avenida Cívica, s/n Lote O-1, Centro CEP 85935-970	Valores em R\$ Terreno : 96.489,39 Benfeitoria : 0,00 Imóvel : 96.489,39
RIP : 7953.00012.500-4	
Avenida Cívica, s/n Lote O, Jardim América CEP 85935-000	Valores em R\$ Terreno : 73.829,62 Benfeitoria : 0,00 Imóvel : 73.829,62
Informações extraídas em 05/02/2018 09:48	
<input type="button" value="Imprimir"/>	
Secretaria do Patrimônio da União	

Fonte: SPIUnet, 2018

Relação detalhada do imóvel da UG 156472

Consulta Imóvel por UG	
 Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município	
Parâmetros da Pesquisa Proprietário Oficial : Todos UF : Paraná Situação : Ativo	
Certificação : Ambos	
UG : 154672 - INST FED DO PARANA/CAMPUS CAMPO LARGO	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 14.277.722,25 Benfeitoria : 10.688.470,59 Imóvel : 24.966.192,84
UF : PR - Paraná	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 14.277.722,25 Benfeitoria : 10.688.470,59 Imóvel : 24.966.192,84
Município : 7481 - CAMPO LARGO	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 14.277.722,25 Benfeitoria : 10.688.470,59 Imóvel : 24.966.192,84
RIP : 7481.00021.500-7	
Rua ENGENHEIRO TOURINHO, 829 VILA SOLENE CEP 83607-140	Valores em R\$ Terreno : 14.277.722,25 Benfeitoria : 10.688.470,59 Imóvel : 24.966.192,84
Informações extraídas em 05/02/2018 09:54	
<input type="button" value="Imprimir"/>	
Secretaria do Patrimônio da União	


Fonte: SPIUnet, 2018

Relação detalhada do imóvel da UG 156473

Consulta Imóvel por UG	
 <p>Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município</p>	
Parâmetros da Pesquisa Proprietário Oficial : Todos UF : Paraná Situação : Ativo Certificação : Ambos	
UG : 154673 - INST FED DO PARANA/CAMPUS CASCAVEL	
Total de Imóveis: 2	Valores em R\$ Terreno : 1.267.573,86 Benfeitoria : 10.653.772,88 Imóvel : 11.921.346,74
UF : PR - Paraná	
Total de Imóveis: 2	Valores em R\$ Terreno : 1.267.573,86 Benfeitoria : 10.653.772,88 Imóvel : 11.921.346,74
Município : 7493 - CASCAVEL	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 1.244.922,88 Benfeitoria : 5.615.577,71 Imóvel : 6.860.500,59
RIP : 7493.00096.500-0 Rua GARÇA, s/n Floresta CEP 85800-000	
	Valores em R\$ Terreno : 1.244.922,88 Benfeitoria : 5.615.577,71 Imóvel : 6.860.500,59
Município : 7955 - QUEDAS DO IGUACU	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 22.650,98 Benfeitoria : 5.038.195,17 Imóvel : 5.060.846,15
RIP : 7955.00005.500-2 Lote Lote AA, s/n Rio das Cobras, Fazenda São Jorge CEP 85460-000	
	Valores em R\$ Terreno : 22.650,98 Benfeitoria : 5.038.195,17 Imóvel : 5.060.846,15
Informações extraídas em 05/02/2018 09:59	
<input type="button" value="Imprimir"/>	
Secretaria do Patrimônio da União	


Fonte: SPIUnet, 2018

Relação detalhada do imóvel da UG 156474

Consulta Imóvel por UG	
 <p>Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município</p>	
Parâmetros da Pesquisa Proprietário Oficial : Todos UF : Paraná Situação : Ativo Certificação : Ambos	
UG : 154674 - INST FED DO PARANA/CAMPUS IRATI	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 534.517,15 Benfeitoria : 4.874.580,65 Imóvel : 5.409.097,80
UF : PR - Paraná	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 534.517,15 Benfeitoria : 4.874.580,65 Imóvel : 5.409.097,80
Município : 7607 - IRATI	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 534.517,15 Benfeitoria : 4.874.580,65 Imóvel : 5.409.097,80
RIP : 7607.00037.500-8 Rua Pedro Koppe, 100 Vila São João CEP 84500-000	
	Valores em R\$ Terreno : 534.517,15 Benfeitoria : 4.874.580,65 Imóvel : 5.409.097,80
Informações extraídas em 05/02/2018 10:01	
<input type="button" value="Imprimir"/>	
Secretaria do Patrimônio da União	


Fonte: SPIUnet, 2018

Relação detalhada do imóvel da UG 158396

Consulta Imóvel por UG	
 <p>Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município</p>	
Parâmetros da Pesquisa Proprietário Oficial : Todos UF : Paraná Situação : Ativo Certificação : Ambos	
UG : 158396 - Instituto Federal do Paraná/Campus Foz do Iguacu	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 5.614.686,97 Benfeitoria : 21.082.450,62 Imóvel : 26.697.137,59
UF : PR - Paraná	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 5.614.686,97 Benfeitoria : 21.082.450,62 Imóvel : 26.697.137,59
Município : 7563 - FOZ DO IGUACU	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 5.614.686,97 Benfeitoria : 21.082.450,62 Imóvel : 26.697.137,59
RIP : 7563.00913.500-4 Avenida ARAUCARIA, 780 VILA RESIDENCIAL A CEP 85860-000	
	Valores em R\$ Terreno : 5.614.686,97 Benfeitoria : 21.082.450,62 Imóvel : 26.697.137,59
Informações extraídas em 05/02/2018 10:09	
<input type="button" value="Imprimir"/>	
Secretaria do Patrimônio da União	


Fonte: SPIUnet, 2018

Relação detalhada do imóvel da UG 158398

Consulta Imóvel por UG	
 <p>Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município</p>	
Parâmetros da Pesquisa Proprietário Oficial : Todos UF : Paraná Situação : Ativo Certificação : Ambos	
UG : 158398 - Instituto Federal do Paraná/Campus Paranavaí	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 1.594.098,46 Benfeitoria : 10.022.975,39 Imóvel : 11.617.073,85
UF : PR - Paraná	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 1.594.098,46 Benfeitoria : 10.022.975,39 Imóvel : 11.617.073,85
Município : 7749 - PARANAVAI	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 1.594.098,46 Benfeitoria : 10.022.975,39 Imóvel : 11.617.073,85
RIP : 7749.00042.500-7 Avenida JOSE FELIPE TEQUINHA, 1400 JARDIM DAS NACOES CEP 87703-536	
	Valores em R\$ Terreno : 1.594.098,46 Benfeitoria : 10.022.975,39 Imóvel : 11.617.073,85
Informações extraídas em 05/02/2018 10:12	
<input type="button" value="Imprimir"/>	
Secretaria do Patrimônio da União	


Fonte: SPIUnet, 2018

Relação detalhada do imóvel da UG 158399

Consulta Imóvel por UG	
 <p>Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município</p>	
Parâmetros da Pesquisa Proprietário Oficial : Todos UF : Paraná Situação : Ativo Certificação : Ambos	
UG : 158399 - Instituto Federal do Paraná/Campus Telemaco Borba	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 1.856.224,01 Benfeitoria : 11.016.691,79 Imóvel : 12.872.915,80
UF : PR - Paraná	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 1.856.224,01 Benfeitoria : 11.016.691,79 Imóvel : 12.872.915,80
Município : 7915 - TELEMACO BORBA	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 1.856.224,01 Benfeitoria : 11.016.691,79 Imóvel : 12.872.915,80
RIP : 7915.00013.500-7 Rodovia PR 160, s/n KM 19,5, PARQUE LIMEIRA AREA CEP 84269-090	
	Valores em R\$ Terreno : 1.856.224,01 Benfeitoria : 11.016.691,79 Imóvel : 12.872.915,80
Informações extraídas em 05/02/2018 10:13	
<input type="button" value="Imprimir"/>	
Secretaria do Patrimônio da União	

Fonte: SPIUnet, 2018

Relação detalhada do imóvel da UG 158400

Consulta Imóvel por UG	
 <p>Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município</p>	
Parâmetros da Pesquisa Proprietário Oficial : Todos UF : Paraná Situação : Ativo Certificação : Ambos	
UG : 158400 - Instituto Federal do Paraná/Campus Jacarezinho	
Total de Imóveis: 2	Valores em R\$ Terreno : 217.407,19 Benfeitoria : 10.275.913,33 Imóvel : 10.493.320,52
UF : PR - Paraná	
Total de Imóveis: 2	Valores em R\$ Terreno : 217.407,19 Benfeitoria : 10.275.913,33 Imóvel : 10.493.320,52
Município : 7629 - JACAREZINHO	
Total de Imóveis: 2	Valores em R\$ Terreno : 217.407,19 Benfeitoria : 10.275.913,33 Imóvel : 10.493.320,52
RIP : 7629.00053.500-6 Avenida Doutor Tito, s/n Jardim Panorama CEP 86400-000	
	Valores em R\$ Terreno : 200.200,78 Benfeitoria : 10.258.706,92 Imóvel : 10.458.907,70
RIP : 7629.00055.500-7 Avenida Getúlio Vargas, 968 Centro CEP 86400-000	
	Valores em R\$ Terreno : 17.206,41 Benfeitoria : 17.206,41 Imóvel : 34.412,82
Informações extraídas em 05/02/2018 10:14	
<input type="button" value="Imprimir"/>	
Secretaria do Patrimônio da União	

Fonte: SPIUnet, 2018

Relação detalhada do imóvel da UG 158402

Consulta Imóvel por UG	
 <p>Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município</p>	
Parâmetros da Pesquisa	
Proprietário Oficial : Todos	Certificação : Ambos
UF : Paraná	
Situação : Ativo	
UG : 158402 - Instituto Federal do Paraná/Campus Umuarama	
Total de Imóveis: 2	Valores em R\$ Terreno : 825.202,75 Benfeitoria : 14.849.471,46 Imóvel : 15.674.674,21
UF : PR - Paraná	
Total de Imóveis: 2	Valores em R\$ Terreno : 825.202,75 Benfeitoria : 14.849.471,46 Imóvel : 15.674.674,21
Município : 7569 - GOIO-ERE	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 493.333,75 Benfeitoria : 4.783.317,68 Imóvel : 5.276.651,43
RIP : 7569.00007.500-8	
Rodovia Rodovia PR 180, s/n	Valores em R\$
Rodovia PR 180 - Trevo da UEM	Terreno : 493.333,75
CEP 87360-000	Benfeitoria : 4.783.317,68
	Imóvel : 5.276.651,43
Município : 7935 - UMUARAMA	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 331.869,00 Benfeitoria : 10.066.153,78 Imóvel : 10.398.022,78
RIP : 7935.00065.500-5	
Rodovia PR 323, s/n	Valores em R\$
Km 310, PARQUE INDUSTRIAL	Terreno : 331.869,00
CEP 87507-014	Benfeitoria : 10.066.153,78
	Imóvel : 10.398.022,78
Informações extraídas em 05/02/2018 10:16	
Imprimir	
Secretaria do Patrimônio da União	

Fonte: SPIUnet, 2018

Relação detalhada do imóvel da UG 158009

Consulta Imóvel por UG	
 <p>Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município</p>	
Parâmetros da Pesquisa Proprietário Oficial : Todos UF : Paraná Situação : Ativo Certificação : Ambos	
UG : 158009 - IF PARANA	
Total de Imóveis: 11	Valores em R\$ Terreno : 31.202.356,30 Benfeitoria : 33.948.057,38 Imóvel : 65.150.413,68
UF : PR - Paraná	
Total de Imóveis: 11	Valores em R\$ Terreno : 31.202.356,30 Benfeitoria : 33.948.057,38 Imóvel : 65.150.413,68
Município : 5453 - PINHAIS	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 5.929.124,52 Benfeitoria : 4.366.546,69 Imóvel : 10.295.671,21
RIP : 5453.00015.500-8	
Rua HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, 1615 JARDIM AMELIA CEP 83330-200	Valores em R\$ Terreno : 5.929.124,52 Benfeitoria : 4.366.546,69 Imóvel : 10.295.671,21
Município : 7449 - BARRACAO	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 2.891.070,28 Benfeitoria : 1.855.953,00 Imóvel : 4.747.023,28
RIP : 7449.00003.500-5	
Rodovia Rodovia PRT-163 km 01, s/n Barracão CEP 85700-000	Valores em R\$ Terreno : 2.891.070,28 Benfeitoria : 1.855.953,00 Imóvel : 4.747.023,28
Município : 7487 - CAPANEMA	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 423.634,36 Benfeitoria : 5.589.653,11 Imóvel : 6.013.287,47
RIP : 7487.00006.500-4	
Rua Caríris, s/n Lote Urbano 52 gleba 135-CP CEP 85760-000	Valores em R\$ Terreno : 423.634,36 Benfeitoria : 5.589.653,11 Imóvel : 6.013.287,47
Município : 7513 - COLOMBO	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 1.940.215,81 Benfeitoria : 2.092.200,00 Imóvel : 4.032.415,81
RIP : 7513.00029.500-2	
Rua ANTONIO CHEMIN, S/N ROÇA GRANDE, SAO GABRIEL CEP 83403-515	Valores em R\$ Terreno : 1.940.215,81 Benfeitoria : 2.092.200,00 Imóvel : 4.032.415,81

Município : 7535 - CURITIBA		
Total de Imóveis: 3	Valores em R\$	
	Terreno :	17.996.530,44
	Benfeitoria :	6.651.348,12
	Imóvel :	24.647.878,56
RIP : 7535.00696.500-0		
Avenida SENADOR SALGADO FILHO, 1200 GUABIROTUBA CEP 81510-000	Valores em R\$	
	Terreno :	14.904.000,00
	Benfeitoria :	2.585.580,12
	Imóvel :	17.489.580,12
RIP : 7535.00698.500-1		
Avenida VICTOR FERREIRA DO AMARAL, 306 TARUMA CEP 82530-230	Valores em R\$	
	Terreno :	102.579,60
	Benfeitoria :	0,00
	Imóvel :	102.579,60
RIP : 7535.00754.500-5		
Rua EMILIO BERTOLINI, 68 CAJURU CEP 82920-030	Valores em R\$	
	Terreno :	2.989.950,84
	Benfeitoria :	4.065.768,00
	Imóvel :	7.055.718,84
Município : 7571 - GUAIRA		
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$	
	Terreno :	774.895,49
	Benfeitoria :	0,00
	Imóvel :	774.895,49
RIP : 7571.00042.500-0		
Gleba 1ª Gleba do Loteamento da Cia Mate Laranjeira, Lote 69 A, s/n	Valores em R\$	
	Terreno :	774.895,49
	Benfeitoria :	0,00
	Imóvel :	774.895,49
CEP 85980-000		
Município : 7633 - JAGUARIAIVA		
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$	
	Terreno :	249.440,30
	Benfeitoria :	4.476.604,18
	Imóvel :	4.726.044,48
RIP : 7633.00010.500-0		
Rodovia PR 151, s/n KM 23 CEP 84200-000	Valores em R\$	
	Terreno :	249.440,30
	Benfeitoria :	4.476.604,18
	Imóvel :	4.726.044,48
Município : 7771 - PITANGA		
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$	
	Terreno :	352.000,50
	Benfeitoria :	4.457.949,73
	Imóvel :	4.809.950,23
RIP : 7771.00014.500-0		
Rua JOSÉ DE ALENCAR, s/n XX CEP 85200-000	Valores em R\$	
	Terreno :	352.000,50
	Benfeitoria :	4.457.949,73
	Imóvel :	4.809.950,23
Município : 7937 - UNIAO DA VITORIA		
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$	
	Terreno :	645.444,60
	Benfeitoria :	4.457.802,55
	Imóvel :	5.103.247,15
RIP : 7937.00038.500-4		
Avenida Paula Freitas, s/n São Braz CEP 84600-000	Valores em R\$	
	Terreno :	645.444,60
	Benfeitoria :	4.457.802,55
	Imóvel :	5.103.247,15
Informações extraídas em 05/02/2018 10:18		

Fonte: SPIUnet, 2018

Conforme se verifica, as informações referentes aos imóveis estão lançadas no SPIUnet o UG e são confrontadas no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

A qualidade dos registros contábeis no sistema SIAFI relativa aos imóveis e despesas com manutenção está diretamente relacionada à qualidade do cadastro destes imóveis no sistema estruturante SPIUnet, cujos impactos das alterações e atualizações são refletidos na elaboração das demonstrações contábeis do órgão.

Pois, de acordo com a macro função 02.03.44 item 8.1.1.1 - da Coordenação Geral de Contabilidade da União, os registros contábeis relativos aos imóveis derivam única e exclusivamente das rotinas de cadastros e alterações no âmbito do SPIUnet.

Com a conciliação dos saldos do SPIUnet dos imóveis em 2017 com o SIAFI, bem como as transferências dos mesmos para cada Unidade Gestora Executora (UGE) vinculadas ao órgão as quais são detentoras e beneficiárias do potencial econômico dos mesmos, há que se considerar um ganho relativo de qualidade na evidenciação nas demonstrações contábeis.

No entanto cabe ressaltar, que o órgão não realizou a respectiva reavaliação, tendo por consequência a aplicação de restrição contábil (634) para todas as unidades gestoras, conforme consignado no item (3) da Declaração (com ressalvas) de Contador do Órgão -relativa ao exercício de 2017. No entanto, as avaliações dos imóveis ocorrerão em 2018, conforme fluxo apresentado.

5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Atualmente é realizada a cessão de uso espaços para fins comerciais no ramo de cantina/lanchonete para atendimento da comunidade do IFPR. As cessões serão realizadas por meio de processo licitatório na modalidade Concorrência Pública, posteriormente firmado contrato com o valor da concessão a ser pago para o IFPR ou maior desconto no cardápio, com pagamento de taxa de água e esgoto. Os processos são licitados e geridos pelas unidades. Atualmente consta o registro dos seguintes contratos no IFPR:

Contrato	Campus	Finalidade do uso do espaço	Caracterização do espaço cedido	Valor da concessão	Rateio dos custos	Uso dos benefícios decorrentes da cessão
19/2013	Ivaiporã	Concessão de uso para fins comerciais no ramo de cantina/lanchonete	Aproximadamente de 23,50 m ²	R\$ 882,96	x	Não definido
19/2014	Assis	Concessão de uso para fins comerciais no ramo de cantina/lanchonete	Aproximadamente de 72,15 m ²	R\$ 560,92	x	Não definido
45/2014	Curitiba	Concessão de uso para fins comerciais no ramo de cantina/lanchonete	Aproximadamente de 57m ²	R\$ 3.025,00	x	Não definido
02/2016	Campo Largo	Concessão de uso para fins comerciais no ramo de cantina/lanchonete	Aproximadamente de 50 m ²	R\$ 654,20	x	Não definido
107/2016	Jacarezinho	Cessão Administrativa não onerosa de uso de espaço físico para serviços de cantina	Aproximadamente de 32,67 m ²	x	Despesas referentes às taxas de água e luz sobre o espaço concedido, estimado no valor de R\$ 300,00	x
31/2017	Jaguariaíva	Cessão Administrativa não onerosa de uso de espaço físico para serviços de cantina	Aproximadamente de 60 m ²	x	Despesas referentes às taxas de água e luz sobre o espaço concedido, estimado no valor de R\$ 256,37	x
43/2017	União da Vitória	Cessão Administrativa não onerosa de uso de espaço físico para serviços de cantina	Aproximadamente a 45 m ²	x	Despesas referente às taxas de água e luz sobre o espaço concedido, estimado no valor de R\$ 304,35	x
01/2018	Irati	Cessão Administrativa não onerosa de uso de espaço físico para serviços de cantina	Aproximadamente de 29,30m ²	x	Despesas referente às taxas de água e luz sobre o espaço concedido, estimado no valor de R\$ 85,54	x
01/2018	Paranaguá	Cessão Administrativa não onerosa de uso de espaço físico para serviços de cantina	Aproximadamente de 36,39 m ²	x	Despesas referentes às taxas de água e luz sobre o espaço concedido, estimado no valor de R\$ 172,31	x

5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Os imóveis atualmente locados no IFPR estão descritos na tabela abaixo, por contrato, região, valor mensal da locação, finalidade e vencimento do contrato.

5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros Unidade Contratante Nome: Instituto Federal do Paraná					
Unidade Contratante					
Nome: Intituto Federal do Paraná		CNPJ: 10.652.179/0001-15	UG/Gestão: 158009		
CONTRATO	CONTRATADO	LOCALIZAÇÃO	VALOR MENSAL	FINALIDADE DA LOCAÇÃO	VENCIMENTO
48/2012	AROEIRA ADMINSTRADOR A DE BENS PRÓPRIOS	Imóvel localizado em Curitiba/PR	59.312,00	imóvel locado para instalação da Reitoria, sendo que o IF não possui sede própria	08/01/2019
49/2012	E.POLETTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA.ME	Imóvel localizado em Curitiba/PR	43.267,60	imóvel locado para instalação da Reitoria	08/01/2019
27/2014	CAT CONJUNTO AMADORES DE TEATRO	Imóvel localizado em Jacarezinho	1.417,50	imóvel locado para realização de atividades didático-pedagógicas do curso técnico em artes dramáticas	12/08/2018
12 2015	IMOBILIÁRIA VENEZA SS. LTDA	Imóvel localizado em Londrina	29.152,87	imóvel locado para realização de aulas, formaturas e atividades esportivas	03/06/2018

5.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Nº do Contrato	Valor do Contrato	Data da assinatura do Contrato	Vigência Contratual (início e fim)	Local de Realização da Obra (Campus)	Valor acumulado dos pagamentos em 15/02/2018
39/2016	R\$ 2.078.888,89	03/05/2016	03/05/2017 a 15/03/2018	Jacarezinho	R\$ 1.630.589,37
40/2016	R\$ 1.967.550,93	03/05/2016	03/05/2017 a 15/03/2018	Umuarama	R\$ 1.994.943,97
101./2016	R\$ 1.986.000,00	01/11/2016	01/11/2016 a 31/12/2018	Cascavel	R\$ 2.030.716,46
102./2016	R\$ 2.011.551,98	01/11/2016	01/11/2016 a 16/03/2018	Ivaiporã	R\$ 2.063.729,55
103./2016	R\$ 1.948.926,36	01/11/2016	01/11/2016 a 16/03/2018	Paranavaí	R\$ 1.874.124,17
110./2016	R\$ 67.174,24	29/12/2016	ENCERRADO	Irati	R\$ 89.377,76
112./2016	R\$ 162.868,95	30/12/2016	ENCERRADO	Barracão	R\$ 162.868,95
113./2016	R\$ 234.180,50	30/12/2016	ENCERRADO	Capanema	R\$ 234.180,50
114./2016	R\$ 86.967,00	28/12/2016	ENCERRADO	Astorga	R\$ 86.967,00
3/17	R\$ 262.650,88	26/10/2017	26/10/2017 a 24/04/2018	Campo Largo	R\$ 148.567,87
46./2017	R\$ 798.999,99	29/12/2017	29/12/2017 a 29/12/2018	Campo Largo	R\$ -
35./2017	R\$ 832.061,25	23/11/2017	23/11/2017 a 07/04/2018	Telêmaco Borba	R\$ -
36./2017	R\$ 689.440,39	24/11/2017	24/11/2017 a 24/11/2018	Paranaguá	R\$ 157.874,80
37./2017	R\$ 216.801,75	27/11/2017	27/11/2017 a 26/05/2018	Jaguariaíva	R\$ -
38./2017	R\$ 741.761,79	28/11/2017	28/11/2017 a 23/11/2018	Colombo	R\$ 16.869,91
40./2017	R\$ 8.587.000,00	05/12/2017	05/12/2017 a 05/06/2020	Londrina	R\$ 223.960,62
48./2017	R\$ 97.999,00	29/12/2017	29/12/2017 a 29/12/2018	Irati	R\$ -
44./2017	R\$ 993.800,00	28/12/2017	28/12/2017 a 28/12/2018	Reitoria VO	R\$ -
5/17	R\$ 127.704,77	11/12/2017	11/12/2017 a 10/12/2018	Paranavaí	R\$ -
5/17	R\$ 26.786,63	09/11/2017	09/11/2017 a 08/11/2018	Curitiba	R\$ 26.786,63
29./2017	R\$ 130.050,00	06/11/2017	16/11/2017 a 16/05/2018	Reitoria EAD	R\$ 55.474,95

* Valor superior devido à aditivo

5.3 Gestão de Tecnologia da Informação

Núcleo de Infraestrutura

Seção de Redes

Projeto	Migração de todo ambiente virtual para o novo Storage 1	
Descrição	Este procedimento tratou da migração dos dados armazenados no storage de 40Tb para o novo Storage VNX 7600 EMC de 200TB	
Resultados	Migração total dos dados armazenados no Storage antigo	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Aquisição de novos equipamentos para o Datacenter;	Sem custo	Conclusão em 2017

Projeto	Criação de uma unidade de backup no novo Storage 2	
Descrição	Este procedimento faz o backup dos dados armazenados do storage 1 no storage 2.	
Resultados	Com a falta de uma unidade de backup, faz-se necessário ter uma forma de salvaguarda. Neste caso, o novo Storage 2 que possui 50Tb como unidade de backup do Storage 1.	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Aquisição de novos equipamentos para o Datacenter;	Sem custo	Conclusão em 2017

Projeto	Configuração Ambiente PROSSIGA	
Descrição	Criação dos ambientes de produção, homologação e teste nos servidores do Datacenter para que o sistema SIG (PROSSIGA)	
Resultados	Permitir o acesso ao ambiente para que os novos módulos só SIG denominado PROSSIGA seja instalado e posteriormente ser disponibilizado a comunidade acadêmica e institucional.	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Evoluir o sistema para gerenciamento acadêmico dos cursos médios e de graduação;	Sem custo	Conclusão 2017

Projeto	Manutenção das máquinas virtuais do Data Center	
Descrição	Garantir a disponibilidade dos sistemas	
Resultados	Permitir que a comunidade (interna e externa) tenham acesso aos dados do IFPR	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Atualização do VM Ware;	Sem custo	Conclusão em 2017

Projeto	Manutenção dos sítios do IFPR	
Descrição	Garantir a disponibilidade dos sistemas de internet (sítios) para todos os campi do IFPR	
Resultados	Remoção de códigos malicioso dos sítios.	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Cumprir com demandas emergenciais;	Sem custo	Conclusão em 2017

Projeto	PoC (Prova de Conceito) de Firewall	
Descrição	Avaliar a qualidade das informações que trafegam pela rede do Data Center do IFPR	
Resultados	Projeto que instala uma caixa de firewall na rede do Data Center para avaliação qualidade dos dados trafegados.	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 - Cumprir com demandas emergenciais;	Sem custo	Conclusão em 2017

Projeto	Estudo de Viabilidade e desenho de Projetos de Rede Lógica para Edifício ASA, Vila Oficinas, Campus Colombo.	
Descrição	Projetar e quantificar o custo de implantação de uma rede lógica.	
Resultados	Foram desenvolvidos os projetos das redes do campus Colombo, das salas do Edifício ASA (PROAD) e da Vilas Oficinas (VO), após a conclusão do projeto foram feitos os orçamentos para quantificar o custo do projeto.	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 - Cumprir com demandas emergenciais;	Sem custo	Conclusão em 2017

Projeto	Estudo para implantação de Web conferência	
----------------	--------------------------------------------	--

Descrição	Buscar novas soluções de web conferência	
Resultados	O projeto buscou no mercado soluções de web conferência gratuitas que possam suprir a demanda internet, visto que o sistema atual (Polycom) tem um alto custo para sua atualização.	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 - Cumprir com demandas emergenciais;	Sem custo	Conclusão em 2017

Projeto	Estudo para implantação de AD como gerenciador de Domínio Interno do IFPR	
Descrição	Buscar novas soluções para controlador de domínio	
Resultados	O projeto buscou no mercado soluções de web conferência gratuitas que possam suprir a demanda internet, visto que o sistema atual (Polycom) tem um alto custo para sua atualização.	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 - Cumprir com demandas emergenciais;	Sem custo	Conclusão em 2017

Projeto	Controlador de Domínio	
Descrição	Avaliação de ferramentas disponíveis para administração de domínio, visando organização, gerenciamento de recursos existentes na rede, aplicação de diretivas de grupo e segurança em contas de usuários.	
Resultados	Elaboração de projeto, utilizando as ferramentas <i>AD</i> e <i>Samba4</i> , para realizar autenticação e bloqueio em algumas funcionalidades da rede, assegurando que os usuários não comprometam o funcionamento da infraestrutura de redes e das estações de trabalho da instituição.	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 - Desenvolver a gestão administrativa e manutenção da infraestrutura;	Sem custo	Conclusão em 2017

Projeto	Mudança Fibra Data Center	
Descrição	Reposicionamento da fibra óptica dentro do Data Center	
Resultados	Remoção da fibra que estava no terceiro andar do prédio do campus Curitiba e reposicionando-a na sala do Data Center.	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 - Desenvolver a gestão administrativa e manutenção da infraestrutura;	Sem custo	Conclusão em 2017

Seção de Serviços

Projeto	Telefonia	
Descrição	Atualização e configuração das centrais telefônicas nos Campi	
Resultados	Foram realizadas visitas técnicas aos campi (Ivaiporã, Londrina, Astorga, União da Vitória, Colombo, Pinhais e Irati) para manutenção e configuração dos equipamentos de telefonia, ampliação de ramais e interconexão com a infraestrutura dos novos blocos Administrativos.	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 - Promoção da inclusão tecnológica nos Campi;	Diárias e passagem custeadas pelos campi	Concluído em 2017

Seção de Aplicações Web

Projeto	Estudo para implantação de um novo Portal para o IFPR	
Descrição	Avaliação de ferramentas que permitam aos servidores responsáveis pela comunicação alterar de forma fácil o sítio do IFPR.	
Resultados	Elaboração de um projeto piloto tendo como base o Joomla, o qual é uma ferramenta para gestão do conteúdo. Já em operação em alguns sítios governamentais como MEC.	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Cumprir com demandas emergenciais;	Sem custo	Conclusão prevista 2018

Seção de Suporte

Projeto	PaperCut	
Descrição	Implantação do sistema para controle de impressões	
Resultados	Foi implantado no âmbito da Reitoria e dos campi do IFPR o sistema Papercut para monitoramento e controle das impressoras, visando o uso responsável dos equipamentos e recursos de impressão.	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 - Desenvolver a gestão administrativa e manutenção da infraestrutura;	Sem custo / atrelado ao contrato 22/2015	Conclusão em 2017

Projeto	Solução de Antivírus corporativo	
Descrição	Estudo de soluções <i>open source</i> de Antivírus Corporativo disponíveis no mercado para implantação no IFPR.	
Resultados	Foi testado e aprovado o <i>Avast for Business</i> , solução oferecida gratuitamente, cujo objetivo com a suíte é manter o ambiente de rede do IFPR protegido e seguro para desenvolvimento das atividades administrativas e de ensino. Próxima etapa será elaboração de um cronograma de implantação da solução de antivírus na Reitoria e nos Campi;	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 - Criar ambientes especializados com alta tecnologia;	Sem custo	Conclusão em 2017

Seção de Planejamento e Controle

Projeto	Renovação do Processo Outsourcing de Impressão - Processo: 23411.002927/2015-32	
Descrição	Renovação do contrato 22/2015 Simpress	
Resultados	Contrato renovado por 6 meses	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Manter as obrigações contratuais do IFPR realizadas;	R\$ 288.150,02	Conclusão em 2018

Projeto	Processo de Renovação Contratação de Empresa de Outsourcing de Impressão - Processo:	
Descrição	Elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa de Outsourcing conforme definido nas Boas Práticas publicada pela STI (Secretária de Tecnologia da Informação)	

Resultados	Em processo de licitação 23411.006108/2017-26	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 - Alinhar as ações institucionais com os objetivos estratégicos;	R\$ 1.616.122,80	Conclusão prevista em 2018

Projeto	Processo de Contratação de Empresa para Manutenção de Gerador do Datacenter - Processo: 23411.006443/2017-26	
Descrição	Manutenção corretiva e preventiva do Gerador do Data Center	
Resultados	Processo foi instruído e encaminhado para a DCL – Diretoria de Compras e Licitações	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Manutenção corretiva do gerador.	R\$ 61.042,54	Conclusão prevista em 2018

Projeto	Processo para Adesão a Carona de 2 Firewalls de Próxima Geração para o Datacenter - Processo: 23411.008804/2017-77	
Descrição	Aquisição de equipamento de Firewall para ser instalado no Data Center	
Resultados	Aquisição via adesão de 2 firewall de próxima geração	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Aquisição de novos equipamentos para o Data Center.	R\$ 1.287.500,00	Conclusão em 2018

Projeto	Processo para Adesão a Carona de 2 Servidores para Guarda de Dados (Bakup) - Processo: 23411.008233/2017-71	
Descrição	Aquisição de dois Servidores de Backup para os dados do Banco de dados que estão armazenado no Data Center	
Resultados	Aquisição via adesão do TRF4-RS	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Aquisição de novos equipamentos para o Data Center	R\$ 110.762,66	Conclusão em 2018

Projeto	Processo para Adesão a Carona de 2 Nobreaks para Guarda de Dados (Bakup) - Processo: 23411.008305/2017-80	
Descrição	Aquisição de 2 nobreaks de 3.200 VA's cada, sendo aplicados para dar suporte aos dois servidores de backup adquiridos.	
Resultados	ADESÃO A ATA 11/2017 DO HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Aquisição de novos equipamentos para o Data Center.	R\$ 4.980,00	Conclusão em 2018

Projeto	Processo para Contratação de Empresa para Manutenção de Emergência em Fibra Óptica da RedeCOMEP - Processo: 23411.001897/2017-17	
Descrição	Recuperação emergencial para reparo de fibra óptica. Esta fibra era a única ativa que ligava o Data Center ao POP-RNP	
Resultados	Contratação por	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão

PDTI 16/17 – Cumprir com demandas emergenciais.	R\$ 5.674,00	Concluído em 2017
-------------------------------------------------	--------------	-------------------

Projeto	Processo de Compra de Desktops e itens diversos de TI (Aguardando Calendário de Compras - DCL)	
Descrição	Compra de computadores desktop para todas as unidades do IFPR. A DTIC somente construiu o TR dos tipos de computador.	
Resultados	Aguardando o calendário de compras da DCL	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Substituição de equipamentos defasados.	Sem valor	Conclusão prevista em 2018

Projeto	Renovação do Processo de Fibra Óptica – Copel - Processo: 23411.003735/2013-81	
Descrição	Renovação do contrato 03/2014 - Copel	
Resultados	Contrato renovado por 12 meses	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Manter as obrigações contratuais do IFPR realizadas;	R\$ 1.064.647,76	Conclusão prevista 2018

Projeto	Renovação do Processo de Fibra Óptica – Copel - Processo: 23411.006839/2016-91	
Descrição	Renovação do contrato 31/2016 - Claro	
Resultados	Contrato renovado por 12 meses	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Manter as obrigações contratuais do IFPR realizadas;	R\$ 154.839,84	Conclusão prevista em 2018

Projeto	Chamamento de 4 (quatro) novos Servidores (Analista de Sistemas) e 1 (um) técnico de informática	
Descrição	Chamamento do concurso da UFPR e IFPR de 5 novos servidores que atuarão na DTIC a partir de 2018	
Resultados	Contrato renovado por 12 meses	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Necessidade de pessoas para suprir demanda de trabalho;	Sem custo	Conclusão em 2018

Projeto	Capacitação de Servidores RNP	
Descrição	Capacitação de servidores da DTIC nos cursos ofertados pela RNP	
Resultados	Cursos frequentados: SEGURANÇA DE REDES E SISTEMAS (SEG2); ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS LINUX: REDES E SEGURANÇA (ADS3) e ITIL v3 FUNDAMENTOS (GTI7)	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Necessidade de pessoas para suprir demanda de trabalho;	R\$ 7.160,00	Conclusão em 2018

Projeto	Diárias e Passagens capacitação de Servidores UFRN	
Descrição	Capacitação de três servidores da DTIC no treinamento da UFRN	

Resultados	Capacitação para configuração de ambiente para disponibilidade para a área de desenvolvimento.	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Necessidade de pessoas para suprir demanda de trabalho;	R\$ 8.193,72	Conclusão em 2018

Núcleo de Sistemas

Projeto	Implantação Sistemas SIG	
Descrição	Continuidade à implantação, customização e sustentação dos módulos que constituem o Sistema Integrado de Gestão SIG.	
Resultados	Os pagamentos referem-se as: Sustentação de dezembro 2016 e janeiro de 2017 (parcial) e OS 45	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 - Disponibilizar conhecimentos e tecnologias que permitam a análise de dados, gestão de informação e conhecimento;	R\$ 36.915,42 Contrato 03/2012	Concluído em 2017

Projeto	Termo de Cooperação técnica entre UFRN e IFPR	
Descrição	Termo de cooperação técnica para manutenção dos sistemas mantidos pela UFRN	
Resultados	Este termo permite que a implantação dos novos módulos do sistema SIG (PROSSIGA) tenham apoio técnico e negocial.	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Disponibilizar conhecimentos e tecnologias que permitam a análise de dados, gestão de informação e conhecimento;	R\$ 257.520,00	Conclusão em 2018

Projeto	Implantação novo sistema SIG (PROSSIGA)	
Descrição	Início da implantação dos novos módulos do sistema PROSSIGA.	
Resultados	Nesta etapa foram iniciadas a implantação de 28 módulos, sendo 4 finalizados	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Disponibilizar conhecimentos e tecnologias que permitam a análise de dados, gestão de informação e conhecimento;	Sem custo	Conclusão em 2020

Projeto	Projeto SEI	
Descrição	O SEI é uma ferramenta de gestão de processos eletrônicos desenvolvido pelo TRF4 e mantido pelo Ministério do Planejamento.	
Resultados	A portaria 234 de 19 de julho de 2017 veda a contratação / aquisição de processo eletrônicos administrativos. Impactando na necessidade de implantação do referidos sistemas no ambiente do IFPR.	
Alinhamento Estratégico	Valores	Conclusão
PDTI 16/17 – Disponibilizar conhecimentos e tecnologias que permitam a análise de dados, gestão de informação e conhecimento;	Sem custo	Conclusão em 2018

Resposta Ofício 0474/2017-TCU/SECEX-RN - Acórdão nº 1003/2017 - TCU/Plenário, o qual solicita em seu item 9.7:

“determinar aos órgãos que contrataram a SIG Software e Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda., mediante inexigibilidade, de licitação que incluam, no próximo relatório de gestão, avaliação de legalidade da respectiva contratação”.

O processo que trata desta forma de licitação é o Processo 23411.003903/2011-77 DTIC e observa-se pelo referido processo que na fl. 04A apresenta o ofício n 739/2011-R/UFRN que deixa claro que:

“Para os cenários cujas instituições não possuem equipe de analistas em número suficiente e necessita de um serviço especializado de implantação, a UFRN licenciou, através da Lei de Inovação Tecnológica, uma empresa incubada na Metrópole Digital para esta finalidade.

Na presente data encontra-se licenciada apenas a empresa SIG Software e Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda.”.

Neste sentido, fica claro que o IFPR por não possuir no seu quadro de servidores o quantitativo desejado para execução tal tarefa, tornou-se necessário a contratação da empresa SIG.

Após todo o procedimento documental necessário para que a licitação por inexigibilidade ocorresse, o processo foi encaminhado a Procuradoria Federal do IFPR para fornecer um parecer a respeito da contratação. O PARECER nº 112/2011 - AGU/PGF/PF-IFPR constante nas fls. 33 a 40, teve como conclusão:

“Por fim, conclui pela legitimidade na formalização de futura avenças, sob os auspícios da excepcionalidade legal conferida pelo art. 25 da Lei nº 8.666/93, observando-se cada caso, com a devida cautela, dando-se ampla publicidade ao ato a ser praticado”.

O processo de aquisição de uma nova ferramenta, o qual é tratado pelo processo aqui exposto, foi avaliado pelos diretores de *campi* (fls. 48 e 49), os quais se posicionaram favoráveis a adoção de um novo sistema.

Para garantir o princípio da publicidade do processo, as fls. 54 à 60 mostram que a instituição fez a avaliação de viabilidade da contratação com diferentes atores envolvidos e que a opção foi pela contratação dos serviços da empresa SIG (fl. 58) para transferência de conhecimento e de tecnologia de suporte à operacionalização de todos os Módulos que fazem parte do sistema SIG (SIPAC, SIGAA, SIGRH, SIGPP e SIGAdmin) desenvolvidos pela UFRN.

Em 19 de dezembro de 2011 o processo retorna para a Procuradoria Federal do IFPR para nova análise, sendo proferido a INFORMAÇÃO 01 - AGU/PGF/PF-IFPR/2012 constando em seu item 5, o seguinte texto:

“5. Diante do que se expôs, opino pelo prosseguimento do feito na sua regular tramitação ...”.

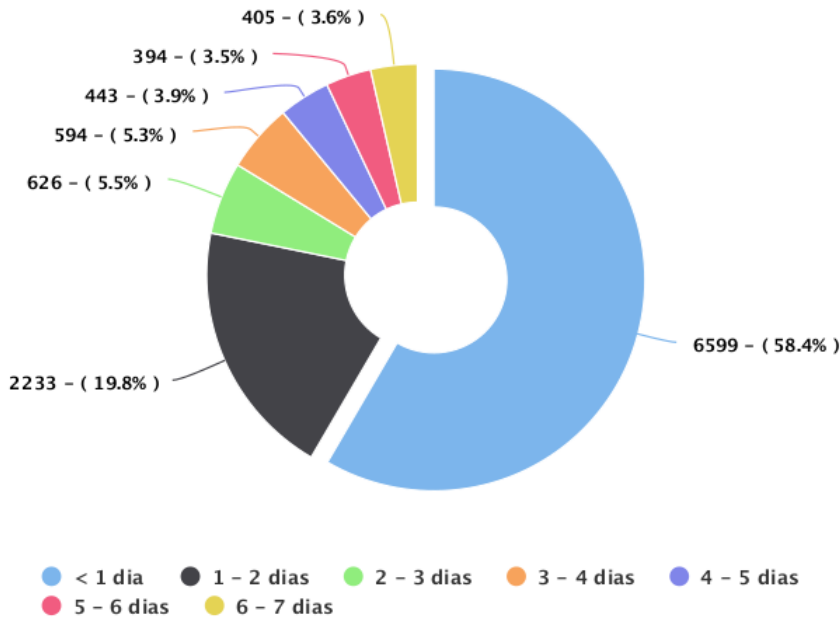
Decorrido todos os trâmites legais, o processo de licitação por inexigibilidade foi publicado em diário oficial na data de 5 de dezembro de 2011, seção 3, fl. 57.

Desta forma, parte-se do pressuposto que todo o rito processual foi exaurido, garantido assim, a sua legalidade.

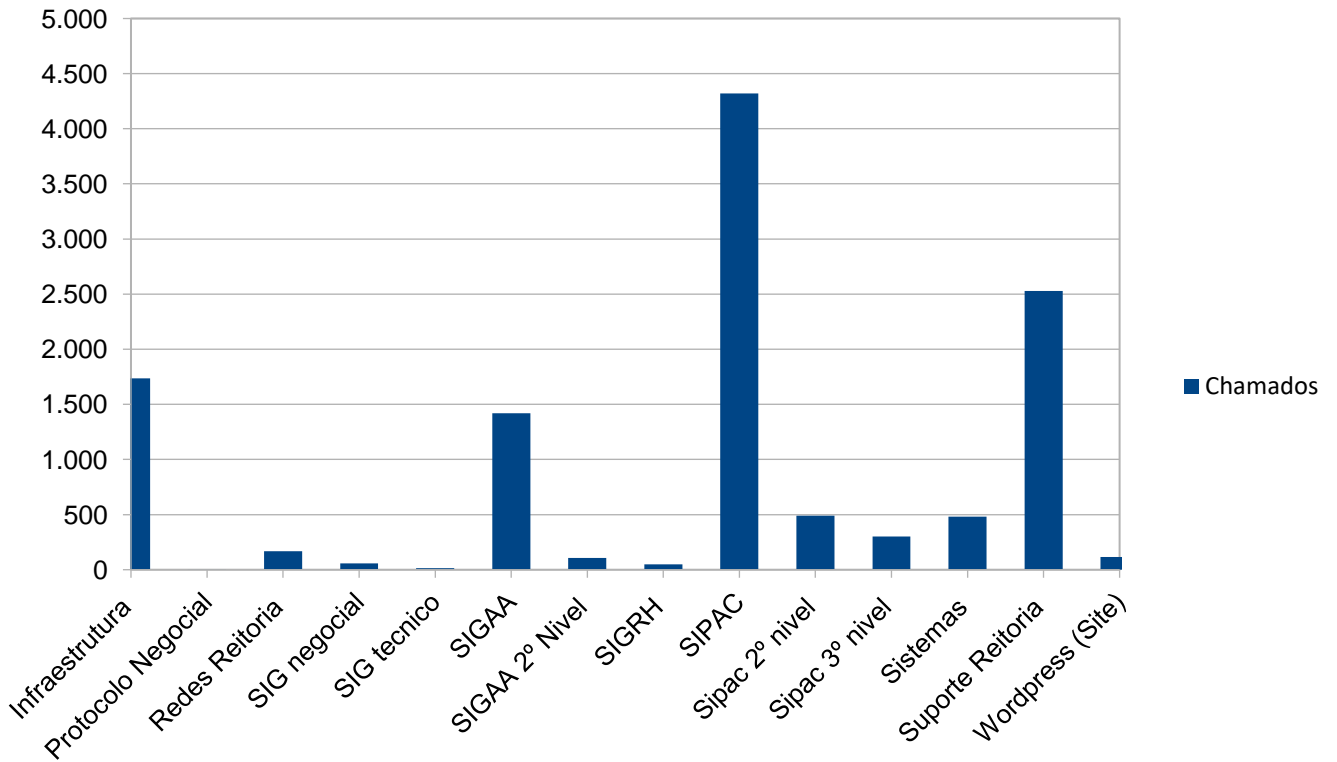
Chamados

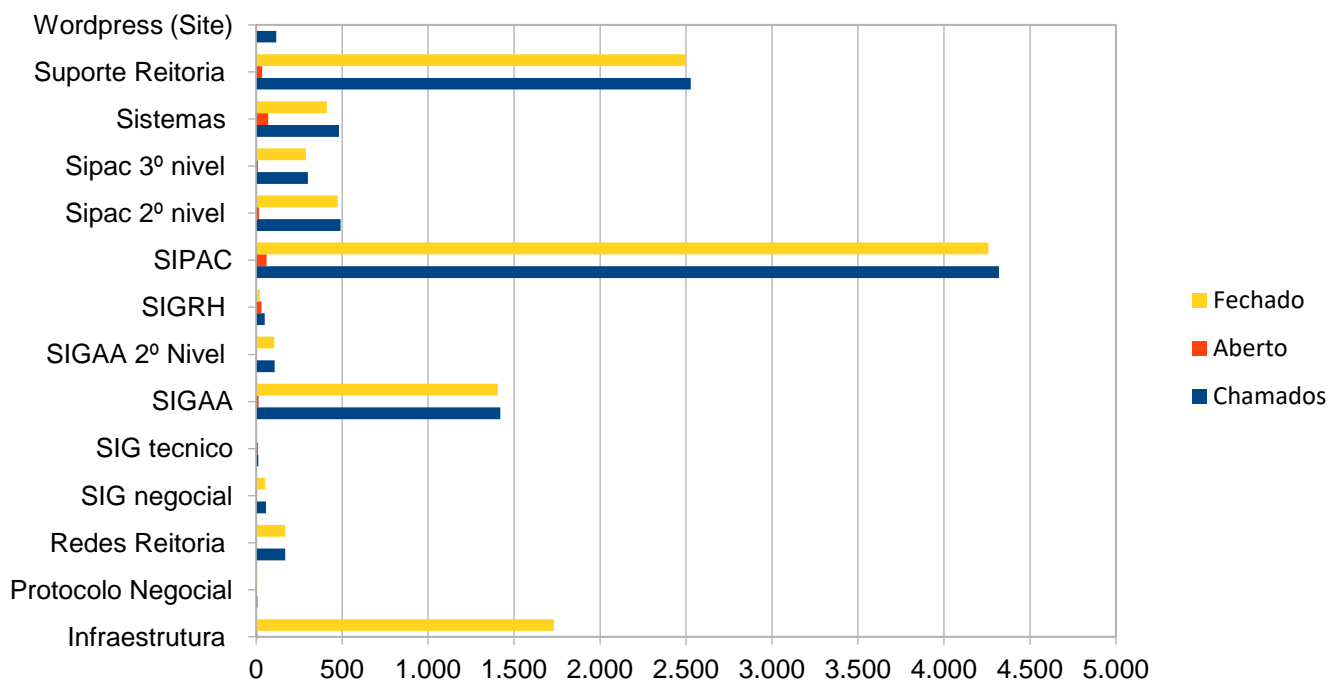
No ano de 2017 foram registrados, através do HelpDesk, um total de 11.793 solicitações de chamado para a DTIC, sendo estes direcionados para atendimento conforme tipo da requisição. Os gráficos a seguir demonstram: o tempo de solução dos chamados, chamados abertos no ano de 2017, relação chamados abertos / finalizados no ano 2017.

Tempo de Solução de Chamados



Highcharts.com





5.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

O IFPR adota como um de seus valores a sustentabilidade, além disso, possui vários cursos voltados para área ambiental e diversas ações isoladas visando a questão ambiental. Entretanto, ainda havia a necessidade de estabelecer uma política institucional sobre o tema. Justamente por isso e, considerando as regras do decreto nº 7.746/2012, bem como as recentes manifestações do Tribunal de Contas da União – TCU sobre o assunto, especialmente o Acórdão nº 1.056 do Plenário do Tribunal, o IFPR elaborou no ano de 2017 o seu Plano de Logística Sustentável.

O documento foi construído pela Comissão Gestora de Elaboração do PLS, instituída pela Portaria GAB/IFPR nº 438/2017 com apoio das Comissões Locais Permanentes do PLS, instituídas pela Portaria GAB/IFPR 1125/2017. Dada a abrangência do Plano, o documento está em fase de discussão interna e posteriormente será submetido à aprovação do Conselho de Administração e Planejamento e do Conselho Superior.

A versão prévia pode ser acessada no link: <http://reitoria.ifpr.edu.br/?p=166305>.

No tocante às compras e contratações, o IFPR adota critérios de sustentabilidade em seus processos licitatórios. As minutas de Editais adotam o padrão fornecido pela AGU e nas compras é dado prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Além disso, procura-se substituir itens do catálogo de compras por similares de menor impacto. Como exemplo, cita-se a substituição gradativa de lâmpadas fluorescentes, incandescentes e alógenas por lâmpadas de LED; a aquisição de tintas à base de água ao invés de solventes e a compra de torneiras do tipo jato automático ao invés de torneiras comuns.

Nas aquisições de aparelhos de ar-condicionado é exigida a certificação nível A do INMETRO. Adicionalmente, visando à economia e ao melhor aproveitamento dos recursos naturais, foram instaladas usinas fotovoltaicas nos Campi Ivaiporã e Paranavaí.

Com relação às obras, os projetos são pensados levando em conta as questões de sustentabilidade: preferência para aquisição de matéria prima local visando reduzir impactos com o transporte de longas distâncias; orientação da edificação de acordo com as condições climáticas do local; aproveitamento das águas pluviais; projetos que privilegiam a ventilação e iluminação natural, entre outros.

A separação dos resíduos recicláveis descartados pelo IFPR ocorre onde existe o serviço público de coleta pela prefeitura. Entretanto foram previstas no item 3.6 do PLS ações visando atender todas as disposições do Decreto 5.940/06, de modo a destinar os resíduos às cooperativas/associações de Catadores.

De modo geral, a elaboração do PLS representa um pequeno avanço para o IFPR na questão ambiental. Entretanto efeitos mais concretos somente poderão ser sentidos a partir da implementação efetiva do PLS, o que deve ocorrer no primeiro semestre de 2018. Posteriormente poderá ser avaliada a participação da Instituição na Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O relacionamento com a sociedade ocorre diariamente no IFPR de forma presencial em todos os campi da instituição, bem como no atendimento telefônico pelas diversas unidades organizacionais. Fazendo uso da Internet, o relacionamento se dá por meio do site institucional - www.ifpr.edu.br - e também por meio da página do IFPR na rede social Facebook.

No site institucional, estão dispostos links para o canal Fale Conosco e para o serviço de Ouvidoria, que permite a qualquer pessoa entrar em contato com a Instituição. Ainda, o IFPR por meio do Serviço de Informação ao Cidadão atende todos os pedidos de acesso à informação que recebe.

6.1 Canais de acesso ao cidadão

Conforme descrito anteriormente, além dos atendimentos presenciais e por telefone, o IFPR oferta canais ao cidadão por meio da Internet.

No canal Fale Conosco (link na barra superior do site), estão dispostas as perguntas frequentes, espaço em que se encontram as respostas para as perguntas mais comuns e ainda permite ao interessado fazer uma pergunta já com tema determinado, conforme segue:

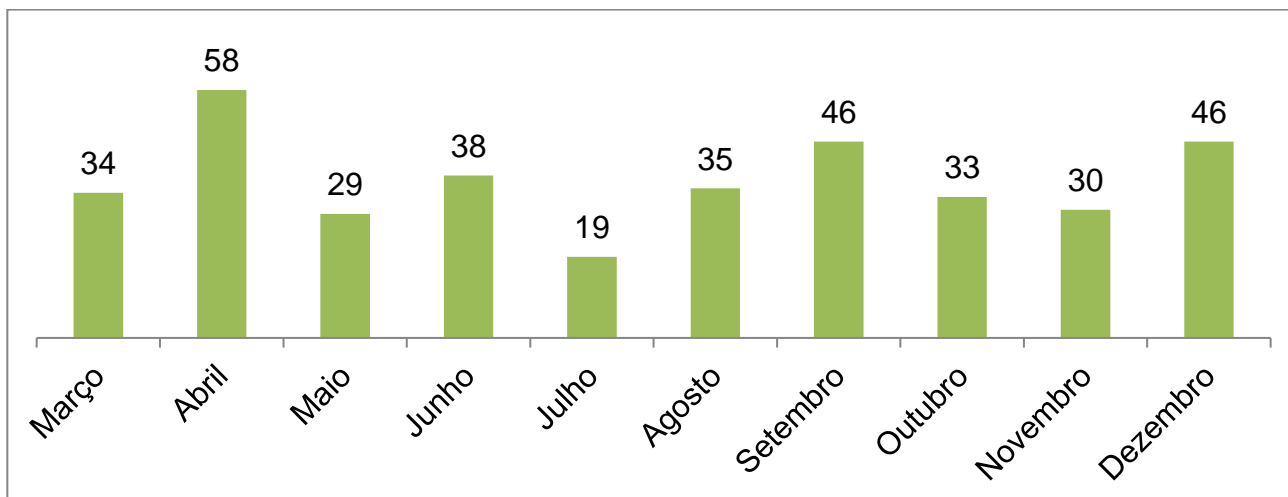
- Gestão de Pessoas: Concursos, Contratações, Redistribuição, Vida Funcional
- Concurso Público: Dúvidas em geral
- Processo Seletivo: Data de realização, documentação, chamadas
- Vida Acadêmica: Matrículas, Certificados, Diplomas, Certificação do ENEM, Assistência Estudantil
- EAD: Sistema Karavellas, Tutorias, Certificados, Diplomas

Por meio do Fale Conosco é ainda possível o envio de um elogio ou crítica e no caso de persistirem dúvida entrar em contato com a equipe de comunicação do IFPR.

No canal da Ouvidoria (link no menu Serviços do site), existe um link para o sistema eOUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal) no qual o cidadão pode registrar as seguintes manifestações: denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios. A Ouvidoria, assim como as demais unidades do IFPR, também presta atendimento presencial, por telefone e e-mail.

1. Quantidade de manifestações:

- Quantidade de manifestações: 368
- Média mensal de pedidos: 36,8
- Distribuição das manifestações por mês:

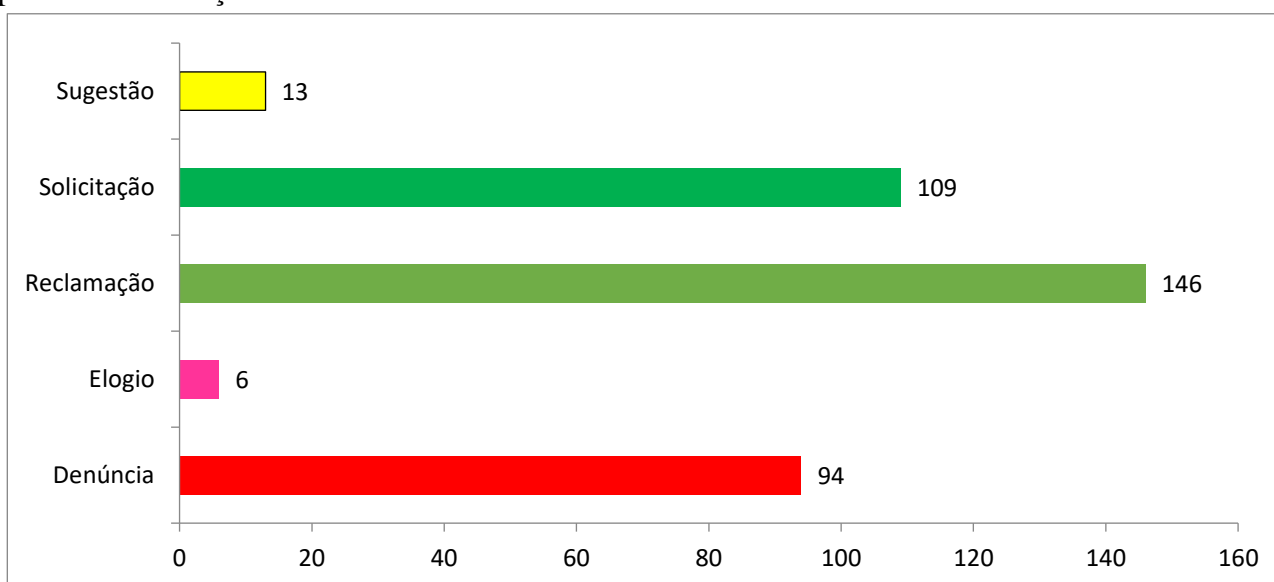


2. Situação e características das manifestações:

- Status das manifestações:

	Quantidade	% de Manifestações
Concluídas	342	92,93%
Arquivada	1	0,27%
Complementada	1	0,27%
Respostas intermediárias	24	6,52%

- Tipos de manifestação:



- Temas das manifestações (Top 10):

	Assunto	Quantidade	% de Manifestações
1	Concurso	34	9,24%
2	Educação	21	5,71%
3	Curso técnico	18	4,89%

	Gestão de pessoas	18	4,89%
5	Auxílio	16	4,35%
	Instituto Federal	16	4,35%
7	Educação superior	15	4,08%
8	Laboratórios	13	3,53%
9	Administração	12	3,26%
10	Conduta docente	11	2,99%
	Educação profissionalizante	11	2,99%
	Relações de trabalho	11	2,99%

3. Respostas às manifestações:

- Respostas conclusivas: 342
- Tempo médio de resposta: 20,31 dias

4. Perfil dos solicitantes:

Outro canal de acesso ao cidadão é o Serviço de Informação ao Cidadão, acessível por meio do sistema e-SIC (link para acesso ao sistema no site www.acaoainformacao.gov.br). Em 2017 foram 195 pedidos, sendo que todos foram respondidos.

Gênero			
Feminino		95	
Masculino		145	
Não informou		128	
Faixa etária			
0-19		19	
20-39		128	
40-59		65	
60-79		1	
Não informou		155	
Localização			
CE	1	RS	6
ES	2	SC	6
MG	5	SP	7
PR	156	Não informou	185

5. Informações adicionais para o correto entendimento deste relatório

- Este relatório está dividido em 5 (cinco) seções, conforme abaixo:

1) Quantidade de manifestações:

- Total de manifestações recebidas para o período, sua média mensal de pedidos e a distribuição das manifestações por mês. Ressalta-se que o IFPR passou a utilizar o sistema e-OUV a partir de 01/03/2017.

2) Situação e características das manifestações:

- Status das solicitações: (i) concluída: manifestação que teve resposta conclusiva; (ii) complementada: manifestação que, após resposta por parte do IFPR, foi complementada pelo solicitante e necessita nova resposta por parte do IFPR; (iii) arquivada: manifestação que foi encerrada sem ter uma resposta conclusiva; e (iv) resposta intermediária: manifestação que recebeu um primeiro tratamento por parte do IFPR contudo ainda não foi finalizada.

- Tipos de manifestação: (i) sugestão: proposição de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de políticas e serviços prestados pela Administração Pública federal; (ii) solicitação: requerimento de adoção de providência por parte da Administração; (iii) reclamação: demonstração de insatisfação relativa a serviço público; (iv) elogio: demonstração ou reconhecimento ou satisfação sobre o serviço oferecido ou atendimento recebido; e (v) denúncia: comunicação de prática de ato ilícito cuja solução dependa da atuação de órgão de controle interno ou externo. O solicitante que escolhe qual tipo de manifestação fazer.

- Temas das manifestações: rol de assuntos apresentados pelo sistema eOUV para que o solicitante escolha qual tema se relaciona com sua manifestação.

3) Respostas às manifestações:

- Total de manifestações que tiveram respostas conclusivas no período e tempo médio de resposta.

4) Perfil dos Solicitantes

- Dados de gênero, faixa etária e localização dos solicitantes.

5) Informações adicionais para o correto entendimento do relatório.

6.2 Carta de serviços ao cidadão

A “Carta ao Cidadão” (link no menu Institucional do site) tem a finalidade de informar o cidadão dos serviços prestados pelo IFPR e das formas de acesso a esses serviços. Possui as seguintes abas:

- Apresentação;
- Identificação da Instituição;
- Cursos oferecidos; e
- Entre em contato com o IFPR.

6.3 Aferição do grau de satisfação do cidadão-usuário

Não foi realizada pesquisa de satisfação no ano de 2017. O Serviço de Informação ao Cidadão, por meio do e-SIC oferece ao usuário a possibilidade avaliar a experiência do serviço, por meio de duas perguntas de respostas objetivas, escala Likert de 5 pontos. Em 2017, 73 usuários responderam a pesquisa de satisfação. A primeira pergunta consistiu em: “A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?”, 52% avaliaram que seu pedido foi atendido plenamente enquanto 21% avaliaram que o pedido não foi atendido. A segunda pergunta consistiu em: “A resposta fornecida foi de fácil compreensão?”, 59% avaliaram que a resposta fornecida foi de fácil compreensão e 16% avaliaram que a resposta fornecida foi de difícil compreensão.

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O principal canal para garantir a transparência das informações é o site do IFPR. Por meio do Acesso a Informação (link no menu institucional do site) diversas informações são disponibilizadas ao cidadão:

- Institucional;
- Ações e programas;
- Participação social;
- Auditorias;
- Convênios e transferências;
- Receitas e despesas;
- Licitações e contratos;
- Servidores;
- Informações Classificadas;
- Serviço de Informação ao Cidadão – SIC;
- Perguntas frequentes;
- Dados Abertos; e
- Sobre a Lei de Acesso à Informação.

O IFPR dispõe ainda do Portal INFO (link no lado direito inferior do site) que concentra todas as informações sobre o IFPR, separados por unidade. No Portal INFO, constam como abas: informações institucionais, boletim interno e prestação de contas.

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

EQUIPE

A Pró-Reitoria de Ensino (PROENS) do IFPR possui a coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), responsável pelas questões de acessibilidade.

O NAPNE, vinculado a Diretoria de Assuntos Estudantis (DAES), por meio da sua Coordenação Geral, tem suas atribuições definidas através do Manual de Competência, e suas ações construídas em parceria com os Coordenadores (as) de NAPNE nos campi. Ao todo, o grupo formado por 26 servidores, reiteram o compromisso firmado pelo IFPR com a inclusão, a inserção e o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando para além do ingresso, a permanência e o êxito do estudante.

Para tanto, atuam em consonância com as legislações vigentes, em especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação / LDB N° 9394/96, a Lei N° 10.048 de 08 de Novembro de 2000, a Lei N° 10.098 de 19 de Dezembro de 2000, o Decreto N° 5.296 de 2 de Dezembro de 2004, o Decreto N° 5626 de 22 de Dezembro de 2005, a Lei N° 13146 de 06 de Julho de 2015/ Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Lei N° 13309 de vinte e oito de Dezembro de 2016.

Os coordenadores do NAPNE promovem ações de sensibilização da comunidade escolar quanto à Educação Inclusiva, contribuindo para a adequação dos Projetos Político Pedagógicos, PPCs de Curso, Adaptações Curriculares, Capacitações/Formações e regulamentações internas de modo a contemplar a temática da inclusão. Visam ainda estimular a criação de uma cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade e, principalmente, a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais.

Diversas unidades promovem cursos de formação em LIBRAS, visando promover a acessibilidade na comunicação entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte. Além disso, a instituição conta com 23 (vinte e três) tradutores Intérpretes que atendem os alunos surdos nos seus respectivos campi.

Os tradutores/interpretes além de fazer a tradução/interpretação das aulas subsidiam os estudantes surdos com recursos visuais (softwares e programas) no turno, e apoio no contraturno, conforme a necessidade do aluno.

O IFPR possui 05 (cinco) docentes de libras com a formação específica para o atendendo a demanda de alunos surdos e DA, sendo: Licenciatura em letras/libras, licenciatura em pedagogia e Especialização em educação especial: educação bilíngue para surdos libras/Língua portuguesa, atendendo, respectivamente, ao artigo 4º e ao caput do artigo 7º do Decreto nº 5.626/2005.

COTAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

O Instituto Federal do Paraná seguindo a política de cotas da Instituição criada em 2011, destina 5% das vagas para estudantes com deficiência no processo seletivo. No ano de 2017 foram atendidos 200 (duzentos) estudantes com necessidades específicas.

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

A aquisição de materiais de acessibilidade e tecnologias assistivas, se faz necessária em cumprimento às legislações vigentes e, a missão e compromisso deste IFPR quanto a possibilitar o ingresso, a permanência e êxito do estudante com necessidade específica. O uso destes materiais já é uma realidade no IFPR.

No ano de 2017 a PROENS/DAES/NAPNE, complementou os materiais de acessibilidade já distribuídos aos campi nos anos anteriores, com a aquisição de 160 Tablets e 40 notebooks, que possibilitam o desenvolvimento de metodologias e estratégias, que promovam a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia e independência no processo ensino – aprendizagem, podendo ser usados nos diferentes espaços pedagógicos como Biblioteca, Sala de Aula, Laboratório ou em outros espaços que se fizer necessário, seguindo o planejamento da equipe pedagógica.

ACESSIBILIDADE ÀS INSTALAÇÕES

Segundo a Pró-Reitoria de Administração (PROAD), os projetos dos campi posteriores a 2010 são contemplados pela norma de acessibilidade em edificações, NBR 9050, e boas práticas de projeto. Já os campi que funcionam em edificações anteriores a essa data foram adaptados para a norma de acessibilidade.

Os projetos desenvolvidos pelo IFPR possuem as seguintes estratégias para acessibilidade:

- O desnível entre pavimentos é atingido por escadas, rampas ou plataforma elevatória.
- As escadas possuem degraus suaves e patamares intermediários para descanso. No piso dos degraus foram instaladas faixas antiderrapantes e faixas vermelhas para sinalização visual.
- O corrimão das escadas possui empunhadura compatível com a norma de acessibilidade e sinalização tátil de início e fim para portadores de deficiência visual.
- A plataforma elevatória é de utilização exclusiva para pessoas com mobilidade reduzida (cadeirantes, gestantes ou portadores de necessidades especiais). Possui cabine enclausurada em vidro permitindo a comunicação visual com quem utiliza. O mecanismo de funcionamento da plataforma é hidráulico garantindo um trajeto suave e seguro.
- Em lugares estratégicos também são instalados piso tátil de alerta e piso tátil direcional, garantindo uma melhor mobilidade para pessoas com deficiência visual.
- Os banheiros também são adaptados para pessoas com mobilidade reduzida, com barras de apoio, espaço para giro de cadeira de rodas, pias, saboneteiras, vaso sanitários e demais acessórios todos instalados na altura correta para pessoas com mobilidade reduzida.
- Para os desníveis de calçadas são construídas rampas e demarcadas com o símbolo internacional de cadeirante.

- No estacionamento são reservadas vagas para cadeirantes.

O IFPR possui a Comissão de Arquitetura e Acessibilidade na Rede de Bibliotecas do Instituto Federal do Paraná, que tem como finalidade:

- Instruir as equipes de Trabalho quanto aos principais critérios e padrões voltados para arquitetura e acessibilidade.
- Propor ações sistêmicas junto ao NAPNE nos Campus, a fim de garantir melhoras no espaço físico e nos serviços ofertados, com base nas normas e legislação vigente relativas à arquitetura e acessibilidade em Bibliotecas e espaços urbanos públicos.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho financeiro do exercício

A Instituição demonstra em seu balanço financeiro os ingressos e dispêndios ocorridos no ano. Desta forma, pode-se fazer uma breve análise de que o maior volume de recursos de ingressos provém de transferências financeiras recebidas, essas providas do Ministério da Educação. Diante da continuidade do cenário econômico caótico no Brasil, os envios de recursos financeiros permanecem parciais para honrar todos os compromissos do Instituto.

No entanto, essa disponibilização de recurso financeiro vem apresentando significativa melhora em relação aos exercícios de 2015 e 2016. Atrasos nos pagamentos ainda tem ocorrido, mas de forma não corriqueira. Os percentuais recebidos ficaram entre 70% e 100% do total do contas a pagar do IFPR, o que não gerou a mesma situação presenciada em anos anteriores.

Com a publicação da IN 2 de 02 de dezembro de 2016 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para o segundo semestre de 2017, o IFPR tentou adequar os seus pagamentos à ordem cronológica das datas das exigibilidades das obrigações conforme essa normativa, no entanto, esta ordem ainda não é atendida de forma absoluta pelo IFPR. A principal razão disso constituiu-se no recurso financeiro insuficiente para pagamento de todas as obrigações e falhas no fluxo interno de informações quanto à efetivação do ateste (data de exigibilidade) pelo fiscal, situação em que, segundo a IN, ocorre o direito de receber pelo fornecedor.

Contas a pagar como diárias de servidores, água e esgoto, energia elétrica, correios, telefone, internet, aluguel e condomínio tiveram preferência na ordem de pagamentos, isso devido a tais despesas enquadrar-se como despesas essenciais ao funcionamento do Instituto e que se não forem quitadas regularmente, podem prejudicar ou até mesmo paralisar a existência da autarquia.

Recursos específicos, como o da fonte 0112915082 (Fomento ao Desenvolvimento da Educ. Prof/SETEC) que anteriormente apresentaram significativos atrasos na liberação pela setorial, para o ano de 2017, tiveram regularidade e atendimentos imediatos nas solicitações pelo IFPR, através do Sistema SIMEC.

Com relação ao recurso da fonte 0100 (para assistência estudantil) em sua maioria, o IFPR não apresentou dificuldade significativa na quitação das obrigações.

Os maiores valores relacionados às arrecadações próprias foram referentes às inscrições para o concurso público do IFPR – R\$ 326.418,96 (valor este líquido da parte que cabe à banca organizadora) e o processo seletivo do IFPR – R\$ 137.654,39.

7.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O registro de depreciações e amortizações ainda não está refletido nas demonstrações contábeis em sua integralidade em conformidade às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) 16.9 e 16.10 em razão de estar em andamento a execução da finalização de ajustes do inventário relativo a exercícios anteriores. No entanto, há que se considerar que, a evolução do saldo da depreciação acumulada dos bens móveis de R\$ 15.206.685,06 em 2016 para R\$ 23.189.493,40 em 2017 é resultado do esforço da instituição em realizar os devidos ajustes do próprio exercício e de exercícios anteriores e proceder ao seu integral reconhecimento contábil.

Vide abaixo, quadro comparativo dos valores de depreciação do órgão reconhecidos nos exercícios 2016 e 2017.

GRUPO	2017	2016
IMOBILIZADO	418.926.786,12	350.467.136,38
DEPRECIACÕES (Bens móveis)	(23.189.493,40)	(15.206.685,06)
DEPRECIACÕES (Bens imóveis)	(1.476.779,95)	(118.077,90)
INTANGÍVEL	2.259.880,11	2.228.488,11
AMORTIZACO	(317.928,93)	(280.911,41)

O quadro abaixo evidencia os valores da depreciao e amortizao acumulada por Unidade Gestora Executora (UGE), vinculadas ao rgo.

UG Executora		DEZ/2017	
		DEPRECIACÃO BENS MÓVEIS	AMORTIZACO
154671	INST. FED. DO PARANA/CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIA	(1.247.627,81)	
154672	INST. FED. DO PARANA/CAMPUS CAMPO LARGO	(2.164.473,97)	
154673	INST. FED. DO PARANA/CAMPUS CASCAVEL	(810.003,92)	
154674	INST. FED. DO PARANA/CAMPUS IRATI	(549.079,49)	(7.881,70)
154675	INST. FED. DO PARANA/CAMPUS IVAIPORA	(1.010.352,05)	
154676	INST. FED. DO PARANA/CAMPUS PALMAS	(1.814.376,23)	(7.400,00)
154699	INST. FED. DO PARANA/CAMPUS LONDRINA	(1.323.358,53)	
158009	INSTITUTO FEDERAL DO PARANA	(290.554,13)	(155.890,10)
158395	INST. FED. DO PARANA/CAMPUS CURITIBA	(3.702.437,04)	(33.549,54)
158396	INST. FED. DO PARANA/CAMPUS FOZ DO IGUACU	(1.402.782,81)	
158397	INST. FED. DO PARANA/CAMPUS PARANAGUA	(178,80)	
158398	INST. FED. DO PARANA/CAMPUS PARANAVAI	(2.103.953,19)	(5.258,83)
158399	INST. FED. DO PARANA/CAMPUS TELEMACO BORBA	(3.270.824,21)	(103.119,80)
158400	INST. FED. DO PARANA/CAMPUS JACAREZINHO	(1.879.556,29)	
158402	INST. FED. DO PARANA/CAMPUS UMUARAMA	(1.619.934,93)	(4.828,96)
TOTAL		(23.189.493,40)	(317.928,93)

A metodologia adotada para estimativa de vida útil econmica do ativo  a adoo da Tabela de Vida útil e Valor Residual do Governo Federal constante na Macro Funo 02 03 30 e o método de cálculo  o de quotas constantes em conformidade ao item 7.2 da referida Macro Funo.

Quanto  evoluo dos valores dos bens imóveis, este órgão finalizou no ano de 2017 os ajustes no SPIUnet, valores replicados no SIAFI automaticamente, ficando ambos os sistemas conciliados. Pós-conciliao dos valores registrados na UG 158009, foram realizadas as transferências dos saldos pertencentes para uma cada uma das unidades gestoras executoras detentoras do bem.

Ressaltamos que há ausência de reconhecimento em sua íntegra de todos os ativos e passivos contingentes em contas de controle pela ausência de normatizao de fluxos informacionais internos da instituio. Tais procedimentos visam na essência a identificao, mensurao e reconhecimento contábil

tempestivo de todos os atos potenciais ativos e passivos, em atendimento ao princípio da oportunidade e sua primazia pela integridade e fidedignidade do registro contábil.

7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O IFPR no atual momento não possui devidamente estruturado sistema de apuração de custos dos programas e das unidades administrativas.

7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4320/64 e notas explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício 2017

Lei 4.320/64

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	19.234.586,54	36.596.410,58	PASSIVO CIRCULANTE	15.450.260,87	5.148.217,58
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.821.298,87	10.026.043,08	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto	13.422.050,50	10.200,00
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	8.350.882,25	23.721.755,49	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.872.629,87	4.684.761,79
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	17,95	-
Estoques	3.031.234,29	2.832.969,83	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	31.171,13	15.642,18	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	155.562,55	453.255,79
ATIVO NÃO CIRCULANTE	396.202.463,95	337.089.950,12	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	109.250,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	109.250,00
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	15.450.260,87	5.257.467,58
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	394.260.512,77	335.142.373,42			
Bens Móveis	94.121.769,18	87.790.368,47			
Bens Móveis	117.311.262,58	102.997.053,53			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-23.189.493,40	-15.206.685,06			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	300.138.743,59	247.352.004,95			
Bens Imóveis	301.615.523,54	247.470.082,85			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-14.76.779,95	-118.077,90			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.941.951,18	1.947.576,70			
Softwares	1.941.951,18	1.947.576,70			
Softwares	2.259.880,11	2.228.488,11			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-317.928,93	-280.911,41			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	415.437.050,49	373.686.360,70	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	415.437.050,49	373.686.360,70

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	7.821.298,87	10.026.043,08	PASSIVO FINANCEIRO	47.872.137,54	47.350.144,25
ATIVO PERMANENTE	407.615.751,62	363.660.317,62	PASSIVO PERMANENTE	13.429.649,12	162.905,17
			SALDO PATRIMONIAL	354.135.263,83	326.173.311,28

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	74.973.730,62	58.812.783,62	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	73.272.417,14	52.792.814,49
Execução dos Atos Potenciais Ativos	74.973.730,62	58.812.783,62	Execução dos Atos Potenciais Passivos	73.272.417,14	52.792.814,49
Garantias e Contragarantias Recebidas a	972.022,90	612.884,40	Garantias e Contragarantias Concedidas a	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	73.791.459,46	58.026.267,06	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum	11281962,65	11.530.861,47
Direitos Contratuais a Executar	210.248,26	173.632,16	Obrigações Contratuais a Executar	61.990.454,49	41.261.953,02
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	74.973.730,62	58.812.783,62	TOTAL	73.272.417,14	52.792.814,49

DEM ONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-2.328.308,81
Recursos Vinculados			-37.722.529,86
Educação			-30.972.598,95
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			4.875.629,50
Outros Recursos Vinculados a Fundos			-11.625.560,41
TOTAL			-40.050.838,67

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício 2017

Lei nº 4.320/64

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	3.298.572,00	3.298.572,00	2.536.884,10	-761.687,90
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação	-	-	-	-
Receita Patrimonial	663.551,00	663.551,00	359.501,49	-304.049,51
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	220.410,00	220.410,00	124.912,88	-95.497,82
Valores Mobiliários	443.141,00	443.141,00	234.589,31	-208.551,69
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	2.185.169,00	2.185.169,00	1.578.782,49	-606.386,51
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.185.169,00	2.185.169,00	1.578.705,49	-606.463,51
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	77,00	77,00
Transferências Correntes	447.625,00	447.625,00	399.728,00	-47.897,00
Outras Receitas Correntes	2.227,00	2.227,00	198.872,12	196.645,12
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.227,00	2.227,00	182.349,42	180.122,42
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	16.522,70	16.522,70

RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	3.298.572,00	3.298.572,00	2.536.884,10	-761.687,90
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	3.298.572,00	3.298.572,00	2.536.884,10	-761.687,90
DEFICIT	-	-	362.875.489,14	362.875.489,14
TOTAL	3.298.572,00	3.298.572,00	365.412.373,24	362.113.801,24
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	299.709.112,00	345.092.103,00	343.932.695,90	325.369.543,43	324.694.910,61	1.159.407,10
Pessoal e Encargos Sociais	222.517.525,00	267.169.505,00	265.732.159,77	264.553.717,69	264.552.307,75	1.437.345,23
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	77.191.587,00	77.922.598,00	78.200.536,13	60.815.825,74	60.142.602,86	-277.938,13
DESPESAS DE CAPITAL	9.624.425,00	10.329.951,00	21.479.677,34	1.745.696,58	1.514.158,72	-11.149.726,34
Investimentos	9.624.425,00	10.329.951,00	21.479.677,34	1.745.696,58	1.514.158,72	-11.149.726,34
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	309.333.537,00	355.422.054,00	365.412.373,24	327.115.240,01	326.209.069,33	-9.990.319,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA /	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	309.333.537,00	355.422.054,00	365.412.373,24	327.115.240,01	326.209.069,33	-9.990.319,24
TOTAL	309.333.537,00	355.422.054,00	365.412.373,24	327.115.240,01	326.209.069,33	-9.990.319,24

ANEXO 1- DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.536.354,73	10.484.582,49	5.390.170,62	5.381.961,38	5.399.570,02	1.239.405,82
Pessoal e Encargos Sociais	128.418,47	210.224,29	7.887,73	7.887,73	328.459,02	2.296,01
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.407.936,26	10.274.358,20	5.382.282,89	5.374.073,65	5.071.111,00	1.237.109,81
DESPESAS DE CAPITAL	7.418.201,44	23.254.427,22	22.401.619,49	22.068.011,65	1.933.195,11	6.671.421,90
Investimentos	7.418.201,44	23.254.427,22	22.401.619,49	22.068.011,65	1.933.195,11	6.671.421,90
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8.954.556,17	33.739.009,71	27.791.790,11	27.449.973,03	7.332.765,13	7.910.827,72

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	34.514,80	3.269.176,56	2.596.953,54	461,95	706.275,87
Pessoal e Encargos Sociais	-	67,65	67,65	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	34.514,80	3.269.108,91	2.596.885,89	461,95	706.275,87
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.235.238,12	1.198.812,71	-	36.425,41
Investimentos	-	1.235.238,12	1.198.812,71	-	36.425,41
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	34.514,80	4.504.414,68	3.795.766,25	461,95	742.701,28

BALANÇO FINANCEIRO

Exercício 2016

Lei nº 4.320/64

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	2.536.884,10	2.878.962,98	Despesas Orçamentárias	365.412.373,24	318.477.149,97
Ordinárias	159.251,20	70.600,23	Ordinárias	91.080.131,09	97.475.105,19
Vinculadas	2.525.652,35	2.881.045,28	Vinculadas	274.332.242,15	221.002.044,78
Educação	15.270,90	13.265,40	Educação	260.382.631,45	218.047.168,64
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e	2.510.381,45	2.867.779,88	Operação de Crédito	-	750.000,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-148.019,45	-72.682,53	Outros Recursos Vinculados a Órgãos	2.108.328,92	2.204.876,14
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	11.841.281,78	-
Transferências Financeiras	390.079.876,59	324.326.437,22	Transferências Financeiras	37.262.322,03	21.661.464,73
Resultantes da Execução Orçamentária	345.934.311,50	297.976.809,95	Resultantes da Execução Orçamentária	29.788.849,36	14.621.366,70
Repasso Recebido	317.264.226,05	283.560.538,64	Repasso Concedido	309.638,69	100.798,37
Sub-repasso Recebido	28.670.085,45	14.416.271,31	Sub-repasso Concedido	28.670.085,45	14.416.271,31
Independentes da Execução Orçamentária	44.145.565,09	26.349.627,27	Repasso Devolvido	809.125,22	104.297,02
Transferências Recebidas para	42.199.483,65	25.028.578,54	Independentes da Execução	7.473.472,67	7.040.098,03
Demais Transferências Recebidas	49.081,24	-	Transferências Concedidas para	7.156.332,73	6.892.820,94
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.897.000,20	1.321.048,73	Movimento de Saldos Patrimoniais	317.139,94	147.277,09
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	39.291.284,91	37.930.312,14	Despesas Extraorçamentárias	31.438.094,54	23.709.434,90
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	906.170,68	4.125.131,43	Pagamento dos Restos a Pagar	3.795.766,25	10.801.524,50
Inscrição dos Restos a Pagar Não	38.297.133,23	33.739.009,71	Pagamento dos Restos a Pagar Não	27.449.973,03	12.840.847,57
Depósitos Restituíveis e Valores	87.981,00	-6.585,78	Depósitos Restituíveis e Valores	192.355,26	67.062,83
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	72.756,78	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Demais Recebimentos	-	72.756,78			
Saldo do Exercício Anterior	10.026.043,08	8.738.380,34	Saldo para o Exercício Seguinte	7.821.298,87	10.026.043,08
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.026.043,08	8.738.380,34	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.821.298,87	10.026.043,08
TOTAL	441.934.088,68	373.874.092,68	TOTAL	441.934.088,68	373.874.092,68

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercício 2017

Lei nº 4.320/64

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	22.576.238,87	18.020.911,27
INGRESSOS	392.704.741,69	327.271.571,20
Receitas Derivadas e Originárias	2.137.156,10	2.913.008,79
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	124.912,18	150.933,53
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.578.782,49	2.263.710,00
Remuneração das Disponibilidades	234.589,31	364.657,29
Outras Receitas Derivadas e Originárias	198.872,12	133.707,97
Transferências Correntes Recebidas	399.728,00	-34.045,81
Intergovernamentais	399.428,00	-31.424,69
Dos Estados e/ou Distrito Federal	399.428,00	-31.424,69
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	300,00	-2.621,12
Outros Ingressos das Operações	390.167.857,59	324.392.608,22
Ingressos Extraorçamentários	87.981,00	-6.585,78
Transferências Financeiras Recebidas	390.079.876,59	324.326.437,22
Demais Recebimentos	-	72.756,78
DESEMBOLSOS	-370.128.502,82	-309.250.659,93
Pessoal e Demais Despesas	-292.363.563,71	-253.033.328,65
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-

Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-3.604.079,10	-2.037.944,42
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-288.493.632,34	-250.646.146,19
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-265.852,27	-349.238,04
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Jurose Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Jurose Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-40.310.261,82	-34.488.803,72
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-40.217.330,82	-34.420.428,72
Outras Transferências Concedidas	-92.931,00	-68.375,00
Outros Desembolsos das Operações	-37.454.677,29	-21.728.527,56
Dispêndios Extraorçamentários	-192.355,26	-67.062,83
Transferências Financeiras Concedidas	-37.262.322,03	-21.661.464,73
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-24.780.983,08	-16.733.248,53
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-24.780.983,08	-16.733.248,53
Aquisição de Ativo Não Circulante	-24.721.620,64	-16.299.083,19
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-59.362,44	-434.165,34
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-2.204.744,21	1.287.662,74
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	10.026.043,08	8.738.380,34
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	7.821.298,87	10.026.043,08

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício 2017

Lei nº 4.320/64

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	843.005.940,76	357.884.323,43
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.706.814,08	2.423.010,55
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.706.814,08	2.423.010,55
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	253.394,21	365.545,84
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	18.804,90	888,55
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	234.589,31	364.657,29
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	627.845.069,11	341.367.157,25
Transferências Intragovernamentais	390.079.876,59	324.326.437,22
Transferências Intergovernamentais	399.428,00	-
Transferências das Instituições Privadas	300,00	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	237.365.464,52	17.040.720,03
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	213.017.426,95	13.595.114,32
Reavaliação de Ativos	861.283,50	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	211.963.528,07	10.156.126,12
Ganhos com Desincorporação de Passivos	192.615,38	3.438.988,20
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	183.236,41	133.495,47
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	183.236,41	133.495,47
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	784.599.818,98	331.136.492,80
Pessoal e Encargos	283.740.127,32	233.852.067,01
Remuneração a Pessoal	225.784.359,91	183.172.927,39
Encargos Patronais	40.397.194,33	34.273.420,26
Benefícios a Pessoal	17.356.194,97	16.307.403,47
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	202.378,11	98.315,89
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.367.724,07	1.917.876,61
Aposentadorias e Reformas	3.032.147,75	1.671.823,73
Pensões	280.862,80	198.100,00
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	54.713,52	47.952,88
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	44.006.053,02	42.001.180,66
Uso de Material de Consumo	2.187.022,03	2.131.100,54
Serviços	35.113.761,30	35.699.508,13
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.705.269,69	4.170.571,99

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	36.918,33	123.020,86
Jurose Encargosde Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Jurose Encargosde Mora	31.891,76	113.977,79
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	5.026,57	9.043,07
Aportesa o Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	273.184.281,34	38.051.059,19
Transferências Intragovernamentais	37.262.322,03	21.661.464,73
Transferências Intergovernamentais	92.931,00	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	235.829.028,31	16.389.594,46
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	169.386.022,91	4.219.855,14
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes/ Perdas	2.010.049,16	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	21.261,18	2.525,28
Incorporação de Passivos	49.642,06	2.370.568,30
Desincorporação de Ativos	167.305.070,51	1.846.761,56
Tributárias	194.541,98	161.819,28
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	154.022,69	133.553,37
Contribuições	40.519,29	28.265,91
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	10.684.150,01	10.809.614,05
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	10.577.627,39	10.515.931,36
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	106.522,62	293.682,69
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	58.406.121,78	26.747.830,63
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Durante o exercício de 2017, o TCU emitiu determinações para o IFPR. Abaixo segue as determinações emitidas pelo Órgão de Controle e o estágio de atendimento na qual se encontram:

Determinações TCU			
Nº do Acórdão	Determinação Resumida	Estágio de atendimento	Observações
ACÓRDÃO Nº 1003.2017	9.7. determinar aos órgãos que contrataram a SIG Software e Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda., mediante inexigibilidade, de licitação que incluam, no próximo relatório de gestão, avaliação da legalidade da respectiva contratação;	Atendido	<p>Após todo o procedimento documental necessário para que a licitação por inexigibilidade ocorresse, o processo foi encaminhado a Procuradoria Federal do IFPR para fornecer um parecer a respeito da contratação. O PARECER nº 112/2011 - AGU/PGF/PF-IFPR constante nas fls. 33 a 40, teve como conclusão:</p> <p>...“Por fim, conclui pela legitimidade na formalização de futura avenças, sob os auspícios da excepcionalidade legal conferida pelo art. 25 da Lei nº 8.666/93, observando-se cada caso, com a devida cautela, dando-se ampla publicidade ao ato a ser praticado”.</p> <p>O processo de aquisição de uma nova ferramenta, o qual é tratado pelo processo aqui exposto, foi avaliado pelos diretores de campi (fls. 48 e 49), os quais se posicionaram favoráveis a adoção de um novo sistema.</p> <p>Para garantir o princípio da publicidade do processo, as fls. 54 à 60 mostram que a instituição fez a avaliação de viabilidade da contratação com diferentes atores envolvidos e que a opção foi pela contratação dos serviços da empresa SIG (fl. 58) para transferência de conhecimento e de tecnologia de suporte à operacionalização de todos os Módulos que fazem parte do sistema Sig (SIPAC, SIGAA, SIGRH, SIGPP e SIGAdmin) desenvolvidos pela UFRN.</p> <p>Em 19 de dezembro de 2011 o processo retorna para a Procuradoria Federal do IFPR para nova análise,</p>

Determinações TCU			
Nº do Acórdão	Determinação Resumida	Estágio de atendimento	Observações
			<p>sendo proferido a INFORMAÇÃO 01 - AGU/PGF/PF-IFPR/2012 constando em seu item 5, o seguinte texto:</p> <p>“5. Diante do que se expôs, opino pelo prosseguimento do feito na sua regular tramitação ...”.</p> <p>Decorrido todos os trâmites legais, o processo de licitação por inexigibilidade foi publicado em diário oficial na data de 5 de dezembro de 2011, seção 3, fl. 57.</p> <p>Desta forma, parte-se do pressuposto que todo o rito processual foi exaurido, garantido assim, a sua legalidade.</p>
ACÓRDÃO Nº 2001.2017 - Plenário	<p>9.5. Recomendar ao Instituto Federal do Paraná (...) que:</p> <p>9.5.1. adotem providências com vistas à elaboração de registros de informações sistematizadas relacionados à concessão de bolsas e de retribuições pecuniárias pelas universidades e por demais agências de fomento que possibilitem controle supervisor mais efetivo, capaz de identificar e coibir a participação de servidores em atividades, em desacordo com a Lei 12.772/2012, art. 21, § 4º, e a realização de pagamentos em valores que extrapolem o teto do funcionalismo público, estabelecido no art. 37, XI, da CF/1988;</p> <p>9.5.2. divulguem em seu sítio na internet, em atenção aos princípios da publicidade e da transparência, informações sistematizadas relacionadas à concessão de bolsas e demais prestações pecuniárias fornecidas a servidores e alunos daquelas instituições,</p>	Atendimento Parcial	<p>A sistematização manual já há. No entanto, o sistema de gerenciamento está em desenvolvimento, o que facilitará o trabalho. Em relação a divulgação, o IFPR pretende em 2018 começar a divulgar todos os valores recebidos pelos bolsistas (docentes e servidores).</p>

Determinações TCU			
Nº do Acórdão	Determinação Resumida	Estágio de atendimento	Observações
	concedidas pelas próprias universidades, por suas fundações de apoio ou por outras agências de fomento, assim como os pagamentos efetivamente realizados.		
ACÓRDÃO Nº 2213.2017 - Segunda Câmara	Cessar os pagamentos do servidor JCP, além de rever seu ato de admissão.	Atendimento Parcial	Os proventos dos servidores foram suspensos. A revisão dos atos de admissão carece de execução.

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de controle interno

Ao todo, a CGU – Controladoria Geral da União - monitorou 68 recomendações no que diz respeito ao IFPR. Dessas, 15 recomendações foram atendidas no exercício. As 53 remanescentes o IFPR vem trabalhando para atendê-las o mais breve possível, dentro dos recursos disponíveis.

RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.

Abaixo seguem as 15 Recomendações atendidas pelo IFPR no exercício. O campo “ID” é o número atribuído à recomendação no Sistema Monitor (CGU). Recomendação é o texto integral da recomendação. E por fim, o mês de atendimento da recomendação.

ID	Recomendações	Mês de Atendimento
163936	Aperfeiçoar os fluxos administrativos e de controle, atentando para aspectos como: segregação de atividades nas rotinas relacionadas à impressão e distribuição do material didático, diferenciando-se, por exemplo, a pessoa que efetua o pedido daquela que recebe e atesta os materiais; aprovação do pedido de impressão de livros por instância superior àquela que realizou a solicitação; e aprimoramento dos controles paralelos, de modo que esses se mostrem efetivos e tempestivos. Devem ser controlados de forma permanente aspectos como: volume em estoque; controle de remessas para os polos; controle de entregas para os alunos; e retorno das comprovações de entregas para atualização dos dados; e prática de inventários periódicos (mensais e anual).	DEZ/2017

163937	Utilizar efetivamente o Sipac para o controle da movimentação de entrada e saída do estoque. A despeito da existência de controles paralelos, o sistema deve retratar a posição patrimonial de fato. Caso as características do Sipac dificultem o seu uso como ferramenta de gerenciamento de estoque, especialmente em função da existência de estoques nos polos, poderá ser utilizado controles paralelos, porém periodicamente o Sipac deverá ser atualizado com informações reais da situação patrimonial.	DEZ/2017
163938	Aperfeiçoar a estrutura física do estoque, organizando os livros em prateleiras, com as respectivas fichas de estoque.	DEZ/2017
163939	Aprimorar a previsão de demanda de livros para os cursos em que se mantenha a utilização de livros impressos, por meio de: - aprimoramento da análise de séries históricas sobre taxa de ocupação das cadeiras, índice de desistência após matrícula e índice de evasão, no propósito de estimar melhor o número efetivo de alunos; - avaliar o espaço de tempo entre o fim do período de matrículas e o início das aulas, com a finalidade de garantir maior precisão na demanda dos livros; - mesmo com as previsões, caso o índice de estoque de livro seja elevado, aprimorar política de revisão dos livros, de modo que o mesmo material possa ser utilizado em exercícios subsequentes.	SET/2017
163941	Aperfeiçoar o planejamento das atividades de apoio (compra, logística e orçamentação) de forma a reduzir a ocorrência de interferências no processo regular de desenvolvimento dos cursos.	SET/2017
163942	Adequar o planejamento para contratação dos bolsistas ao cronograma de início dos cursos, evitando-se que os bolsistas precisem ser cadastrados em outros cursos já em andamento.	SET/2017
163943	Aperfeiçoar os estudos relacionados à distribuição dos bolsistas por curso e função, de modo a estabelecer critérios objetivos que demonstrem eficiência na distribuição das bolsas.	SET/2017
163946	Realizar estudos para avaliar a efetividade das aulas ao vivo, incluindo aspectos como: - frequência de interação aluno/professor - se os alunos interagem mais durante a aula ao vivo ou posteriormente junto aos tutores por meio de chat ou mensagens; - percepção/opinião dos alunos sobre a aula ao vivo - as aulas ao vivo requerem deslocamento dos alunos às telessalas, enquanto que uma aula gravada pode ser acessada a qualquer momento, no horário de maior conveniência dos alunos; e - percepção/opinião dos docentes/educadores sobre a aula ao vivo - a comodidade da aula gravada descrita no parágrafo anterior poderá ser um empecilho para o bom desenvolvimento do estudo, sendo necessária a avaliação da viabilidade da aula gravada junto aos educadores.	SET/2017

163952	Estabelecer um cronograma para os grupos de trabalho já instituídos, de modo que os assuntos pertinentes à melhoria de governança em RH tenham um efetivo desenvolvimento no IFPR.	SET/2017
163967	Aprimorar e ampliar os normativos/regulamentos que regem a flexibilização no IFPR. Devem ser claramente definidos: os conceitos de atividade contínua e atendimento ao público; os critérios para justificar o atendimento do interesse público apesar da redução da jornada de trabalho; e os tramites formais para a concessão da flexibilização. A unidade deve atentar para os conceitos descritos no presente relatório.	SET/2017
163968	As flexibilizações somente devem ser concedidas por meio de Portarias individuais emitidas pelo Reitor, precedidas de aprovação da chefia imediata e pela Comissão especialmente designada.	SET/2017
164043	Adotar os meios necessários para que os autos do processo sejam reconstituídos, com o auxílio da equipe técnica responsável pela gestão e fiscalização dos contratos em questão e orientação da Consultoria Jurídica do IFPR quanto à observância dos procedimentos necessários.	FEV/2017
169255	Apresentar posicionamento institucional quanto à possibilidade de atendimento das necessidades da EAD, após os necessários ajustes, desenvolvimentos e/ou customizações, por meio do sistema desenvolvido internamente, haja vista seu claro benefício financeiro.	AGO/2017
169256	Apresentar o cronograma previsto para a implantação, caso a Instituição opte por realizar os necessários ajustes, desenvolvimentos e/ou customizações do sistema Karavellas.	AGO/2017
169257	Demonstrar, de maneira inequívoca, o custo/benefício gerado pela contratação, em detrimento ao sistema desenvolvido internamente, caso a Instituição opte por manter a contratação terceirizada de sistema AVA.	AGO/2017

8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário

Os danos causados ao IFPR são encaminhados para apuração através da Seção de Procedimentos Disciplinares, e, em situações específicas, é solicitado auxílio aos órgãos públicos para a devida apuração.

Ressalta-se que nos registros da Seção de Procedimentos Disciplinares do exercício de 2017, não constam processos julgados de casos de danos ao erário, com os devidos recebimentos de débitos ou remetidos ao TCU.

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8666/93

Embora o órgão atualmente busque, de forma empírica, por meio de controle das datas de exigibilidades em planilha, bem como através de registro de data de ateste em campo específico do sistema SIAFI Web quando do registro de liquidação da despesa, há que se ressaltar que ainda não há atendimento na íntegra do disposto na legislação, principalmente quanto ao previsto na Instrução Normativa nº 02/2016 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão -MPDG que trata da observância da ordem

cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, no âmbito do Sistema de Serviços Gerais - Sisg.

No entanto, faz-se necessário esclarecer que se encontra em fase final de elaboração normativa específica do órgão (nota técnica) a qual busca uniformizar procedimentos administrativos internos de suas unidades vinculadas para possibilitar o atendimento na íntegra da legislação e da referida Instrução Normativa. A minuta da normativa está disponível na página eletrônica da instituição no link: <http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/pro-reitorias/proad/proad-dcof/minutas-normas/minuta-nota-tecnica-ordem-cronologica-de-pagamento/>

8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Não há conteúdo a declarar no ano de 2017. As ações foram tomadas em 2014, conforme relato abaixo realizado pela Coordenadoria de Serviços e Contratos, em 29/08/2014:

“Em 2014, foi realizado rol dos contratos apontados como passíveis de desoneração e convocamos os gestores responsáveis por cada um deles para que os mesmos se manifestassem acerca do solicitado pela CGU. A época, apenas os gestores dos contratos 17/2012 e 09/2013 se manifestaram, informando os motivos que tornavam a desoneração dos referidos contratos inviável”.

8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

O Instituto Federal do Paraná não possui contrato de publicidade e propaganda. As ações de divulgação são realizadas por meio digital ou impresso e estão sob responsabilidade da Coordenadoria-Geral de Comunicação, com suporte de uma Rede de Comunicadores instituída em todo o Paraná. A parte impressa é executada por meio de um contrato de serviços gráficos, vigente desde abril de 2016, que fornece itens como folder, panfleto e outros materiais relacionados, especialmente para divulgação do Processo Seletivo da instituição.

Este contrato é válido para a reitoria e seus 25 campi, porém os campi têm autonomia para realizar divulgações nas suas respectivas regiões, destinando verba específica para esta finalidade. Os valores totais utilizados para essas ações estão contabilizados na planilha abaixo. Desta forma, é pertinente salientar que o maior investimento em ações de publicidade e propaganda no âmbito do IFPR está relacionado à promoção de sua atividade fim (ensino, pesquisa e extensão) e possibilitando que mais estudantes possam tomar conhecimento da oferta de cursos públicos e gratuitos disponíveis na instituição.

Quanto aos gastos com publicidade legal, os principais prestadores de serviços são a Imprensa Nacional e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A diferença entre os valores empenhados e os pagos se dá porque, até 31 de dezembro de 2017, alguns empenhos ainda não haviam sido liquidados.

Despesas com publicidade			
Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	20RL	121.416,08	84.913,06
Legal	20RL	508.711,27	389.800,14
Mercadológica	n/a	n/a	n/a
Utilidade pública	n/a	n/a	n/a

8.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.

Câmpus (Município)	Curso de graduação que deve ofertar Libras como disciplina obrigatória	Código do curso (e-MEC)	Atendimento do art. 3º do Decreto 5.626/2005 *	Publicação (Condições de oferta em local visível)	Publicação no site (autorização de funcionamento e condições de oferta do curso)
Assis Chateaubriand	Licenciatura em Ciências Biológicas	1313186	O atendimento a determinação está previsto para ser realizado a partir de 2018.	Sim	http://assis.ifpr.edu.br/cursos-superiores/ciencias-biologicas/
Cascavel	Licenciatura em Química	1405006	O atendimento a determinação está previsto para ser realizado a partir de 2021.	Sim	http://cascavel.ifpr.edu.br/cursos/licenciatura-em-quimica/
Foz do Iguaçu	Licenciatura em Física	1268172	Sim	Sim	http://foz.ifpr.edu.br/menu-de-cursos/fisica-superior/
Irati	Licenciatura em Química	1404321	O atendimento a determinação está previsto para ser realizado a partir de 2021.	Sim	Site em construção.
Ivaiporã	Licenciatura em Física	1313185	Sim	Sim	http://ivaipora.ifpr.edu.br/ensino-superior/licenciatura-em-fisica/
Jacarezinho	Licenciatura em Química	1313180	Sim	Sim	http://jacarezinho.ifpr.edu.br/graduacao/licenciatura-em-quimica/
Londrina	Licenciatura em Ciências Biológicas	1313187	O atendimento a determinação está previsto para ser realizado a partir de 2018.	Sim	http://londrina.ifpr.edu.br/licenciatura-em-ciencias-biologicas-2/
Palmas	Licenciatura em Artes Visuais	120114	Sim	Sim	http://palmas.ifpr.edu.br/graduacao/artes/
Palmas	Licenciatura em Ciências Biológicas	59453	Sim	Sim	http://palmas.ifpr.edu.br/graduacao/ciencias-biologicas/
Palmas	Licenciatura em Educação Física	16158	Sim	Sim	http://palmas.ifpr.edu.br/graduacao/educacao-fisica/
Palmas	Licenciatura em Letras	8971	Sim	Sim	http://palmas.ifpr.edu.br/graduacao/letras-portuguesingles/
Palmas	Licenciatura em Pedagogia	8973	Sim	Sim	http://palmas.ifpr.edu.br/graduacao/pedagogia/ppc-pedagogia/
Palmas	Licenciatura em Química	59461	Sim	Sim	http://palmas.ifpr.edu.br/graduacao/quimica/
Paranaguá	Licenciatura em Ciências Sociais	1167962	Sim	Sim	https://sites.google.com/a/ifpr.edu.br/sociologia-pgua/institucional
Paranaguá	Licenciatura em Física	1125851	Sim	Sim	https://sites.google.com/a/ifpr.edu.br/fisica-pgua/documentos
Paranavai	Licenciatura em Química	1268177	Sim	Sim	http://paranavai.ifpr.edu.br/ensino-superior/licenciatura-em-quimica/
Pitanga	Licenciatura em Química	1404234	O atendimento a determinação está previsto para ser realizado a partir de 2019.	Sim	http://pitanga.ifpr.edu.br/graduacao/licenciatura-em-quimica/
Telemaco Borba	Licenciatura em Física	1268176	Sim	Sim	http://telemaco.ifpr.edu.br/cursos-graduacao/licenciatura-em-fisica-2014/
Umuarama	Licenciatura em Ciências Biológicas	1313179	O atendimento a determinação está previsto para ser realizado a partir de 2018.	Sim	http://umuarama.ifpr.edu.br/cursos-superiores/licenciatura-em-ciencias-biologicas/

*Os anos posteriores a 2017 são projeções de oferta da componente Libras informadas pelos campi, conforme matriz curricular de cada curso.

9. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

9.1 Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

DECLARAÇÃO

Eu, Caio Humberto Marena, CPF nº 043.606.759-50, Coordenador de Projetos Organizacionais e Indicadores, exercido na Diretoria de Expansão e Regulação da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que, no exercício de 2017, não houve a celebração de convênios e instrumentos congêneres por esta unidade que sejam passíveis de registro no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV.

Curitiba, 09 de fevereiro de 2018.



Caio Humberto Marena

043.606.759-50

Coordenador de Projetos Organizacionais

Diretoria de Expansão e Regulação/PROPLAN

9.2 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ obrigados pela Lei. 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a esta Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas do IFPR para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Curitiba, 02/03/2018.



ELIANE APARECIDA MESQUITA

025.205.969-70

ADMINISTRADOR

PROGEPE

9.3 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Curitiba, 02/03/2018.



ELIANE APARECIDA MESQUITA
025.205.969-70
ADMINISTRADOR
PROGEPE

9.4 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

No Plano Plurianual 2016-2019, não há nenhum programa temático de responsabilidade integral do IFPR, apenas executamos parcialmente os valores constantes de programas do Ministério da Educação. Portanto, o preenchimento, acompanhamento e controle do PPA e das Ações Orçamentárias é realizado diretamente pelo Ministério da Educação no SIOP. O IFPR realiza estes acompanhamentos em módulo específico do sistema SIMEC, pertencente ao Ministério da Educação.

9.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

Conforme disposto no Manual de Competência do IFPR (página 72), compete à Coordenação de Contabilidade – CCONT/DCOF a Conformidade Contábil de Órgão e de Unidade Gestora do IFPR, bem como orientar as unidades executoras quanto ao registro e regularização de inconsistências apuradas em sua conformidade.

O processo de verificação da conformidade contábil no âmbito das unidades executoras é realizado pela CCONT/DCOF por acompanhamento diário com utilização dos instrumentos disponibilizados no sistema SIAFI, solicitação de informações à unidade jurisdicionada por canais de comunicação institucional (e-mail, memorandos e despachos eletrônicos). Neste processo, a CCONT/DCOF se reporta às unidades por meio de sua respectiva Coordenação Contábil, Financeira e Orçamentária - CCFO.

As orientações técnicas são disponibilizadas pelos canais já mencionados e também pelo informativo COMUNICA no âmbito do sistema SIAFI.

Na Reitoria e nas unidades jurisdicionadas, a conformidade contábil é de exclusiva responsabilidade do Contador ou do Técnico em Contabilidade, conforme disposto na macrofunção 02.03.15 em seu item 3.3.1.

Por ser de competência exclusiva, no âmbito do IFPR se busca na medida do possível atender ao princípio da segregação de função.

A Tabela EQUAÇÕES APRESENTADAS NO MÊS DEZEMBRO/2017 abaixo apresenta todas as equações ocorridas durante o exercício de 2017.

Grande parte das equações não sanadas diz respeito somente àquelas relativas aos alertas, as quais estão relacionadas às obrigações a recolher, tais como: 106, 107, 109, 110, 124 e 187, e que, no mês de dezembro tiveram grande incidência pois se referem a tributos retidos a recolher pelo registro do documento de liquidação.

Conforme a Tabela EQUAÇÕES APRESENTADAS NO MÊS DEZEMBRO/2017 abaixo, a transação CONDESAUD no ambiente do SIAFIWeb não apresentou equação vinculada a restrição contábil automática ao término do exercício 2017.

As restrições 634, 640 e 642, apontadas ao longo do exercício 2017 e no seu encerramento na conformidade contábil de órgão estão, respectivamente, justificadas nas notas de ressalvas (1) e (3) no documento DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA, o qual consta exposto no item 7.6.

Tabela – EQUAÇÕES APRESENTADAS NO MÊS DEZEMBRO/2017

UNIDADE	MÊS: DEZEMBRO/2017									
	EQUAÇÕES									
158009	106	107	109	110	124	187	706			
154671	109									
154672	109									
154673										
154674	109	187								
154675	109									
154676	106	109	110							
154699	109									
158395										
158396	109									
158397	109	110								
158398	106	109	110							
158399										
158400	106	109	110							
158402	106	109	110							

0106 - Previdência Social, Encargos, Retenções A Recolher

0107 - Pensão Alimentícia A Recolher

0109 - Impostos E Contribuições Diversos Retidos A Recolher

0110 - Tributos Estaduais E Municipais Retidos

0124 - INSS - Contribuição Sobre Salários E Remunerações

0187 - Depósito Por Devolução De Valores

0706 - Baixa De Programa Orç. Na Conclusão Ted

634 - Falta Avaliação Bens Móv/Imov/Intang/Outros

640 - Saldo Contabil bens móveis não confere com RMB

642 - Falta/evolução incompatível deprec.Ativo Imobilizado

9.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

ÓRGÃO: 26432 – INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – IFPR

De acordo com análise realizada nos demonstrativos balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de **2017**, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, **EXCETO** no tocante a:

- 1) O registro de depreciações e amortizações ainda não está refletido nas demonstrações contábeis em sua integralidade em conformidade às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) 16.9 e 16.10 em razão de estar em andamento a execução da finalização de ajustes do inventário dos últimos exercícios. No entanto, há que se considerar que, a evolução do saldo da depreciação acumulada dos bens móveis de R\$ 15.206.685,06 em 2016 para R\$ 23.189.493,40 em 2017 é resultado do esforço da instituição em realizar os devidos ajustes do próprio exercício e de exercícios anteriores e proceder ao seu integral reconhecimento contábil, a restrição 640 – saldo dos bens móveis não confere com o RMB – Relatório Mensal de Bens, foi aplicada para todas as unidades gestoras, em virtude do processo de catalogação do acervo bibliográfico estar em andamento, não sendo possível até o final do exercício, realizar a conciliação do sistema de controle dos livros *PERGAMUM* com o SIAFI, a depreciação do acervo bibliográfico se dará pós-conciliação dos valores.

[Vide abaixo Quadro Comparativo dos valores de depreciação do órgão reconhecidos nos exercícios 2016 e 2017]:

GRUPO	2017	2016
IMOBILIZADO	418.926.786,12	350.467.136,38
DEPRECIAÇÕES (Bens móveis)	(23.189.493,40)	(15.206.685,06)
DEPRECIAÇÕES (Bens imóveis)	(1.476.779,95)	(118.077,90)
INTANGÍVEL	2.259.880,11	2.228.488,11
AMORTIZAÇÃO	(317.928,93)	(280.911,41)

- 2) Há ausência de registro de reconhecimento em sua íntegra, de todos os ativos e passivos contingentes em contas de controle pela ausência de normatização de fluxos informacionais internos da instituição. Tais procedimentos visam na essência a identificação, mensuração e reconhecimento contábil tempestivo de todos os atos potenciais ativos e passivos, em atendimento ao princípio da oportunidade e sua primazia pela integridade e fidedignidade do registro contábil.

- 3) Quanto à evolução dos valores dos bens imóveis, este órgão finalizou no ano de 2017 os ajustes no SPIUnet, valores replicados no SIAFI automaticamente, ficando ambos os sistemas conciliados. Pós-conciliação dos valores registrados na UG 158009, foram realizadas as transferências dos saldos pertencentes para uma cada uma das unidades gestoras executoras detentora do bem. Até o final do exercício de 2017, o órgão não realizou a respectiva reavaliação dos imóveis, por esse motivo foi aplicada a restrição contábil 634 para todas as unidades gestoras.

Justificativa(s) para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2017.

- a) A CONDESAUD não apresentou **restrições contábeis automáticas** ao término do exercício 2017;
- b) A restrição 315 foi aplicada pela falta do registro de conformidade de gestão em algumas unidades gestoras executoras, sendo que a conformidade de registro de gestão realizada diariamente é de suma importância para o fiel registros dos atos e fatos contábeis.
- c) As restrições 634, 640 e 642, apontadas ao longo do exercício 2017 e no seu encerramento estão, respectivamente, justificadas nas notas de ressalvas (1) e (3) acima mencionadas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Curitiba/PR, 30 de Janeiro de 2018.

Contabilista Responsável
Juliano Alberi dos Santos
Técnico em Contabilidade
CRC/PR 056018/O-6